

Mudança climática



Divulgação

Ippc admite que risco de catástrofe é alto

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Ippc, lançou na segunda-feira o Relatório de Síntese Mudança Climática 2023. Pelo estudo, ainda dá tempo para assegurar um futuro habitável para todos tomando medidas climáticas urgentes. Essas opções devem ser imediatas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas. **PÁGINA 5**

Putin

China pede imunidade dos chefes de Estado

A China apelou na segunda-feira, 20, ao Tribunal Penal Internacional (TPI) para evitar "dois pesos e duas medidas" e respeitar a imunidade dos chefes de Estado, depois de o tribunal ter emitido um mandado de prisão para o líder russo Vladimir Putin sob a acusação de crimes de guerra. O tribunal deveria "manter uma posição objetiva e imparcial". **PÁGINA 5**

Pacote de joias

Flávio Bolsonaro diz que não houve "má-fé"

O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou que não houve "má-fé" do governo Bolsonaro na tentativa de entrar no País com um conjunto de joias avaliado em R\$ 16,5 milhões - o pacote ficou retido na Receita Federal, no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. **PÁGINA 7**

8 de janeiro

Senadores esvaziam abertura de CPI de atos

Oito senadores da base governista e um da oposição retiraram a assinatura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretende investigar os protestos vândalos e golpistas do 8 de janeiro, que é rejeitada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dois parlamentares do PSD, PDT e do PSB fizeram coro à retirada de assinatura. **PÁGINA 7**

O ministro disse que não trabalha com vazamentos

Haddad faz reunião para fechar arcabouço fiscal

O ministro afirmou que o anúncio do projeto de lei para o público ocorrerá ainda nesta semana, mas o envio ao Congresso pode levar mais tempo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 20, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu que ele faça reuniões com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de economistas, antes de apresentar oficialmente a proposta de novo arcabouço fiscal do País. Segundo o ministro, o anúncio do projeto de lei complementar para o público ocorrerá ainda nesta semana, mas o envio ao Congresso pode levar mais tempo, já que o limite seria o

envio da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 - até 15 de abril. Haddad não se comprometeu a apresentar o arcabouço antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na terça e na quarta-feira, 22. Ele aproveitou, contudo, para criticar novamente o patamar dos juros, que na avaliação da equipe econômica tem desacelerado a atividade. "O Copom tem sua dinâmica. Não vamos atropelar o processo de conversa porque é preciso sair um projeto sóbrio. Não vai ser o açodamento que vai nos levar a isso. Já antecipei de agosto para meados de março", completou. **PÁGINA 2**

REGIÕES DISTANTES



Divulgação

Lula relança Mais Médicos com promessa de empregar profissionais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relançou na segunda-feira, 20, o programa Mais Médicos, sob a promessa de empregar profissionais brasileiros. "Nós queremos que todos os médicos que se inscrevam sejam brasileiros". Ele, contudo, ressaltou que médicos estrangeiros podem ser convocados. **PÁGINA 6**

CHOQUE

Nobel de Economia diz que juro do Brasil é equivale a pena de morte

PÁGINA 2

FINANCIAMENTO

Mercadante diz que País deve se reindustrializar

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, afirmou que não se deve aceitar a tese de que o Brasil não pode retomar o crescimento industrial. Ele defendeu de forma enfática o envolvimento do BNDES nas discussões sobre a retomada do crescimento industrial e na reavaliação da relação entre mercado e Estado. **PÁGINA 3**

REFORMA

Marinho quer rever as normas de terceirização

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, visitou o local em que 207 trabalhadores foram resgatados em condições de trabalho análogas à escravidão. Ele defendeu uma revisão das regras trabalhistas, e disse que criará um grupo tripartite para eventuais revisões de pronto na legislação. O ministro citou como exemplo de norma a ser revisada as regras de terceirização. **PÁGINA 4**

SUSTENTABILIDADE

Petrobras recebe certificação internacional para produção de diesel

PÁGINA 4**IBOVESPA** 100.922,89 **↓ -1,04%****Maiores Altas**

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SAO MARTINHOON NM	25,29	+4,03%	+0,98
CSNMINERACAOON N2	4,690	+1,52%	+0,070
CIELO ON NM	4,95	+1,23%	+0,06
RAIZEN PN ED N2	2,470	0,00%	0,000
BRADESCO PN N1	27,06	+0,89%	+0,24

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
HAPVIDA ON NM	2,18	-8,02%	-0,19
JBS ON NM	19,00	-7,27%	-1,49
ALPARGATAS PN N1	8,42	-6,96%	-0,63
EZTEC ON NM	12,42	12,42	-0,89
LOCAWEB ON NM	5,86	-6,39%	-0,40

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON ED NM	83,41	+0,82%	+0,68
PETROBRAS PN N2	22,93	-2,47%	-0,58
ITAUUNIBANCOPN N1	23,40	+0,26%	+0,06
AMBEV S/A ON	14,12	-0,70%	-0,10
BRADESCO PN N1	13,10	13,10	-0,23

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	32.244,58	+1,20%
S&P 500	3.951,57	+0,89%
NASDAQ	11.675,54	+0,39%
DAX 30	14.933,38	+1,12%
FTSE 100	7.403,85	+0,93%
IBEX 35	8.833,10	+1,31%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,242	5,243	↓ -0,52%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,025	0,026	↓ -1,76%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,621	5,622	↑ 0,05%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,434	6,436	↑ 0,22%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
330,25	USD\$ 1.979,49

PROPOSTAS

Haddad diz que Lula pediu reuniões antes de anunciar arcabouço fiscal

O ministro afirmou que Lula orientou que fossem feitas algumas conversas importantes com líderes do governo e alguns economistas que não fossem do mercado, para evitar algum tipo de contágio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira, 20, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu que ele faça reuniões com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), além de economistas, antes de apresentar oficialmente a proposta de novo arcabouço fiscal do País. Segundo o ministro, o anúncio do projeto de lei complementar para o público ocorrerá ainda nesta semana, mas o envio ao Congresso pode levar mais tempo, já que o limite seria o envio da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 - até 15 de abril.

"O presidente Lula orientou que, antes do anúncio oficial, fossem feitas algumas conversas importantes com os presidentes das duas casas, os líderes do governo e alguns economistas que não fossem do mercado, para evitar algum tipo de contágio, informação privilegiada, essas coisas que temos que resguardar", afirmou o ministro da Fazenda. "Vamos agendar essas reuniões, que devem acontecer entre segunda e terça-feira", completou.

Haddad não se comprometeu a apresentar o arcabouço antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na terça e na quarta-feira, 22.

Ele aproveitou, contudo, para criticar novamente o patamar dos juros, que na avaliação da equipe econômica tem desacelerado a atividade. "O Copom tem sua dinâmica. Não vamos atropelar o processo de conversa porque é preciso sair um



Lula e Haddad: "tinha muita preocupação que vazassem coisas antes do presidente tomar conhecimento, e felizmente conseguimos que ele fosse o primeiro"

projeto sóbrio. Não vai ser o acoadamento que vai nos levar a isso. Já antecipei de agosto para meados de março", completou. "Vamos torcer para que ainda esta semana, antes da viagem presidencial à China", repetiu.

O ministro disse que não trabalha com vazamentos e disse lamentar que alguns companheiros de governo não sigam essa orientação de Lula. "Tinha muita preocupação que vazassem coisas antes do presidente tomar conhecimento, e felizmente conseguimos que ele fosse o primeiro a conhecer antes de começarem os vazamentos que são típicos nesse tipo de projeto", acrescentou.

Haddad ainda se esquivou das críticas de colegas da Esplanada que reclamam que

o arcabouço não teria sido discutido com a ala política do governo. "Não vejo essa divisão no governo entre ala política e econômica. Fui candidato à Presidência pelo PT, então sou de que ala? Não faz sentido esse tipo de divisão. Toda divisão é técnica e política, e por isso é o presidente Lula que dá a última palavra. Temos que levar os subsídios para ele tomar uma decisão que contemple seus compromissos históricos, de campanha, e a sustentabilidade do País", concluiu.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu que é preciso assegurar os investimentos sem deixar de lado a sustentabilidade das contas públicas. A manifestação do parlamentar, em sua conta no Twitter, foi feita após

ele se reunir com o ministro da Fazenda.

"Temos de promover uma ampla discussão no Congresso, no sentido de assegurar os investimentos que precisam ser feitos, nas áreas da saúde, da educação, da segurança e da infraestrutura, além dos projetos sociais, mas sem deixar de lado a sustentabilidade das contas públicas", escreveu Pacheco.

Haddad foi até a residência oficial da Presidência do Senado para se reunir com Pacheco. De acordo com o parlamentar, o ministro da Fazenda estava acompanhado do secretário-executivo da pasta, Gabriel Galipolo, e do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Pacheco disse que recebeu as "linhas gerais" da proposta de âncora fiscal para substituir

o teto de gastos.

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, disse que o governo deve encaminhar nos próximos dias o projeto de ancoragem fiscal, que combina curva da dívida, superávit e controle de gastos.

"Acho que o governo encaminha nos próximos dias o projeto de ancoragem fiscal", disse Alckmin, durante o seminário "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", promovido pelo BNDES em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), no Rio de Janeiro.

"Temos inúmeros desafios, mas dois mais imediatos: imposto e custo do dinheiro,

juros", apontou Alckmin.

Ele acrescentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já "está empenhado" na aprovação da reforma tributária.

Quanto aos juros, Alckmin defendeu que não há nada que justifique o juro real de 8% no Brasil.

Segundo ele, não há demanda explodindo, e o mundo inteiro tem "praticamente juros negativos". Ao mesmo tempo, ele defendeu a necessidade de "desenvolvimento com estabilidade", sem volta da inflação. "Não pode voltar a inflação. Inflação não é socialmente neutra, ela tira do mais pobre para os mais ricos", discursou.

O vice-presidente defendeu a forma como o atual governo conduziu a reestruturação dos combustíveis. "Seria muito confortável e populista dizer que não vou cobrar nada de imposto", disse. "O governo agiu de maneira correta", acrescentou.

Alckmin listou os esforços do governo federal para o que definiu como movimento de "neo-industrialização". Ele deu como exemplo a recente desburocratização da exportação de frango para a União Europeia, cuja burocracia foi digitalizada desde 1º de março, reduzindo custos a produtores e exportadores.

Alckmin também mencionou o fato de a placa de aço carbono ter sido retirada de lista anti-dumping dos EUA. "Temos que vencer essa cultura cartorial, simplificar as coisas. A população quer as coisas simplificadas, mais eficientes", disse.

Ele afirmou que "até ontem", havia uma busca da indústria por países onde se poderia fabricar bens bem e barato.

SOBREVIVÊNCIA

Stiglitz afirma que taxa de juros do Brasil é chocante e equivale a pena de morte

Joseph Stiglitz, vencedor do prêmio Nobel de Economia em 2001 e professor da Universidade de Columbia (EUA), definiu a taxa básica de juros Brasil como "chocante" e equivalente a uma "pena de morte", a qual o País tem sobrevivido em função da atuação de bancos públicos.

Stiglitz fez a avaliação no seminário "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Crítico da política monetária

que usa juros para conter inflação sem observar efeitos nocivos sobre investimento, Stiglitz fez duras críticas à condução do Banco Central brasileiro nos últimos anos, mas sem mencionar diretamente a autoridade monetária. "Um Banco Central independente e com mandato só para inflação não é o melhor arranjo para o bem estar do país como um todo", chegou a dizer.

"A taxa de juros de vocês (Brasil) é de fato chocante. Uma taxa de 13,7%, ou 8% real, é o tipo de taxa de juros que vai matar qualquer economia. É impressionante que o Brasil tenha sobrevivido a isso, que seria uma pena de morte. E parte da razão disso é que vocês têm bancos estatais,

como o BNDES, que tem feito muito com essas taxas de juros, oferecendo fundos a empresas produtivas para investimentos de longo prazo com juros menores", avaliou Stiglitz.

O economista afirmou que, se o Brasil tivesse política monetária mais razoável, teria tido crescimento bem maior que o registrado nas últimas décadas. Isso porque os juros altos da economia teriam desencorajado investimentos, inclusive os ora necessários para promover uma transição verde na economia capaz de levar o Brasil da posição de exportador de commodities para uma economia industrial relevante no cenário internacional.

"A necessidade de se adap-

tar à transição verde e reduzir a desigualdade torna ainda mais urgente buscar modelos econômicos alternativos. As questões do Brasil são mais urgentes do que em outros países ao redor do mundo. O Brasil sempre foi descrito como o país do futuro, mas o futuro continua sempre deixado para o futuro", afirmou Stiglitz.

Ele apontou piora do cenário nos últimos quatro anos, quando o País teve "presidente não indutor de crescimento econômico", em referência ao governo Jair Bolsonaro (PL). Segundo ele, as taxas de crescimento seguiram deprimidas enquanto desemprego e informalidade se mantiveram em níveis altos, de 13%

e 40% respectivamente, com queda na renda das famílias.

Em dado momento da palestra, Stiglitz passou a comentar o cenário econômico em todo o mundo e disse que a discussão dominante no debate público brasileiro, sobre juros, também acontece nos EUA, a despeito dos juros bem mais baixos.

Para Stiglitz há reprodução do erro de perseguir meta de inflação com alta de juros. Ele reiterou, porém, que a inflação americana e mundial não advém de pressão de demanda, mas está diretamente ligada à pandemia e, agora, à guerra.

As taxas de juros crescentes em diferentes países do mundo pioram o problema, porque

impedem investimentos, por exemplo, em habitação.

"Uma fonte de inflação importante é a indústria de óleo e gás e alimentos. Outra fonte tem sido habitação. Mas as taxas de juros recentes não resolvem nenhum desses problemas. Como isso (taxas mais altas) vai trazer mais petróleo e mais gás? A resposta é que claramente não é possível", disse o economista americano.

Segundo Stiglitz, o efeito mais direto dessa recente escalada de juros nos EUA e no mundo é a criação de barreiras ao investimento, inclusive em áreas críticas, como habitação, além de uma "redistribuição de dinheiro dos pobres aos ricos". "As altas taxas de juros exacerbam problemas de desigualdade, como o do Brasil", afirmou.

Em paralelo, disse Stiglitz, essa política monetária aumenta o problema fiscal, devido ao aumento dos juros sobre a dívida pública, problema ainda maior para países com maior taxa de endividamento.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

DESENVOLVIMENTO

Mercadante reconhece que Brasil precisa se reindustrializar

O ministro defendeu de forma enfática o envolvimento do BNDES nas discussões sobre a retomada do crescimento industrial e na reavaliação da relação entre mercado e Estado

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, afirmou na segunda-feira, 20, que não se deve aceitar a tese de que o Brasil não pode retomar o crescimento industrial. Mercadante discursou na abertura do seminário "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", promovido pelo BNDES em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Ele defendeu de forma enfática o envolvimento do BNDES nas discussões sobre a retomada do crescimento industrial e na reavaliação da relação entre mercado e Estado. "Não podemos aceitar a tese de que o Brasil não tem como se reindustrializar. Era assim durante quatro séculos, quando éramos exportadores de commodities. Mas já tivemos uma base industrial diversificada", disse Mercadante, ao lamentar o encolhimento da participação da indústria nacional no PIB nas últimas décadas.

"O BNDES voltou com tudo. Não vamos só pensar, mas executar. É ingenuidade achar que vamos nos reindustrializar (o País) sem a participação do Estado e sem banco público, como o BNDES. Vamos fazer isso junto com o setor privado, que tem papel de financiar o desenvolvimento. Podemos complementar e estar à frente nessa perspectiva de desenvolvimento industrial", completou.

Segundo Mercadante, o mundo desenvolvido, no que citou Estados Unidos e Europa, está fazendo política industrial e repensando a relação



Tomas Silva/Agência Brasil

Mercadante: "não temos a mesma margem de manobra dos EUA, mas esses países estão fazendo política industrial. O Brasil precisa olhar para essas experiências"

Estado-mercado, o que deve acontecer também no Brasil. "Não temos a mesma margem de manobra dos EUA, mas esses países estão fazendo política industrial. O Brasil precisa olhar para essas experiências", disse.

Para ele, o Brasil pode se beneficiar da reorganização das cadeias de valor industriais neste momento de reglo-

balização, após a pandemia e, agora, guerra na Ucrânia. "Temos um novo desafio geopolítico. O Ocidente quer rever sua relação com a Ásia e o Brasil pode aproveitar para atrair novos investimentos", disse. Em sua leitura, esse reposicionamento seria um primeiro desafio para o País.

Depois, afirmou, é preciso estar atento à corrida tecnol-

ógica associada às mudanças climáticas, quando os países ricos financiam energia renovável e setores auxiliares, como o de baterias e microprocessadores a juro baixo.

Ele lembrou que o Brasil ainda tem potencial a explorar em energia solar e eólica no Nordeste, que definiu como "pré-sal" dessas modalidades. Ele citou especificamente as

possibilidades em energia solar fotovoltaica e citou a Alemanha que já financia plantas de hidrogênio verde a juro zero. "Nossos juros são altos", reclamou.

Em consonância com o novo governo, Mercadante ainda prometeu combater desmatamento dentro do banco, com bloqueio de financiamentos a iniciativas que car-

reguem essa mancha.

Segundo Mercadante, o Banco vai trabalhar ao lado da Confederação Nacional da Indústria e da Fiesp a fim de pensar como esse caminho da reindustrialização pode ser facilitado. "Essa é uma relação que veio para ficar", disse.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, disse que qualquer estratégia sustentável para o desenvolvimento nacional passa por uma nova industrialização do Brasil. Ele reconheceu que a indústria de transformação está menos produtiva, mas justificou que o setor foi penalizado pela elevada carga tributária e taxas de juros altas, problemas que precisam ser equacionados para que o segmento recupere "o protagonismo que se perdeu ao longo das últimas três, quatro décadas".

Segundo ele, a indústria gostaria ter o mesmo tratamento de políticas de estímulo que a agricultura, por exemplo, e defendeu que haja, pelo menos, uma "tributação isonômica a todos os outros setores".

"É inconcebível a atual taxa de juros no Brasil", disse Josué, refutando que seja consequência de um problema fiscal, durante o seminário "Estratégias de Desenvolvimento Sustentável para o Século XXI", promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e com a Fiesp.

Segundo ele, a taxa de juros no Brasil atualmente é "pornográfica". "Não temos mais restrição externa, mas criamos nova restrição interna", queixou-se Josué. "Se não baixarmos os juros não vai adiantar fazer política industrial."

REESTRUTURAÇÃO

Amazon anuncia a demissão de mais nove mil funcionários

A Amazon anunciou que demitirá mais de 9.000 funcionários, após ter afirmado anteriormente que cortaria 18.000 posições. "Dada a economia incerta em que residimos e a incerteza que existe no futuro próximo, optamos por ser mais simplificados em nossos custos e número de funcionários", disse o CEO da empresa, Andy Jassy, em um comunicado na segunda-feira, 20.

Jassy disse que os 9.000 cortes adicionais de empregos não foram anunciados antes porque algumas equipes não haviam concluído as avaliações que determinavam quais cargos precisavam ser eliminados.

A Amazon anunciou também que a Southwest Airlines Co. selecionou a AWS como seu provedor de nuvem preferido à medida que a companhia aérea avança em sua iniciativa de transformação digital. Essa modernização em grande escala com a AWS faz parte do plano de longo prazo da companhia aérea para aprimorar a jornada do passageiro, otimizar as operações e investir com eficiência na infraestrutura de tecnologia da informação (TI).

"Como nosso provedor de nuvem preferido, a AWS ofere-

cerá soluções essenciais em nosso esforço para modernizar nossa operação, equipar nossos funcionários com as ferramentas necessárias para atender nossos clientes e melhorar nossa confiabilidade", disse Lauren Woods, vice-presidente sênior e chefe oficial de informações da Southwest Airlines Co. "Com a ajuda da tecnologia e experiência líderes em nuvem da AWS, lançaremos soluções digitais aprimoradas, suporte responsivo ao cliente e operações simplificadas à medida que entregamos nossas iniciativas de transformação digital."

A Southwest usa seu site e aplicativo para atingir diretamente os passageiros, resultando em mais de 83% da receita proveniente desses canais. Usando a AWS, a companhia aérea aproveitará os recursos de dimensionamento automático da tecnologia de nuvem para processar com mais eficiência as pesquisas de tarifas em tempo real em seu site e aplicativo móvel. Isso ajuda os clientes a encontrar e reservar tarifas com facilidade e segurança, mesmo durante os períodos de pico de tráfego.

A companhia aérea tem como objetivo fornecer atendi-

mento ao cliente de última geração e ferramentas para funcionários em uma capacidade de teste e aprendizado por meio de seu Laboratório de inovação desenvolvido pela AWS.

A Southwest criou recentemente um sistema seguro que reúne e armazena preços e dados de compras de voos usando o AWS Lambda, um serviço de computação sem servidor, e o Amazon Simple Storage Service (Amazon S3), que oferece classes de armazenamento econômicas. Utilizando a disponibilidade e confiabilidade líderes da AWS, o novo sistema foi capaz de lidar com a escala e o processamento necessários para oferecer recomendações de tarifas competitivas a clientes de parceiros e propriedades digitais da Southwest.

No futuro, a Southwest também planeja aproveitar as tecnologias da AWS, como análise e aprendizado de máquina, para melhorar a velocidade de lançamento de inovações digitais no mercado para oferecer melhor suporte aos clientes, desde a compra de passagens até a chegada ao destino.

A Southwest planeja utilizar todo o poder da AWS como uma plataforma de desenvolvimento

para fornecer soluções automatizadas, escaláveis e seguras. A companhia aérea está implementando uma arquitetura de dados modernizada usando o Amazon Redshift, um data warehouse em nuvem, para fornecer recursos de análise para analistas, cientistas de dados e usuários de negócios para obter insights preditivos e em tempo real em todas as suas operações.

Para aproveitar melhor esses dados, os desenvolvedores da Southwest estão criando uma plataforma de aprendizado de máquina de autoaprendimento usando o Amazon SageMaker para permitir que os cientistas de dados criem, treinem e implantem modelos de aprendizado de máquina para qualquer caso de uso com infraestrutura, ferramentas e fluxos de trabalho totalmente gerenciados.

A plataforma interna fornecerá insights adicionais para agilizar o desenvolvimento de novas ferramentas e produtos para funcionários e clientes. Além disso, a companhia aérea usará armazenamento, contêiner e serviços de computação sem servidor da AWS para otimizar aplicativos operacionais que oferecem suporte a atribuições de portões.

REFORMA

Marinho defende revisão de normas de terceirização

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, visita na segunda-feira (20), no município gaúcho de Bento Gonçalves, o local em que 207 trabalhadores foram resgatados, no mês passado, em condições de trabalho análogas à escravidão.

Durante a manhã, ele se reuniu com o prefeito da cidade, Diogo Siqueira. Após o encontro, ao ser questionado a respeito das atuais normas trabalhistas, Marinho defendeu uma revisão das regras, e disse que criará um grupo tripartite - com representantes de empresas, empregados e governo - para "eventuais revisões de pronto na legislação".

O ministro citou como exemplo de norma a ser revista as regras de terceirização, que teriam ficado abrangentes demais, resultando em "confusões" e, em último caso, nos flagrantes de trabalho análogo ao escravo, como os vistos recentemente no Rio Grande do Sul e em outros lugares.

"O projeto de terceirização ficou bastante amplo, me parece que acabou criando confusão inclusive no ato de contratar, o que pode e o que não pode. Acabou chegando ao absurdo da lógica de ter um elo da produção praticando trabalho análogo a escravi-

dão", disse Marinho.

Ele acrescentou que o aumento recente nos casos de flagrante de trabalho em situações análogas à escravidão leva à "constatação que isso é resultado da precarização da legislação de trabalho executada no governo anterior".

A agenda de Marinho na segunda-feira inclui reunião com produtores de uva e vinhos da região, incluindo das três vinícolas em que os trabalhadores foram resgatados. O ministro adiantou que pedirá às empresas "que assumam a responsabilidade do que aconteceu".

Na avaliação de Marinho, as empresas envolvidas - as vinícolas Garibaldi, Salton e Aurora - são responsáveis pelo ocorrido, do ponto de vista legal, somente por terem contratado a empresa terceirizada que forneceu a mão de obra, mesmo que não tivesse conhecimento das situações degradantes.

"Se as vinícolas contrataram, já estão responsáveis automáticas, é responsabilidade de toda cadeia produtiva", disse o ministro.

Ele acrescentou ainda que pretende realizar concurso para recompor o quadro de fiscais do trabalho.

PIB ESTÁVEL

Mercado aumenta a projeção do IPCA para 5,95% este ano

A mediana na Focus para a inflação em 2023 está bem acima do teto da meta, apontando para três anos de descumprimento do mandato do Banco Central

Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a projeção para a inflação de 2023 ficou praticamente estável, mas as estimativas para os próximos anos sofreram ajustes significativos para cima no Boletim Focus divulgado na manhã de segunda-feira, 20. A projeção para o IPCA - índice oficial de inflação - deste ano oscilou de 5,96% para 5,95%. Um mês antes, a mediana era de 5,89%.

Para 2024, horizonte cada vez mais relevante para a estratégia de convergência à inflação do BC, a projeção aumentou de 4,02% para 4,11%, após três semanas de estabilidade.

Considerando somente as 106 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2023 também subiu, de 5,90% para 5,98%. Para 2024, saltou de 4,00% para 4,20%, considerando 100 atualizações no período.

Atualmente, o foco da política monetária está nos anos de 2023 e, com maior peso, de 2024. A mediana na Focus para a inflação oficial em 2023 está bem acima do teto da meta (4,75%), apontando para três anos de descumprimento do mandato principal do Banco Central, após 2021 e 2022. Para 2024, a mediana está acima do centro da meta (3,00%), mas ainda dentro do intervalo que vai de 1,50% a 4,50%.

A mediana para o IPCA de 2025 também foi elevada, de 3,80% para 3,90%, de 3,78% há um mês. Já a estimativa para o IPCA de 2026 avançou de 3,79% para 4,00%, contra 3,70% um mês antes. A meta



Varição de preços: a mediana para o IPCA de 2025 foi elevada para 3,90%, de 3,78% há um mês. Já a estimativa para o IPCA de 2026 avançou para 4,0%

para 2025 é de 3,00% (margem de 1,50% a 4,50%). Ainda não há objetivo definido para 2026.

No Copom de fevereiro, o BC atualizou suas projeções para a inflação no cenário de referência com estimativas de 5,6% em 2023 e 3,4% para 2024. O colegiado ainda inseriu um cenário alternativo, em que a Selic fica estável por todo o horizonte relevante. Nesse cenário, as projeções são de 5,5% para 2023 e 2,8% para 2024. O Copom manteve a Selic em 13,75% ao ano pela quarta vez seguida. O comitê volta a se reunir nesta semana.

O cenário do dólar em 2023 e 2024 ficou estável mais uma semana no Relatório de Mer-

cado Focus do Banco Central. A estimativa para o câmbio neste ano continuou em R\$ 5,25, mesmo valor esperado há um mês. Para 2024, a mediana permaneceu em R\$ 5,30, ante R\$ 5,29 de quatro semanas atrás.

A projeção anual de câmbio publicada no Focus é calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano, como era até 2020.

Com isso, o BC espera trazer maior precisão para as projeções cambiais do mercado financeiro.

O Boletim Focus mostrou também quase uma estabi-

lidade no cenário de crescimento econômico neste ano. A mediana para a alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 oscilou de 0,89% para 0,88%, contra 0,80% há um mês. Considerando apenas as 69 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2023, por sua vez, aumentou de 0,80% para 0,93%.

Para 2024, o Relatório Focus mostrou mudança na perspectiva de crescimento do PIB de 1,50% para 1,47%, após 11 semanas de estabilidade.

Em relação a 2025, a mediana caiu de 1,80% para 1,70%, contra 1,80% de quatro semanas antes. O Boletim

ainda trouxe a estimativa para 2026, que recuou de 1,98% para 1,80%, ante 2,00% de um mês atrás.

De acordo com a grade de parâmetros divulgada na última sexta-feira, 17, pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, a estimativa do governo para a expansão da atividade em 2023 caiu de 2,1% para 1,61%.

O ministério também reduziu a projeção de crescimento da economia de 2024, de 2,50% para 2,34%. Já para 2025, o prognóstico aumentou de 2,50% para 2,76%. Para 2026, a estimativa passou de 2,2% para 2,42%.

DIESEL R

Petrobras recebe certificação internacional

A Petrobras recebeu certificação internacional para produção do Diesel R na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, no Paraná. A certificação International Sustainability Carbon & Certification (ISCC) fortalece a atuação da companhia na produção de produtos com menor intensidade de carbono e alinhado às melhores práticas de sustentabilidade, segundo comunicado à imprensa divulgado na segunda-feira.

Em nota, a companhia diz que a certificação faz parte da sua estratégia comercial para o mercado de produtos mais sustentáveis, que está em franco crescimento. "A certificação ISCC é a demonstração incontestável que a sociedade está sendo beneficiada com esses produtos", relata Sandro Barreto, gerente executivo da Comercialização do Mercado Interno.

O Diesel R é um combustível da Petrobras, produzido por coprocessamento de diesel mineral com óleo vegetal, que contém uma parcela de diesel verde (HVO, em inglês), que pode variar de 5% (Diesel R5) até 10% (Diesel R10). O primeiro teste comercial foi realizado em setembro de 2022, na Repar, quando foram produzidos 1.500 m³ de Diesel R5, com 5% de conteúdo renovável.

Para o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Cláudio Rogério Mastella, "esta certificação é o resultado do excelente trabalho que vem sendo planejado e executado por diversas áreas nos últimos meses e anos". Além disso, Sandro Barreto conta que a empresa se prepara para adquirir outros certificados, como Renovabio e Corsia.

No segundo semestre de 2023, a Petrobras planeja a comercialização na Refinaria de Cubatão (RPBC) e, ao longo dos próximos três anos, deseja iniciar vendas nas refinarias de Paulínia (Replan) e de Duque de Caxias (Reduc).

INVESTIMENTOS

A DINÂMICA DE JUROS E DAS COTAÇÕES DOS TÍTULOS DE RENDA FIXA

por
Victor Nunes



NO ARTIGO DA SEMANA passada, foi demonstrado que existe uma relação direta, inversamente proporcional, entre a taxa de juros de mercado e as cotações dos títulos de renda fixa, de tal forma que uma redução na taxa de juros de mercado implica em variação nas cotações dos títulos, tornando estes (relativamente) mais caros, representando, assim, um ganho (ágio) potencial para um investidor que, eventualmente, decida vender um título de renda fixa que possua em carteira, antes da data de vencimento do papel. Por outro lado, se ocorrer uma elevação na taxa de juros de mercado haverá, conseqüentemente, uma variação nas cotações dos títulos no sentido de redução (relativa) das cotações, representando, assim, uma perda (deságio) potencial para um investidor que, eventualmente, decida vender um título de renda fixa que possua em carteira, antes da data de vencimento do papel. Como última hipótese teórica, caso seja verificada a manutenção da taxa de juros de mercado durante determinado período, então, haverá um equilíbrio na evolução diária das cotações dos títulos, no sentido de ocorrência de valorização "constante", com base na taxa de juros previamente contratada pelo investidor, na data da compra do título, de tal maneira que uma eventual decisão de venda antecipada não resultará em ganho (ágio) ou em perda (deságio) relativas, pois neste cenário o investidor receberá exatamente a remuneração financeira (juros) que foi previamente combinada, na data de aquisição do papel.

DE FATO, QUANDO UM investidor compra um título de renda fixa e mantém este papel em carteira, poderá

observar que os preços que serão informados, nos extratos, variarão diariamente, sinalizando quanto o investidor receberia caso, eventualmente, vendesse antecipadamente o papel, antes da data de vencimento. Estes preços se movem, para cima ou para baixo, seguindo uma lógica inversamente proporcional às mudanças nas taxas de juros de mercado, ou seja, em outras palavras, quanto menores as taxas de juros de mercado em determinada data, mais caros (em termos relativos) ficarão os títulos de renda fixa, representando um ganho potencial para os investidores que tenham adquirido títulos anteriormente, desde que decidam pela venda imediata dos papéis. Em sentido contrário, quanto maiores as taxas de juros de mercado em determinada data, mais baratos (em termos relativos) ficarão os títulos de renda fixa, representando uma perda potencial para os investidores que tenham adquirido títulos anteriormente, desde que decidam pela venda imediata dos papéis. A apuração dos ganhos ou das perdas potenciais pode ser auferida pela diferença nominal entre o valor dos títulos calculado com base na denominada "curva de juros do papel" (isto é, quando o valor dos títulos é calculado em função da taxa de juros que foi contratada pelo investidor na data da aquisição do título) comparativamente ao valor dos títulos calculado com base na denominada "marcação a mercado" (ou simplesmente, "MaM", isto é, quando o valor dos títulos é calculado em função do efetivo preço de venda no mercado, que por sua vez decorrerá da taxa de juros atual).

SUPONHA QUE UM INVESTIDOR adquiriu um título de renda fixa "A" que pagará R\$ 1.000,00 daqui a oito anos,

mediante promessa de remuneração por uma taxa de juros pré-fixada de 10,00% ao ano. Neste caso, a compra do título "A" terá ocorrido pelo valor de R\$ 466,51 [1.000,00 / (10,00/100+1) elevado a 8]. Após o período de dois anos, o valor do título "A", pelo critério da remuneração contratada (em outras palavras, pela "curva de juros do papel"), será de R\$ 564,47 [466,51 multiplicado por (10,00/100+1) elevado a 2]. Se, nesta mesma data, correspondente ao prazo decorrido de dois anos, a taxa de juros para títulos com vencimento na mesma data do título "A" estiver em 10,10% ao ano então, significa dizer, que o valor de mercado do título "A" seria de R\$ 561,40 [1.000,00 / (10,10/100+1) elevado a 6]. Portanto, se o investidor decidir vender no mercado o título "A", nesta data, receberá R\$ 561,40, auferindo um deságio (comparativamente ao valor do título apurado pela "curva de juros do papel") de R\$ 3,07 [564,47 menos 561,40], o que ocorreria como consequência da alteração da taxa de juros de mercado, que neste exemplo teria passado de 10,00% ao ano (na data da contratação da operação) para 10,10% ao ano (na data correspondente ao prazo decorrido de dois anos). Assim sendo, cabe concluir que uma elevação na taxa de juros de mercado, eventualmente ocorrida entre a data de contratação da operação e a data de negociação antecipada do título, implica em deságio no valor presente do investimento, porém o investidor terá assegurada a remuneração efetivamente contratada (neste exemplo, 10,00% ao ano) se mantiver o título em carteira até a data do vencimento.

SUPONHA AGORA QUE o mesmo investidor adquiriu adicionalmente, na mesma data de aquisição do título

"A" anteriormente especificado, um título de renda fixa "B" que pagará R\$ 1.000,00 daqui a 10 anos, mediante promessa de remuneração por uma taxa de juros pré-fixada de 10,40% ao ano. Neste caso, a compra do título "B" terá ocorrido pelo valor de R\$ 371,80 [1.000,00 / (10,40/100+1) elevado a 10]. Após o período de dois anos, o valor do título "B", pelo critério da remuneração contratada (em outras palavras, pela "curva de juros do papel"), será de R\$ 453,16 [371,80 multiplicado por (10,40/100+1) elevado a 2]. Se, nesta mesma data, correspondente ao prazo decorrido de dois anos, a taxa de juros para títulos com vencimento na mesma data do título "B" estiver em 10,30% ao ano então, significa dizer, que o valor de mercado do título "B" seria de R\$ 456,45 [1.000,00 / (10,30/100+1) elevado a 8]. Portanto, se o investidor decidir vender no mercado o título "B", nesta data, receberá R\$ 456,45, auferindo um ágio (comparativamente ao valor do título apurado pela "curva de juros do papel") de R\$ 3,29 [456,45 menos 453,16], o que ocorreria como consequência da alteração da taxa de juros de mercado, que neste exemplo teria passado de 10,40% ao ano (na data da contratação da operação) para 10,30% ao ano (na data correspondente ao prazo decorrido de dois anos). Assim sendo, cabe concluir que uma redução na taxa de juros de mercado, eventualmente ocorrida entre a data de contratação da operação e a data de negociação antecipada do título, implica em ágio no valor presente do investimento, porém o investidor receberá a remuneração efetivamente contratada (neste exemplo, 10,40% ao ano) se mantiver o título em carteira até a data do vencimento.

Consultor em
Finanças, Mestre em
Administração de
Empresas e Professor
universitário

CLIMA

Risco de catástrofe é alto, mas ainda dá para salvar o planeta

Guterres propõe esforços adicionais dos grandes emissores para cortar emissões e a mobilização de recursos financeiros para apoiar as economias emergentes

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Ipcc, lançou na segunda-feira o Relatório de Síntese Mudança Climática 2023. Este ano, a análise feita a cada seis a sete anos destaca ações e soluções para a crise.

Pelo estudo, ainda dá tempo para assegurar um futuro habitável para todos tomando medidas climáticas urgentes. Essas opções devem ser imediatas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adaptação às mudanças climáticas causadas pelos humanos.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, descreveu o relatório como um "guia de como desarmar a bomba-relógio climática", em mensagem de vídeo que acompanhou o lançamento.

Para o chefe das Nações Unidas, a ação climática é necessária em todas as frentes. A proposta de Guterres ao grupo das economias mais desenvolvidas, G20, é que façam um "Pacto de Solidariedade Climática".

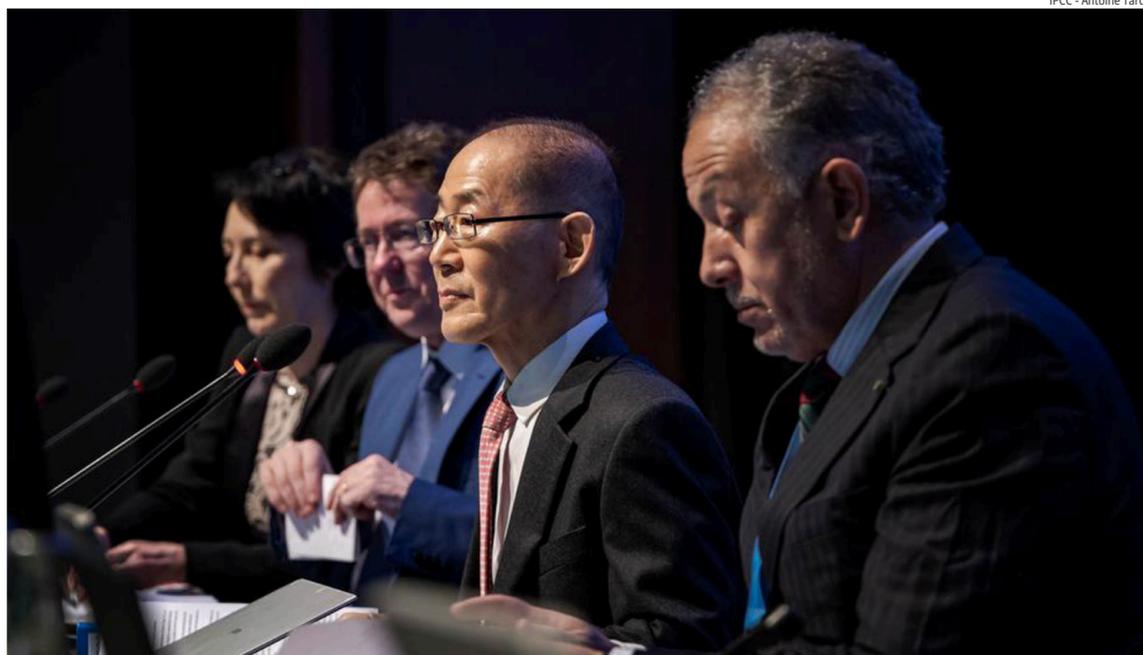
Nesse entendimento, Guterres propõe esforços adicionais dos grandes emissores para cortar emissões. Os países mais ricos mobilizariam recursos financeiros e técnicos para apoiar as economias emergentes em um esforço comum.

A publicação foi apresentada na cidade de Interlaken, Suíça, na segunda-feira após sessões em que os cientistas avaliaram que as perdas e danos "estão atingindo os mais vulneráveis e ecossistemas de forma particularmente difícil".

O documento confirma que a temperatura global está 1,1°C acima dos níveis pré-industriais, como efeito de mais de um século de queima de combustíveis fósseis, bem como o uso desigual e insustentável de energia e da terra.

A situação gerou "eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos, com impactos cada vez mais perigosos na natureza e nas pessoas em todas as regiões do mundo".

A previsão é que piore a in-



Encontro do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas em Interlaken, na Suíça: os cientistas defendem que a queda nas emissões deve ser imediata

segurança alimentar e hídrica com as altas temperaturas. O documento destaca que esses riscos, associados a outros eventos adversos, como pandemias ou conflitos, se tornam ainda mais difíceis de administrar.

Num cenário em que as temperaturas sejam mantidas em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, serão necessárias reduções profundas, rápidas e sustentadas das emissões de gases de efeito estufa em todos os setores nesta década.

Os cientistas defendem que a queda nas emissões deve ser imediata e com mais cortes quase pela metade até 2030 para que a meta seja possivelmente alcançada.

O Ipcc propõe o "desenvolvimento resiliente ao clima", envolvendo a integração de medidas de adaptação às mudanças climáticas com ações para baixar ou evitar emissões de gases de efeito estufa de forma a proporcionar benefícios mais amplos.

Entre os exemplos dessas ações estão o alargamento do acesso à energia limpa, a eletrificação com baixo teor de car-

bono, a promoção de transporte com zero emissões e baixo teor de carbono e melhoria da qualidade do ar.

Os benefícios econômicos que iriam além de preservar a saúde humana com a melhora na qualidade do ar, seria potencialmente maior do que o custo de redução ou prevenção das emissões.

A proposta do chefe da ONU tem como meta "garantir que as temperaturas globais não subam mais de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais."

Guterres anunciou que para impulsionar os esforços pelo pacto aposta em uma Agenda de Aceleração considerando "líderes de países desenvolvidos num compromisso de atingir a neutralidade de emissões o mais próximo possível de 2040 e os países em desenvolvimento o mais próximo possível de 2050".

Pela proposta, seria eliminado o uso do carvão e neutralizada a produção de eletricidade até 2035 para todos os países desenvolvidos e 2040 para o resto do mundo. A sugestão

prevê a interrupção de novas licenças e fundos para indústrias de petróleo e gás e "qualquer expansão do petróleo e reservas de gás".

Guterres destaca que entre estas medidas devem estar a proteção às comunidades mais vulneráveis, com mais fundos, capacidades de adaptação, perdas, danos e promovendo reformas para garantir o apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento.

O cientista Christopher Trisos, um dos autores do relatório, disse que maiores ganhos no bem-estar podem resultar da "priorização da redução do risco climático para comunidades de baixa renda e marginalizadas, incluindo pessoas que vivem em assentamentos informais."

O especialista destacou que a ação climática rápida só acontecerá se houver um aumento contínuo do financiamento. Os fundos são atualmente insuficientes, desalinados e atrasam o progresso.

O documento chama a atenção para o poder dos governos

para reduzir as barreiras da redução das emissões de gases de efeito estufa, por meio de fundos públicos e sinais claros aos investidores. A recomendação é que as autoridades "intensifiquem as medidas políticas verificadas e comprovadas".

O documento destaca mudanças no setor de alimentos, eletricidade, transporte, indústria, edifícios e uso da terra como formas importantes de reduzir as emissões, assim como em estilos de vida de baixo carbono, para a melhor saúde e bem-estar.

Para o presidente do Ipcc, Hoesung Lee, ações pela transformação "têm maior probabilidade de sucesso onde há confiança, onde todos trabalham juntos para priorizar a redução de riscos e onde os benefícios e o ônus são partilhados de forma equitativa".

Lee destacou que o Relatório Síntese ressalta a urgência de se tomar medidas mais ambiciosas e mostra que "com ação imediata ainda se pode garantir um futuro sustentável habitável para todos."

IMPARCIALIDADE

China defende a imunidade de Putin depois do mandado do TPI

A China apelou na segunda-feira, 20, ao Tribunal Penal Internacional (TPI) para evitar "dois pesos e duas medidas" e respeitar a imunidade dos chefes de Estado, depois de o tribunal ter emitido um mandado de prisão para o líder russo Vladimir Putin sob a acusação de crimes de guerra.

O tribunal deveria "manter uma posição objetiva e imparcial" e "respeitar a imunidade dos chefes de Estado em relação à jurisdição ao abrigo do direito internacional", disse aos repórteres o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Wang Wenbin, exortando o TPI a "evitar a politização e a duplicidade de critérios".

O TPI anunciou na sexta-feira, 17, que emitiu um mandado de prisão contra o presidente da Rússia, Vladimir Putin, por crimes de guerra por causa de seu suposto envolvimento em sequestros e deportação de

crianças de partes da Ucrânia ocupadas pela Rússia durante a guerra.

A Corte disse em um comunicado que Putin "é supostamente responsável pelo crime de guerra de deportação ilegal de população (crianças) e transferência ilegal de população de áreas ocupadas da Ucrânia para a Federação Russa".

Grupos de direitos humanos celebraram o movimento, mas a probabilidade de um julgamento enquanto Putin permanecer no poder é pequena, já que o tribunal não pode julgar réus à revelia e a Rússia disse que não entregará seus próprios cidadãos.

Um pedido também foi emitido, pelo mesmo motivo, contra a Comissária Presidencial para os Direitos da Infância na Rússia, Maria Alekseiévna Lvova-Belova, informou o tribunal de Haia. A Presidência da Ucrânia reagiu, afirmando

que essa ordem de prisão contra Putin é apenas o começo, enquanto a Rússia chamou o pedido de sem sentido.

O presidente do tribunal, Piotr Hofmanski, disse em uma declaração em vídeo que, embora os juízes do TPI tenham emitido os mandados, caberá à comunidade internacional aplicá-los. O tribunal não tem força policial própria para cumprir os mandados "O TPI está fazendo sua parte do trabalho como um tribunal. Os juízes emitiram mandados de prisão. A execução depende da cooperação internacional."

O TPI não reconhece imunidade para chefes de Estado em casos envolvendo crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou genocídio.

Mas as limitações do tribunal são bem conhecidas - embora possa indiciar chefes de Estado em exercício, não tem poder para prendê-los ou

levá-los a julgamento, ao invés disso, depende de outros líderes e governos para agir como seus policiais em todo o mundo. O caso mais proeminente foi o do presidente do Sudão, Omar Hassan al-Bashir, que foi indiciado pelo tribunal, mas não foi preso em outros países para onde viajou.

Além disso, Moscou não reconhece a jurisdição do tribunal e não extradita seus nacionais. Essa posição foi reafirmada nesta segunda pela porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, em uma primeira reação aos mandados. "As decisões do Tribunal Penal Internacional não têm nenhum significado para o nosso país, inclusive do ponto de vista jurídico", disse ela.

A Ucrânia também não é membro do tribunal, mas concedeu ao TPI jurisdição sobre seu território e o promotor do TPI, Karim Khan, visitou o país qua-

tro vezes desde que abriu uma investigação há um ano.

O presidente da China, Xi Jinping, faz uma visita nesta semana, a primeira desde que o presidente russo Vladimir Putin invadiu a Ucrânia. Analistas dizem que visita é um inquérito sinal de apoio ao russo em meio à Guerra na Ucrânia e ao aumento das tensões com o Ocidente com os dois países.

A visita acontece entre esta segunda-feira, 20, e a quarta-feira, 22. A Rússia anunciou que a visita foi "a convite de Vladimir Putin".

A viagem é a primeira de Xi ao exterior desde que garantiu um terceiro mandato como presidente da China. Também será a primeira vez que Xi visitará Putin, o homem que ele descreveu anteriormente como seu "melhor amigo", desde que a Rússia invadiu a Ucrânia no ano passado.

Antes da viagem ser confirmada, o Wall Street Journal informou que Xi deveria falar por telefone com o presidente ucraniano Volodimir Zelenski, no que seria sua primeira conversa com o líder da Ucrânia desde o início do conflito. Um porta-voz presidencial ucraniano disse na sexta-feira que o assunto está em discussão.

TURBULÊNCIA

Bolsas da Ásia caem, após compra do Credit Suisse

As bolsas asiáticas fecharam em baixa na segunda-feira, 20, após autoridades suíças intermediarem a venda do problemático Credit Suisse em meio a temores de uma crise bancária global e à espera de uma nova decisão de juros do Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA).

Liderando as perdas na Ásia, o índice Hang Seng caiu 2,65% em Hong Kong, a 19.000,71 pontos, enquanto o japonês Nikkei recuou 1,42% em Tóquio, a 26.945,67 pontos, o sul-coreano Kospi teve queda de 0,69% em Seul, a 2.379,20 pontos, e o Taixei registrou baixa mais modesta em Taiwan, de 0,21%, a 15.419,97 pontos.

Na China continental, as perdas foram moderadas: de 0,48% do Xangai Composto, a 3.234,91 pontos, e de 0,32% do menos abrangente Shenzhen Composto, a 2.053,65 pontos. Como se previa, o banco central chinês (PBoC) deixou nesta segunda suas principais taxas de juros inalteradas, após anunciar uma redução no compulsório bancário, no fim da semana passada.

No domingo, autoridades na Suíça disseram que o UBS irá comprar o Credit Suisse, numa transação de US\$ 3,25 bilhões, após o banco suíço recentemente se tornar alvo de uma mais onda de desconfiança. O acordo veio cerca de uma semana após a quebra de dois bancos regionais nos EUA, o Silicon Valley Bank (SVB) e o Signature Bank.

Investidores estão na expectativa também para a decisão de juros do Fed, que será conhecida na quarta-feira, 22. As apostas são de que a turbulência no setor bancário levará o BC americano a limitar seu aumento de juros a 25 pontos-base esta semana, repetindo o ajuste do começo de fevereiro.

Na Oceania, a bolsa australiana fechou a segunda-feira no menor nível em quatro meses, também em meio às preocupações com a estabilidade do sistema bancário global. O S&P/ASX 200 caiu 1,38% em Sydney, a 6.898,50 pontos.

As bolsas europeias subiram na segunda-feira, 20, enquanto o mercado digere a compra do Credit Suisse pelo UBS e suas consequências, em meio aos temores de uma nova crise bancária. Além disso, falas da presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, de que o BC do bloco comum não se comprometerá com a próxima decisão de juros deram fôlego aos mercados acionários do Velho Continente.

No domingo, o UBS anunciou a compra do Credit Suisse pelo equivalente a US\$ 3,25 bilhões, numa transação intermediada por reguladores na Suíça.

O movimento aconteceu no âmbito de uma onda de temor com relação à possibilidade de uma crise do setor bancário, após a quebra de dois bancos dos EUA: o Silicon Valley Bank (SVB) e o Signature Bank. Em Zurique, a ação do Credit caiu 55,74% e a do UBS subiu 1,26%. Entre bancos europeus, o papel do Deutsche Bank recuou 0,64% em Frankfurt, e o do HSBC perdeu 0,33% em Londres.

A CMC Markets destaca que o acordo entre o UBS e Credit Suisse gerou alguma reação dos detentores de títulos de AT1, "ressentidos por estarem sendo eliminados, enquanto os acionistas obtêm um preço de 0,75 francos suíços por ação". A medida, que levou ao desaparecimento de mais de US\$ 17 bilhões em títulos de dívida, também gerou uma nova onda de temor na comunidade financeira internacional, já que a diferença de tratamento dada aos detentores de bônus frente aos acionistas pode causar uma reavaliação dos títulos bancários.

PERIFERIA

Lula lança Mais Médicos com promessa de empregar mais

O presidente Lula disse que o programa voltou porque a saúde não pode ser refém de teto de gastos, juros altos e política fiscal e precisa de auxílio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relançou na segunda-feira, 20, o programa Mais Médicos, sob a promessa de empregar profissionais brasileiros nos editais. "Nós queremos que todos os médicos que se inscrevem sejam brasileiros", afirmou. Lula, contudo, ressaltou que médicos estrangeiros podem ser convocados, caso as vagas disponibilizadas não sejam preenchidas por brasileiros.

"O que importa não é saber a nacionalidade do médico, o que importa é saber a nacionalidade do paciente", disse o presidente Lula defendeu em seu discurso de relançamento do programa que "o Mais Médicos voltou porque a saúde não pode ser refém de teto de gastos, juros altos e política fiscal". O presidente reiterou que os gastos com programas sociais precisam ser entendidos como investimentos e afirmou que "os cursos de economia precisam mudar" para definir corretamente as diferenças entre custo e investimento.

O governo vai abrir 15 mil novas vagas destinadas ao atendimento da população nas periferias dos centros urbanos e nos municípios do interior do País. O objetivo do Ministério da Saúde é preencher ainda no primeiro semestre 5 mil vagas com uso de recursos federais. As outras 10 mil vagas contarão com contrapartida dos municípios para custear os serviços dos profissionais. As bolsas do programa estão previstas no valor de R\$ 12,8 mil e contam com auxílio moradia variável a depender a localidade.

"O mais médicos foi um sucesso extraordinário porque existem dois tipos de gente que precisa dessa política: primeiro, as pessoas que vão ser atendidas; e segundo, os médicos que vão trabalhar e os prefeitos das cidades que vão ser atendidas", afirmou Lula. "Somente quem mora nas periferias das grandes cidades e nas cidades pequenas do interior sabe o que é a ausência do médico", defendeu.

O governo Lula estima que até o final deste ano 28 mil médicos estarão vinculados ao programa para atuar na atenção primária dos pacientes. O Ministério da Saúde afirma que a reestruturação do programa deve garantir atendimento a mais de 96 milhões de brasileiros. A pasta também diz ter recursos em caixa para custear a medida.

Além da reestruturação do programa, Lula assinou na segunda uma Medida Provisória que cria a "estratégia nacional de formação de especialistas em saúde", cujo objetivo é garantir bolsas de especialização aos profissionais vinculados ao Mais Médicos.

A retomada e a ampliação do programa foi definida na última terça-feira, 14, na reunião ministerial organizada por Lula com titulares de pastas da área social. Na ocasião, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa (PT), afirmou que o novo Mais Médicos deve priorizar o emprego de médicos brasileiros em vez de focar na cooperação com profissionais estrangeiros, como ocorreu na parceria firmada pela ex-presidente Dilma Rousseff (PT) com o governo de Cuba para trazer os médicos da ilha ao País.

A cerimônia de lançamento das medidas na área da Saúde foi marcada por ataques aos governos dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL). Lula afirmou que o Palácio do Planalto tem se dedicado a descobrir "o grau de destruição ao qual o País foi submetido nesses últimos seis anos".



Lula: "somente quem mora nas periferias das grandes cidades e nas cidades pequenas do interior sabe o que é a ausência do médico"

EVASÃO DE TALENTOS

Ministra diz que Brasil tem desafios na ciência, tecnologia e inovação

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos, disse na segunda-feira, no Rio de Janeiro, que o desafio é imenso na sua área e o Brasil não é "para amadores e amadoras". Para ela, o país tem vocações naturais de difícil comparação com outras partes do mundo e um povo que, apesar das desigualdades e preconceitos que ainda existem, é capaz de seguir em frente para transformar realidades tão adversas. Ela destacou que as universidades e instituições públicas de pesquisas são responsáveis por cerca de 90% dos estudos desenvolvidos no Brasil e isso precisa ser valorizado.

"Nosso governo não considera as universidades espaços de balbúrdia, pelo contrário, a Ciência está de volta no Brasil", afirmou durante a aula inaugural, na cerimônia de recepção aos novos alunos do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nesta segunda-feira, na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, zona norte do Rio.

"Nós não queremos desqualificar a base científica brasileira. A nossa base científica não deve nada a nenhuma parte do mundo. Ela é robusta. É pujante. Isso está na consistência de nossos números. Nós somos o país que está em 13º na publicação de papers, que são estudos científicos comprovados como consistentes para soluções de diversas áreas do conhecimento. Por isso mesmo queremos resgatar esse orgulho nacional", completou.

A ministra destacou, ainda, a importância da Coppe na formação de profissionais qualificados. "Como a primeira mulher ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, lembro que o Brasil precisa urgentemente aumentar a sua capacidade de formar recursos humanos altamente qualificados de modo a superar os obstáculos ao seu desenvolvimento. Portanto, quero destacar o papel funda-

mental que a Coppe tem na formação de professores, professoras, pesquisadores e pesquisadoras em seus 13 programas de pós-graduação, sendo a maioria reconhecida com a nota máxima da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior", acrescentou.

Para a ministra, o reajuste das bolsas de estudo da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é o início da retomada do investimento em pesquisas, o que, afirmou, corrigiu uma defasagem de 10 anos.

"Nós fizemos um reajuste de 40% a 200%, de 200% foram as bolsas de iniciação júnior, então isso anima, até porque boa parte do nosso sistema nacional de Ciência e Tecnologia depende muito da atuação dos bolsistas. Foi um bom pontapé inicial que revelou a vontade política do presidente Lula de cuidar da Ciência", disse em entrevista após a aula inaugural.

Ainda na palestra, Luciana Santos defendeu uma interseção da sua pasta com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para promover a reindustrialização do país que resulte na retomada das atividades.

Ela apontou a transição energética, a transformação digital e o fosso das desigualdades - por conta do processo de digitalização - como alguns dos pontos que podem ser trabalhados em conjunto.

"A participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro já chegou a patamares de 35% do nosso PIB. Não necessariamente voltar a este patamar, mas nós precisamos, de fato, produzir nessas cadeias mais dinâmicas da economia global", disse.

A ministra lembrou, também, que o país enfrenta evasão para outros países de talentos formados em pós-graduação e mestrado em pesquisas. Ela propôs a criação de um comitê de buscas

para verificar a possibilidade de fixação e até retorno de pessoas com pós-graduação e mestrado. "Esse é um fenômeno que vamos enfrentar", adiantou.

Outra medida destacada foi o edital que destina R\$ 100 milhões em três parcelas, uma de R\$ 20 milhões e as outras de R\$ 40 milhões, a ser lançado pelo CNPq para projetos que estimulem o ingresso e a formação de mulheres nas Ciências Exatas, Engenharia e Computação.

"Hoje, as mulheres têm 60% de participação nas bolsas de iniciação científica, mas somente 35% nas bolsas de produtividade. Com este edital esperamos avançar na equidade e combater também a evasão nessas áreas porque as mulheres muitas vezes precisam enfrentar muitas barreiras", opinou.

A cerimônia foi aberta pelo diretor da Coppe, professor Romildo Toledo, com boas-vindas aos novos alunos e apresentação da instituição a cargo do diretor-adjunto de Assuntos Acadêmicos, professor Marcello Campos. A vice-diretora da Coppe, professora Suzana Kahn, apresentou a trajetória de Luciana Santos, que, em seguida, fez a palestra da aula inaugural.

Engenheira eletricista, a ministra se graduou na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela presidiu o Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (IPEM), foi deputada estadual, prefeita de Olinda, secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, deputada federal e vice-governadora de Pernambuco, além de presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A Coppe/UFRJ, que completa 60 anos neste mês, é o maior centro de ensino e pesquisa de engenharia da América Latina. "Nos seus mais de 100 modernos laboratórios, pesquisadores desenvolvem estudos de ponta e projetos que proporcionam contribuições significativas para o país nos diferentes segmentos da engenharia.

certo, e foi destruído".

"O Mais Médicos sofreu muitas acusações. Muita gente da categoria médica não aceitava Mais Médicos. Muita gente não aceitava os médicos cubanos, (...), mas inegavelmente o programa foi um sucesso excepcional", disse Lula. "Poucas vezes o povo pobre teve o tratamento que tiveram depois que colocamos o Mais Médicos para funcionar", prosseguiu o presidente.

O programa Mais Médicos foi criado em 2013, na gestão da ex-presidente Dilma, e teve como eixo central a vinda de profissionais cubanos ao País para atuar em áreas de vulnerabilidade social e pobreza extrema, onde o governo encontrava dificuldades de garantir atendimento. A iniciativa, no entanto, provocou reação das entidades médicas brasileiras que se queixaram da atuação com o

CARDÁPIO

Antonio Cruz - ABR



Cameli: "tu tem que dizer a obra"

Mensagem trocada pelo governador é estarrecedora

Conversas de WhatsApp encontradas pela Polícia Federal (PF) em celulares apreendidos na Operação Ptolomeu reforçam as suspeitas de corrupção que recaem sobre o governador do Acre Gladson Cameli (PP). Os diálogos foram classificados como "chocantes", "estorrecedores" e "gravíssimos" pelos investigadores.

Relatório de 444 páginas suscitado pelos delegados Pedro Henrique Do Monte Miranda e Anderson Rodrigo Andrade De Lima, da Divisão de Combate à Corrupção e Crimes Financeiros da PF no Acre, detalha as trocas de mensagens.

O governador é o principal alvo da investigação conduzida e tem sido apontado nos relatórios parciais do inquérito como o líder de um suposto esquema de desvio de recursos públicos por meio do direcionamento e superfaturamento de contratos, com a ajuda de familiares. Cameli nega as acusações.

A PF chegou a pedir o afastamento do governador, mas a ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu mantê-lo nas funções, por não ter indícios de que ele tenha tentado usar o cargo para obstruir a investigação. Galdson foi reeleito no ano passado.

Uma das conversas que chamou a atenção da Polícia Federal foi entre Gladson e seu primo, Linker Cameli, apontado como "gerente" da construtora Colorado, que segundo os investigadores seria controlada por Eládio Cameli, pai do governador.

Em uma mensagem de áudio, em maio de 2020, Gladson se queixa: "Linker, tua mãe mandou aqui essa mensagem, aí eu pergunto aqui: por que é que tu não corre atrás? Parece que eu não tô querendo te dar obra, é isso? Fica um negócio chato para mim, Linker, entendeu? Tu tem que dizer tu tem que se movimentar, ou tu quer que eu vá aí atrás de ti. O que é que eu tenho que fazer? Me diz aí".

Na avaliação da PF, a conversa indica que "quer dar obras ao primo, bastando que ele lhe diga o que precisa ser feito". "Absurdamente, Gladson chega a sugerir obras, como se fizessem parte de um cardápio, para que o primo as pudesse escolher", destaca a Polícia Federal.

Em outra conversa, o governador sugere que o primo acompanhe "as coisas" e complementa dizendo: "Todo mês eu tô soltando pacote de obras. Depois não pode é vim dizer que eu não tô avisando (sic)".

Para a PF, as conversas "nada republicanas" indicam que a empresa supostamente controlada pelo pai do governador foi beneficiada em licitações e contratações públicas.

A defesa do governador disse que ele não cometeu qualquer ilegalidade. "A investigação caminha sem conclusão há dois anos e, ao final, servirá para comprovar sua inocência. O inquérito é todo ele derivado de relatórios encomendados do COAF, que além de tudo são desprovidos de qualquer coerência."

PRESENTE

Flávio Bolsonaro: pacote de joias poderia ser qualquer coisa

O senador Flávio Bolsonaro (PL) afirmou que não houve "má-fé" do governo Bolsonaro na tentativa de entrar no País com um conjunto de joias avaliado em R\$ 16,5 milhões - o pacote ficou retido na Receita Federal, no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. O parlamentar afirmou que o presente entregue pela Arábia Saudita poderia conter qualquer coisa, inclusive "um copo d'água", e que os membros do governo não sabiam do conteúdo do presente ao passar pela alfândega.

"Ninguém sabia o que tinha lá dentro. Podia ser um copo d'água. E se tivesse má-fé, ninguém ia fazer o trajeto de passar pelo raio-x da Receita, não ia trazer num voo comercial", disse.

Segundo o senador, o fato de as joias terem ficado mais de um ano paradas na alfândega provaria que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) não tinha interesse nelas. Na entrevista, ele usou o mesmo argumento que o sargento Jairo Moreira da Silva, que foi enviado a Guarulhos em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) em 29 de dezembro de 2022 e alegou que os itens não poderiam ficar para o próximo presidente.

"Para você ver, tanto não ligaram para os presentes que isso ficou desde 2021 parado. Aí quando foi fazer o levantamento, acredito eu, de tudo que tem de acervo lá, você tem que tirar a mudança do Alvorada e levar para algum lugar, não dá para deixar as coisas do presidente Bolsonaro para o próximo presidente. É nessa linha de raciocínio", disse Flávio. No entanto, o governo Bolsonaro fez 8 tentativas para o ex-presidente ficar com joias de R\$ 16,5 milhões entre outubro de 2021 a dezembro de 2023.

A solicitação que permitiu o uso de avião da FAB para que Jairo Moreira fosse a Guarulhos partiu do então Ajudante de Ordens da Presidência, o tenente-coronel Mauro Cid, na última semana do governo Bolsonaro. Na época, a justificativa apresentada foi "atender a demandas do Senhor Presidente da República naquela cidade". Falando sobre isso, Flávio negou que o ex-presidente tenha agido para reaver o presente. "Ele não agiu pessoalmente. Foi o ajudante de ordens dele, para desembarcar tudo o que tinha de acervo lá", disse.

Além de Mauro Cid, dois ministérios - de Minas e Energia e das Relações Exteriores - foram acionados para enviar ofícios à Receita argumentando pela liberação das joias. O então secretário da Receita Federal no fim do governo Bolsonaro, Julio Cesar Viera Gomes, também entrou em campo para liberar o material e fez pressão sobre os servidores de Guarulhos.

Segundo Flávio, as tentativas por parte dos ministérios ocorreram para "regularizar" a situação das joias, e foram mal-sucedidas por desconhecimento da burocracia. Vídeos do momento da apreensão do presente em Guarulhos mostram que um auditor alfandegário explicou que poderia iniciar os trâmites de "imunidade", ou seja, para que o presente ficasse isento do pagamento de impostos, se as joias fossem declaradas como bens da União, não do então presidente ou da primeira-dama.

O ex-presidente Bolsonaro ficou com um segundo pacote de joias. Este passou despercebido pela alfândega e não foi apreendido. Segundo o senador, Bolsonaro consultou o Comitê de Ética da Presidência para saber se poderia ficar com o pacote. "Ele falou que recebeu isso, foi ao Comitê de Ética da Presidência e disse que podia ficar no acervo privado dele e ele cumpriu a lei, mais nada", disse o parlamentar.

Porém, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que Bolsonaro devolvesse o segundo pacote de joias, que reúne peças em ouro como relógio.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Lira mede forças no STF para segurar mandatos de aliados

O processo no Supremo questiona a distribuição de vagas no Legislativo e mexe com até cinco dos oito deputados do Amapá

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mede forças com o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) em um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que pode tirar o mandato de deputados federais e mudar a composição da Câmara. O processo questiona a distribuição de vagas no Legislativo e mexe com até cinco dos oito deputados do Amapá, ou seja, mais da metade da bancada do Estado. Se for considerada procedente, a ação vai beneficiar amigos de Lira de suas cadeiras.

Expoente do Centrão, Lira entrou em campo para garantir a permanência dos aliados no mandato e evitar uma mudança na configuração de forças da Câmara. Preocupado, ele tratou do assunto, no último dia 9, com o ministro do STF Ricardo Lewandowski, relator do processo. A pressão deu o primeiro resultado: previsto para começar na sexta-feira, o julgamento foi adiado, sem nova data marcada. O gabinete de Lewandowski informou que foi preciso

dar tempo aos partidos para se manifestar na ação.

Nos bastidores, interlocutores de Lira atribuem a Alcolumbre o movimento para convencer o Supremo a aceitar a ação de seus apoiadores. O presidente da Câmara, por sua vez, tenta blindar os aliados em retribuição ao apoio recebido em 1º de fevereiro, quando se reelegeu para o comando da Casa. Lira também fez acordos para distribuição de cargos e verbas a quem agora corre risco de perder o mandato.

Pelos cálculos dos partidos que acionaram o Supremo - Podemos, PSB e Rede -, sete deputados federais podem ficar sem mandato, se somados vários Estados, e não apenas o Amapá. Os apoiadores de Lira, no entanto, temem perder mais vagas e dizem que o impacto é muito maior, com chance de atingir 40 parlamentares, com revés para o PL, União Brasil, MDB, PSD, Republicanos e PSC.

A diferença depende da extensão do veredito do Supremo e também pode chegar às Assembleias Legislativas, que dão posse aos deputados estaduais com base no mesmo

cálculo de distribuição. Na prática, o resultado está ligado aos cálculos que serão feitos se houver nova distribuição de vagas. Até agora, não há acordo nem mesmo sobre essas contas.

Uma das deputadas que perderiam o mandato seria Sílvia Waiápi (PL-AP), aliada do ex-presidente Jair Bolsonaro e opositora de Alcolumbre, dando lugar a Paulo Lemos (PSOL-AP). Já o deputado Augusto Pupio (MDB-AP) seria forçado a ceder a cadeira para Aline Gurgel (Republicanos-AP).

O grupo que pode sair é aliado de Lira e votou nele para a presidência da Câmara, embora muitos também tenham apoiado Alcolumbre na disputa pela vaga do Amapá. Todos os nomes que entrariam, nesse caso, fizeram campanha ao lado do senador, no ano passado, e seriam beneficiados.

Alcolumbre nega qualquer articulação para influenciar na decisão do Judiciário. "O senador reprova as ilações feitas envolvendo o seu nome, pois jamais tentou interferir no julgamento desta ou de qualquer outra matéria relacionada à interpretação da lei eleitoral, apro-

vada pelo Congresso Nacional, quanto aos critérios para a definição das vagas na eleição proporcional, pendente de apreciação do Poder Judiciário", afirmou a assessoria de Alcolumbre. Lira não quis comentar o assunto.

Na conversa com Lewandowski, Lira pediu que fosse respeitada a distribuição das vagas, feita com base no resultado da eleição, sem mudanças que mexessem na configuração da Câmara. O deputado guarda desconfiança do ministro do STF desde que o magistrado deu o voto decisivo para derrubar o orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão, no fim do ano passado. Amigos de Lira avaliam agora que uma nova decisão desfavorável à cúpula da Câmara causaria crise política.

No mês passado, o presidente da Câmara fez a cobrança publicamente, durante um discurso em Cascavel (PR). "A prioridade dos partidos é alcançar o quociente eleitoral. Então, na visão da Câmara, o que defendemos é que não haja mudança nos quadros eleitos e espero que não haja interferência do STF, que ele entenda a vontade do legislador", disse Lira.



Lira pediu que fosse respeitada a distribuição das vagas, feita com base no resultado da eleição, sem mudanças que mexessem na configuração da Câmara

Discursos de ódio registraram a terceira alta durante as eleições

O crescimento de denúncias por discurso de ódio na internet acende um alerta para o cenário de intolerância política na era digital. Crimes de discriminação no ambiente virtual tiveram alta de 67% em 2022 em relação ao ano anterior, sendo que a ocorrência com maior aumento foi de xenofobia, com explosão de 874%. Foi o terceiro ano eleitoral consecutivo em que essa tendência foi observada, segundo a SaferNet, entidade que monitora crimes cibernéticos.

Segundo dados da plataforma, discursos contendo misoginia, LGBTfobia, racismo e xenofobia tiveram crescimento expressivo em todos os três últimos anos eleitorais. Na média, as denúncias por intolerância na internet (incluindo, além dos crimes já citados, intolerância religiosa e neonazismo) cresceram 195% em 2018, em relação ao ano anterior, e 104% em 2020, fechando com a alta de 67% no ano passado. Enquanto isso, os anos não eleitorais (2019 e 2021) registraram queda das denúncias.

Segundo o presidente do braço brasileiro da SaferNet,

Thiago Tavares, esse é um reflexo da acentuada polarização política, que fica mais evidente nos anos em que a população vai às urnas. A campanha do ano passado discutiu não apenas propostas políticas, tendo também girado em torno de temas como religião, regionalismos e assuntos ligados a gênero e sexualidade. "Esta é uma tendência que tem se mostrado consistente, o que prova que a internet é reflexo da sociedade. (A alta) é um reflexo da polarização. A internet é uma caixa de ressonância", disse.

No Telegram, canais com milhares de membros misturam discurso político com racismo, preconceito contra nordestinos e até símbolos neonazistas. Na mesma rede, há um grupo que defende a separação do Sul do restante do País. O Telegram foi procurado para comentar a hospedagem de grupos que disseminam esse tipo de conteúdo, mas não se manifestou.

O pesquisador da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Odilon Caldeira Neto, referência em estudos sobre extremismo no Brasil, afirma que a

internet permitiu que radicais se mobilizem de maneira autônoma. Ele alerta que, na era virtual, não é mais preciso haver uma "instância organizativa", como um partido ou instituição formal. "O que a gente vê agora é a existência de células pequenas e indivíduos, em teorias isoladas, que acabam sendo formados politicamente através dos meios digitais", diz.

Segundo o relatório da SaferNet, as denúncias relacionadas ao neonazismo cresceram 260% em 2018 e 740% em 2020, ambos anos eleitorais. Em 2022, contudo, houve uma queda abrupta de mais de 80% desse tipo de ocorrência. Segundo Thiago Tavares, a drástica redução indica que parte das células neonazistas migraram da internet aberta, onde podiam ser identificadas rapidamente, para a deep web, território de difícil fiscalização.

Recentemente, um deputado do PL do Mato Grosso do Sul levou o Mein Kampf, livro escrito por Adolf Hitler, para a tribuna da Assembleia Legislativa do Estado. Em fevereiro, uma vereadora foi cassada sob

alegação de quebra de decoro parlamentar em São Miguel do Oeste (SC) após denunciar uma suposta saudação nazista no município. Na ocasião, centenas de pessoas ficaram com o braço estendido durante a execução do hino nacional em frente a um batalhão do Exército, durante manifestação que pedia um golpe militar.

O professor Marcos Napolitano, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), destaca que, no Brasil, os alvos de grupos extremistas nem sempre são os mesmos da Europa. "O discurso de ódio se volta contra grupos que são alvos de preconceitos sociais e raciais generalizados no País. Estamos falando dos nordestinos e dos negros, grupos vítimas de racismo sobretudo no Sul e Sudeste", afirma.

A preocupação com o avanço da intolerância no Brasil motivou o Ministério dos Direitos Humanos a se inspirar na experiência de outros países no combate ao extremismo. A pasta deve consultar medidas adotadas na Alemanha e Finlândia, i discurso por meio das redes sociais".

ASSINATURAS

Senadores esvaziam abertura da CPI de atos golpistas

Oito senadores da base governista e um da oposição retiraram a assinatura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretende investigar os protestos vândalos e golpistas do 8 de janeiro, que é rejeitada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Dois parlamentares do PSD, PDT e do PSB fizeram coro à retirada de assinatura protocolada do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e dos petistas Humberto Costa (PT-PE) e Fabiano Contarato (PT-ES), que impede que a autora do requerimento, Soraya Thronicke (União-MS) alcance o número mínimo de 27 adesões para a abertura da apuração. Apenas 15 senadores ratificaram o posicionamento.

Ainda que a possibilidade da CPI no Senado esteja agora esvaziada, o governo ainda precisaria lidar com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de janeiro, mobilizada por congressistas da linha mais dura de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Essa frente, aliás, levou a retirada de assinatura de Zequinha Marinho (PL-PA) do requerimento de Soraya, por instrução do líder na Casa, Zequinha Marinho (PL-PA). A CPMI tem a adesão de 193 deputados e 37 senadores e satisfaz as exigências de um terço da Câmara (181) e do Senado (27).

"Essa comissão, além de se tratar com o trabalho de senadores e deputados, vai investigar a omissão do governo federal e a verdade dos fatos envolvendo a invasão na sede dos 3 poderes", escreveu no Twitter. Ele também lembrou que foi o primeiro senador a assinar o requerimento de autoria do deputado André Fernandes (PL-CE). O outro senador do PL que aderiu à abertura da CPI do Senado, Luiz Carlos Heinze (RS), nem ratificou nem fez a retirada de assinatura até o momento.

Soraya e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) travaram uma disputa levada ao Supremo Tribunal Federal (STF) para a abertura da CPI. A sul-mato-grossense entrou com um mandado de segurança acatado pelo ministro decano, Gilmar Mendes, pedindo que o mineiro justificasse porque o processo estava parado. Pacheco alegou que as assinaturas foram colhidas no dia 9 de janeiro - quando a legislatura anterior ainda estava em curso - e que, para ter validade, precisariam ser recolhidas após o início do mandato dos novos senadores, a partir de fevereiro, definindo pra a última sexta-feira, 17, como o dia limite para que a senadora fizesse a recontagem.

Ângelo Coronel (PSD-BA) chegou a fazer a ratificação de assinatura na quinta-feira, 16, mas fez a retirada no dia seguinte. Além de ter três ministérios no governo Lula, o PSD faz parte da base de apoio ao governador petista na Bahia, Jerônimo Rodrigues. Além dele, de Costa e de Contarato, Flávio Arns (PSB-PR), Leila Barros (PDT-DF), Zenaide Maia (PSD-RN), Weverton (PDT-MA) e Zequinha Marinho (PL-PA) também se afastaram do requerimento.

Em uma lista enviada na segunda-feira, 20, a partir de pedido à secretaria geral da mesa, a assessoria de Soraya dividiu os senadores entre aqueles que assinaram e ratificaram a assinatura, aqueles que protocolaram o pedido de retirada de assinatura e aqueles nem ratificaram e nem retiraram assinatura. Na interpretação da senadora, aqueles que assinaram a assinatura anteriormente e não protocolaram a retirada e nem ratificaram manteriam o posicionamento de assinatura: 20 nomes fazem parte da lista e, unidos aos que ratificaram, somariam no número exigido para poder abrir a CPI.

No começo, Soraya tanto contava com o número necessário de assinaturas como também tinha o apoio de petistas.

REVITALIZAÇÃO

Minascentro comemora sucesso da reabertura e prevê ocupação maior

As perspectivas para 2023 são ainda mais otimistas, tanto em relação ao aumento da ocupação – que já está na casa dos 65% para o ano – quanto à ampliação das conexões e da satisfação dos artistas

Quando iniciou sua carreira, ainda como estagiário do Minascentro, o administrador e contador José Eustáquio de Oliveira atuava na área operacional do tradicional espaço de eventos, no Centro de Belo Horizonte, e teve como primeira atribuição numerar as poltronas do Grande Teatro. O ano era 1983, época em que o empreendimento se preparava para ser inaugurado. Ele se lembra, com carinho, dessa primeira etapa de trabalho, que durou até 2018, inclusive porque foi lá que também conheceu sua esposa Nelma, durante um congresso. Eles se apaixonaram e o casamento já soma 35 anos e dois filhos. No início de 2022, Eustáquio, agora com 63 anos e duas graduações, retornou ao Minascentro, que se preparava para ser reaberto, sob administração da iniciativa privada, após quatro anos fechado para reformas. E ficou ainda mais feliz com o que encontrou. “Voltar a trabalhar aqui é uma realização tanto profissional quanto de vida! Mas fiquei mais orgulhoso ao ver como a casa está bonita, adaptada ao deficiente físico, com tudo bem estruturado e um atendimento muito profissional. Foi uma ótima surpresa, assim como tem sido para todos que nos procuram”, afirma.

Hoje, como consultor e à frente da gestão operacional do Minascentro, Eustáquio avalia que essas transformações pelas quais o espaço passou – estrutura física e profissionalização – foram essenciais para explicar o sucesso alcançado na “primeira temporada”. Administrado pelo Consórcio Minascentro, liderado pela Chevals Centro de Eventos desde o início de 2022, o empreendimento foi reaberto em março e superou a marca de 100 eventos realizados em pouco mais de nove meses. O resultado superou as expectativas e significa um crescimento em torno de 20% em comparação com 2017, último ano de funcionamento, envolvendo diversos segmentos, como feiras, congressos setoriais, encontros de negó-



Rômulo Rocha: “o retorno que tivemos foi o melhor possível, especialmente para um equipamento que estava parado e, em tão pouco tempo, conseguiu tanto movimento”

cios, eventos de conteúdo, solenidades políticas, ações sociais, moda, gastronomia, cultura, shows de pequeno e grande porte, entre outros. Alguns destaques, inclusive, marcaram essa nova fase da história do espaço: shows dos renomados Chico Buarque, Maria Bethânia, Lenine e Ana Carolina, realização do Festival Internacional de Quadrinhos (FIC), do Minas Trend Preview, final do Campeonato Brasileiro de Wild Rift e Anime Festival, Dia da Indústria, entre outros destaques.

Com uma repercussão tão positiva, as perspectivas para 2023 são ainda mais otimistas, tanto em relação ao aumento da ocupação – que já está na casa dos 65% para o ano – quanto à ampliação das conexões e da satisfação dos artistas, produtores e do público. “O retorno que tivemos foi o melhor possível, especialmente para um equipamento que estava parado e, em tão pouco tempo, conseguiu tanto movimento. Foi um ano muito intenso! Agora vamos consolidar esse desempenho em 2023”, destaca o representante do Consórcio

e atual gestor do Minascentro, Rômulo Rocha. Ele acrescenta que a estratégia de reposicionamento e consolidação do Minascentro como um dos mais importantes centros de experiência de Minas Gerais seguem fortes neste ano.

Eustáquio também está confiante para uma nova temporada de sucesso – para ele e para sua “segunda casa”. “A equipe é muito qualificada e conhece bem o meio cultural e de eventos. Em geral, são profissionais da área e trabalham de forma muito coesa. Hoje ainda há manutenções permanentes do espaço e apoio operacional muito maior para todos os envolvidos nos eventos, além de um contato bem próximo aos produtores. Tudo muito mais profissionalizado”, detalha o gerente de operações, que não esconde a alegria com a retomada do espaço.

Outra pessoa que compartilha o sentimento de Eustáquio é o ator, diretor e produtor de eventos, Maurício Canguçu, que tem uma longa história de apresentações, sucesso e de amor com o Minascentro. “Essa reab-

ertura foi maravilhosa. Eu tenho um carinho especial e uma memória afetiva linda com o lugar, mas acredito que essa é a sensação de todos os produtores. Não é apenas mais um espaço versátil para trazer nossos eventos para BH e movimentar a cidade. O Minascentro, hoje, oferece muita agilidade na solução de todo tipo de questão dos produtores, tem disposição para resolver adversidades, muito mais recursos tecnológicos e operacionais, como a qualidade de luz e som, e um ótimo atendimento ao público e ao artista”, detalha Canguçu.

Entre os inúmeros projetos que apresentou no espaço, ele destaca a peça “Acredite, um espírito baixou em mim!”, um dos maiores sucessos do teatro belo-horizontino, em cartaz, no Minascentro, durante quase 10 anos, entre o final dos anos 1990 e início de 2000. “O Grande Teatro é diferenciado, porque é grande, com mais de 1.500 lugares, mas, ao mesmo tempo, parece menor, porque mantém uma proximidade com a plateia, é intimista. Isso é muito importante para o artista e o produtor. E, hoje,

ficou ainda melhor, pois existe uma estrutura pronta, preparada para receber o artista, o produtor e o público”, complementa.

“Fã de carteirinha” de Ana Carolina, Josy Vaz Batista, de 33 anos, comprovou de perto toda essa nova estrutura do Minascentro, inclusive a acessibilidade. Ela ganhou o sorteio de ingressos para o show da cantora, no final do ano passado, com direito a visita ao camarim, e conta que a experiência foi “só alegria e emoção”. “Foi tudo muito bacana, desde o primeiro contato, por telefone, até antes e depois do show. Fui muito bem recebida por todos e, principalmente, não tive problemas com a questão da locomoção”, comenta. Situação bem diferente daquelas que costuma enfrentar no seu dia a dia como cadeirante, pois explica que as dificuldades de mobilidade, nos espaços públicos e privados, infelizmente, são constantes e “decepcionantes”.

Após a licitação, realizada pelo Governo de Minas Gerais, o formato de concessão de uso, a gestão do Consórcio

Minascentro, liderado pela Chevals Centro de Eventos foi ganhadora do certame. A parceria com a iniciativa privada possibilitou ao Estado eliminar as despesas com a manutenção do espaço, economizando cerca de R\$ 1,5 milhão ao ano, e ainda receber, por meio da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), royalties anuais de cerca de R\$ 4 milhões. Além disso, a população passou a usufruir de bens e serviços mais bem geridos, houve aumento da geração de empregos e mais movimento e dinamismo econômico, especialmente na cadeia de negócios, turismo eventos.

O edifício que abriga o Minascentro tem fachada tombada, considerada patrimônio municipal, e interior com ambientes multiusos, modulares e flexíveis, preparados para abrigar eventos de diferentes formatos e dimensões, de forma simultânea. Dividido em três andares, numa área de mais de 23 mil m², o local tem capacidade para receber até 8 mil pessoas, com destaque para o grande teatro que abriga 1.593 pessoas.

LOGÍSTICA

Hidroviás do Brasil recebe dois novos empurradores troncais de última geração

A Hidroviás do Brasil, empresa de logística integrada, recebeu recentemente os seus novos empurradores troncais, embarcações de última tecnologia que trarão mais eficiência e segurança para a navegação da companhia. As embarcações, denominadas de HB Dourada e HB Mapará, serão responsáveis pela rota Miraituba - Barcarena, no Pará, promovendo mais eficiência operacional na operação Norte da Companhia.

Os novos empurradores contam com melhorias em relação aos modelos anteriores e foram customizados para a operação da Hidroviás do Brasil, com aprimoramento do sistema de ventilação e ar condicionado, redi-

mensionamento de geradores de porto, isolamento das purificadoras, entre outras modificações que garantem mais conforto para nossos tripulantes e eficiência para as operações.

Além disso, as embarcações possuem um sistema de propulsão diesel-elétrica, tecnologia que gera um melhor aproveitamento da energia, com posto por geradores elétricos que contribuem com a alta potência, sendo considerada a mais potente do Brasil entre os empurradores existentes.

As embarcações estão em fase final dos testes, adequações e inspeções e, em breve, estarão aptas para operar e realizar as primeiras viagens.

Com os mais novos ativos, a operação do Sistema Norte da Companhia passa a contar com uma frota de seis empurradores troncais com propulsores azimutais, que são hélices que permitem que as embarcações girem 360°, oferecendo melhor manobrabilidade, eficiência operacional e segurança para a tripulação e as comunidades no entorno.

A Diretora de Engenharia, Inovação e Tecnologia da Hidroviás do Brasil, Mariana Yoshioka, destaca o compromisso da companhia em investir na operação. “Somos uma empresa jovem que está realizando investimentos importantes em ativos que unem efi-

ciência, segurança, inovação e sustentabilidade. Reforçamos a necessidade de investir constantemente em inovações e na aprimoração de técnicas sustentáveis que tragam benefícios para a empresa e para toda a comunidade com quem ela se relaciona”, destaca a executiva.

Além dos empurradores troncais, a companhia começará a operar em breve os primeiros empurradores elétricos de manobra do mundo, também na região Norte do país. E recentemente, a empresa realizou as primeiras viagens com comboios de 35 barcaças, as maiores do Brasil na navegação fluvial, levando mais de 70

mil toneladas de grãos por viagem, entre Barcarena e Miraituba no Pará.

A Hidroviás do Brasil é uma empresa de soluções logísticas integradas com foco no transporte hidroviário na América do Sul e atua com quatro operações logísticas diferentes. No Norte (Itaituba-Barcarena, Pará), a empresa oferece uma alternativa logística para o transporte e escoamento de grãos originados principalmente da região Centro-Oeste do Brasil e destinados para exportação, sendo líder na região, com capacidade de movimentar 7,2 milhões de toneladas por ano. A companhia também opera nesta

região com cabotagem, com capacidade para movimentação de 6 milhões de toneladas de bauxita por ano. Já no Sul, a empresa opera na Hidrovia Paraguai-Paraná, com capacidade de movimentar quase 6 milhões de toneladas por ano de cargas diversas, como grãos originados no Paraguai e destinados para exportação, minério de ferro originados em Corumbá e destinados para abastecer a indústria Argentina e exportação, além de fertilizantes, celulose, entre outras. A Companhia também é arrendatária da área STS20 do Porto de Santos, destinada para recebimento, armazenamento e expedição de sal e fertilizantes, podendo chegar a uma capacidade de até 3,5 milhões de toneladas por ano.

A Hidroviás do Brasil foi fundada em 2010 e em 2020 fez o seu IPO no Brasil, passando a ser listada no segmento do Novo Mercado da B3 - demonstrando o seu elevado padrão de governança corporativa.

FRETE FRIA

Chegada do outono traz temporais para o estado do Rio Grande do Sul

A estação, marcada pelo período de transição entre a época mais quente e úmida para a estação mais seca e fria, vai até as 11h58 (horário de Brasília) do dia 21 de junho. A princípio, deverá contar com a neutralidade climática

Fernando Frazão - ABR



Várias localidades do Brasil sofreram com os transtornos causados pelas fortes chuvas no início deste ano, como alagamentos, deslizamentos e desabamentos. Em abril, é esperado chuvas em diversas localidades e as autoridades estão em alerta

As últimas horas do verão e o início do outono, a partir das 18h25 de segunda-feira, 20, foram marcados pelo avanço de uma frente fria no Rio Grande do Sul, que provocou temporais em vários pontos do Estado, incluindo a capital, Porto Alegre. Ainda de acordo com a Climatempo, há risco de fortes chuvas atingirem São Paulo, Manaus, Palmas, Macapá, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Campo Grande.

A estação, marcada pelo período de transição entre a época mais quente e úmida (verão) para a estação mais seca e fria (inverno), vai até as 11h58 (horário de Brasília) do dia 21 de junho. A princípio, deverá contar com a neutralidade climática de maneira geral.

No começo do outono, as frentes frias devem ser fracas a moderadas e costeiras e mais fortes e continentais no fim da estação, tanto no Sul quanto em parte do Sudeste do País, de acordo com a Climatempo. No decorrer dos dias, os per-

odos de sol ficam mais curtos e as noites, mais longas.

O mês de abril começará ainda com algumas pancadas de chuva típicas de verão, mas ao longo do mês o tempo seco tende a predominar. Não são esperadas temperaturas muito elevadas, principalmente no interior de São Paulo e Minas Gerais. Segundo a Climatempo, na faixa litorânea de São Paulo e Rio de Janeiro, há possibilidade de ainda chover forte.

Em maio e junho, o tempo seco predomina em toda a região, com possibilidade de dias de muito sol. Há chance de chover, acima da média, no sul da região entre São Paulo e Rio de Janeiro. "Massas de ar frio de moderada a forte intensidade podem chegar entre maio e junho, mas as quedas acentuadas de temperatura não serão muito frequentes", afirma a empresa de meteorologia.

No Nordeste, ainda chove bastante no mês de abril, com tendência de diminuição em junho. As temperaturas, principalmente as máximas, ficam abaixo da média neste período por causa da nebulosidade persistente, segundo

a Climatempo. Em junho, as temperaturas voltam a subir na região.

O Norte do País deverá ter ainda um mês de abril chuvoso, principalmente no Pará e no Tocantins, onde os volumes ficam acima da média. A temperatura acompanha esta tendência, ficando abaixo da média nestas localidades, devido à chuva persistente. Nas outras áreas, a temperatura sobe no decorrer do outono e fica acima da média no Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre. As chuvas frequentes da estação de outono elevam o nível dos rios da Bacia Amazônica, provocando as cheias dos rios entre junho e julho, de acordo com a Climatempo.

A estação começa com chuvas ainda irregulares sobre parte da região Sul, principalmente no Rio Grande do Sul. Em abril, ainda serão registradas temperaturas acima da média, assim como muita chuva. A partir de maio, são esperadas as variações térmicas, com entradas de algumas massas de ar frio de até forte intensidade.

Conforme a chuva diminui, o Centro-Oeste deverá regis-

trar aquecimento gradual no decorrer do outono. Em abril, ainda ocorrem pancadas de chuva típicas de verão entre o norte de Mato Grosso e Goiás. Em maio e junho, o tempo fica firme por toda a região na maior parte dos dias. Somente no sul e oeste de Mato Grosso do Sul pode chover acima da média neste período devido à chegada de frentes frias, conforme a Climatempo.

As quedas de temperatura mais acentuadas podem ocorrer especialmente em Mato Grosso do Sul e sudoeste de Mato Grosso. Os termômetros ficam acima da média entre maio e junho em Mato Grosso, oeste de Goiás e norte/oeste de Mato Grosso do Sul.

Após três anos de influência no clima global, chegou ao fim em fevereiro o fenômeno climático caracterizado pelo resfriamento das águas do Oceano Pacífico equatorial. Conforme a Climatempo, a La Niña terminou no mês passado, mas seus efeitos ainda podem ser sentidos no início de abril.

Com isso, tem início a transição para o El Niño, que deve elevar as temperaturas em todo o planeta. Neste caso, o

fenômeno se caracteriza por um aquecimento anormal do Oceano Pacífico equatorial. De acordo com a empresa de meteorologia, no fim do outono, já em junho, o Oceano Pacífico equatorial deverá estar com temperaturas acima da média em toda a faixa, principalmente próximo da América do Sul.

"O El Niño deverá se instalar de fato a partir de julho, e sua influência será notada a partir de agosto, como o aumento das chuvas na região Sul, diminuição no extremo norte e elevação das temperaturas, que tendem a ficar acima da média na metade da região Norte do país a partir de julho", acrescenta a Climatempo. "Estima-se que seja um El Niño de intensidade moderada neste período. Estamos monitorando se será de maneira forte no próximo verão."

Durante o outono, é comum observar o avanço da Alta Subtropical do Atlântico Sul (ASAS) pelo Sudeste, que favorece períodos mais secos entre as áreas centrais e parte do Sudeste do País, típicas da estação. Há ainda a formação de frentes frias e de instabilidades mais para o Sul

do Brasil, Mato Grosso do Sul, no Centro-Oeste, e São Paulo, na região Sudeste.

O El Niño costeiro deve impactar ainda no aumento de chuva em parte do Sul do Brasil, entre Santa Catarina e o Paraná, parte de Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

"Por influência do aquecimento do Oceano Pacífico, as temperaturas ficarão acima da média do sudoeste de São Paulo ao nordeste de Minas Gerais, passando pela zona da mata mineira e parte do sul mineiro, e todo o Estado do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além do noroeste do Estado de São Paulo", afirma a Climatempo.

Já do norte do Estado de São Paulo até o noroeste de Minas, a temperatura ficará abaixo da sua climatologia neste outono. Entre o centro do Estado de São Paulo e parte do norte de Minas Gerais, os termômetros ficarão dentro da média.

O último episódio de El Niño foi entre 2015 e 2016, ano mais quente da história, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Os efeitos desse evento climático podem durar até 18 meses.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO EDITAL DE OFERTA PÚBLICA VOLUNTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA BR PROPERTIES S.A.

A **SLABS INVESTIMENTOS LTDA.** ("Ofertante"), sociedade controlada indiretamente pela **GP INVESTMENTS, LTD.**, realizou hoje o primeiro aditamento ao Edital da Oferta Pública Voluntária ("Aditamento ao Edital" e "Oferta") para aquisição de ações da **BR PROPERTIES S.A.** ("Companhia"), publicado no dia 10 de março de 2023, conforme documento publicado em sua íntegra no dia de hoje nos seguintes websites: www.brpr.com.br; www.gp-investments.com/investor-relations/; <https://www.btgpactual.com/home/investment-bank>; <https://www.gov.br/cvm/pt-br>; e <https://diariocomercial.com.br/>.

O Aditamento ao Edital teve por finalidade (i) esclarecer determinados pontos da Oferta, de modo a facilitar o acesso às informações pelos acionistas da Companhia e dirimir eventuais dúvidas sobre a Oferta, e (ii) ajustar certas informações da Oferta, como, por exemplo, eliminar a possibilidade de aceitação condicionada e incondicionada da Oferta pelos acionistas da Companhia.

Ressalta-se que não foram alteradas quaisquer informações referentes (i) ao objeto da Oferta, (ii) ao preço da Oferta e às condições de pagamento, (iii) ao procedimento para aceitação e transferência das ações, exceto pelo acima descrito, (iv) à condição para consumação da Oferta relativa à aceitação da Oferta por acionistas da Companhia que representem um volume mínimo de ações de emissão da Companhia (observado, no entanto, que o Aditamento ao Edital contempla ajustes na redação de determinadas condições negativas aplicáveis à Oferta), (v) à Data do Leilão, e, portanto, ao prazo de validade da Oferta, e (vi) às informações sobre a Ofertante, conforme verificado no Aditamento ao Edital publicado nos sites mencionados.

Antes de decidir participar da Oferta, os acionistas da Companhia devem ler cuidadosamente o Aditamento ao Edital e os documentos relacionados à Oferta publicados em sua íntegra nos seguintes websites: www.brpr.com.br; www.gp-investments.com/investor-relations/; <https://www.btgpactual.com/home/investment-bank>; <https://www.gov.br/cvm/pt-br>; e <https://diariocomercial.com.br/>.

São Paulo, 21 de março de 2023

UBERLÂNDIA

IWG anuncia unidade em MG

O IWG - líder global e nacional em espaços de trabalho flexíveis como coworkings e escritórios - anunciou na segunda-feira sua mais nova unidade no Brasil. Situada em Uberlândia (MG), a inauguração está prevista para o segundo trimestre de 2023 e operará sob a marca Regus. Esse novo endereço do grupo, faz parte do plano de expansão da companhia no País, para oferecer serviços de qualidade em diversas cidades, à medida que o trabalho híbrido se torna uma realidade para cada vez mais trabalhadores. Esta unidade no Center Office, dentro do Complexo Center Shopping, é resultado de uma parceria com a EPS Empreendimentos, empresa do Grupo Arcom - Atacadista. Com mais de 700 mil habitantes, Uberlândia é a segunda

maior cidade do estado de Minas Gerais. Segundo Tiago Alves, CEO do IWG no Brasil, a demanda por novos espaços de trabalho na região teve um forte desempenho em 2022. "Essa nova unidade faz parte de uma iniciativa do IWG para atender à demanda, cada vez maior, por espaços de trabalho flexíveis. Sem dúvida, é uma ótima localização para impulsionarmos nossos planos de expansão", pontua.

Para o executivo, a necessidade desses locais continua aumentando à medida que o trabalho híbrido está entre as preferências de inúmeros trabalhadores que já se adaptaram ao modelo, garantindo benefícios tanto para os funcionários quanto para as empresas. "Trabalhar próximo de casa permite

um maior equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, evitando longos deslocamentos. Para as companhias, entre todas as vantagens, além da maior satisfação do colaborador, que passa a produzir mais e melhor, está a economia de até US\$ 11 mil por funcionário ao ano", destaca.

A unidade, localizada no piso L6 do Center Shopping, contará com instalações, incluindo escritórios privados, salas de reunião, coworking e espaços criativos. Por estar em uma localização privilegiada e fazer parte do Complexo Center Shopping - que possui mais de 300 lojas, polo gastronômico, alameda de serviços, hotel, torre empresarial e centro de convenções - o novo espaço da Regus estará conectado com a infraestrutura completa deste centro comer-

cial, com a praticidade de ter tudo ao seu redor, sem a necessidade de locomoção externa.

A chegada da Regus ao Center Shopping é uma consolidação do complexo corporativo que tem hoje mais de 40.000 m2 de escritórios, como destaca o CEO da EPS Empreendimentos SA, Eli Schettini. "O conceito de escritórios flexíveis e coworking, amplia a oferta de soluções sob medida para empreendedores que buscam soluções modernas, conveniências e facilidades que o complexo Center Shopping disponibiliza. A Regus chega em Uberlândia no momento em que a EPS Empreendimentos coloca em operação o Center Office, com mais de 9.000m2 de áreas corporativas para locação", destaca o executivo.

NUTRIÇÃO

Grão Malte inova ao lançar no mercado granola sustentável feita com malte

A Grão Malte, empresa reconhecida por produzir e comercializar produtos alimentícios sustentáveis à base de malte de reuso, pertencente ao ecossistema da JVMC Participações...

Além de ser um produto sustentável, desenvolvido por meio do reaproveitamento do malte que é descartado nas cervejarias e transformado em alimento, contribuindo também para evitar o desperdício.

Em seguida, passa pela brassagem, momento em que é feita toda a extração do açúcar. Ao final destas etapas, ele será moído e estará pronto para ser utilizado como alimento.

Percebemos um espaço no mercado de produtos saudáveis para trazer alimentos com ingredientes de reuso, como o malte, de forma a oferecer alternativas balanceadas para nutrição e garantindo a sustentabilidade do processo...

melhora do sistema nervoso, entre outros, afirma Emerson Cação, Sócio da Grão Malte e VP de Negócios da JVMC Participações.

O portfólio de produtos da Grão Malte conta com mistura para bolinhos de malte, ricos em fibras, em três sabores: cebola, alho e pimenta calabresa, além de farofas temperadas de malte produzidas artesanalmente com proteína de soja e fibra do malte nas versões tradicional e com pimenta.

CIMENTO TUPI S.A. - Em Recuperação Judicial. Relatório da Administração. Balanços patrimoniais resumidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Demonstrações do resultado resumidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido resumidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas resumidas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

ONGC CAMPOS LTDA. EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS (REDUÇÃO DE CAPITAL). Os sócios representando a totalidade do capital social da ONGC CAMPOS LTDA., sociedade empresária limitada, localizada na Avenida das Américas, nº 3.500, sala 518 e 519, Edifício Londres, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 29100-020 ("Sociedade"), resolvem, por julgar ser excessivo o atual capital social, aprovar a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais)...

COOPERATIVA SOL VERDE. Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, presencial de 31/03/2023. Presidente Felipe Amaral de Mattos, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei nº 5.764/1971 e art. 24 e seguintes do Estatuto Social), convoca os associados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, presencial, a realizar-se no dia 31 de março de 2023, na Rua do Passeio, 38, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20021-290, às 10:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas da Diretoria, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: (i) relatório da gestão; (ii) balanço; (iii) demonstrativo das sobras apuradas...

O Diário Comercial oferece um atendimento ágil e o melhor custo-benefício. Fale com quem entende de Publicidade Legal. Diários, Atas, Balanços, Editais, Avisos, Comunicados, Fatos Relevantes. www.diariocomercial.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65BE-A4C7-EF26-C5A3.

PORTO SUDESTE V.M. S.A.

CNPJ 18.494.485/0001-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: 1. Mensagem da Administração. A Administração da Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia"), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerramento do exercício de 2022, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho. **2. Relacionamento com auditores independentes:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia. Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente. A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente. **3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável.** Visão Geral sobre os Títulos Perpetuos de Remuneração Variável: Em fevereiro de 2014, Trafigura Pte. Ltd. ("Trafigura") e a Mubadala Development Company PJSC ("Mubadala"), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metais S.A. ("MMX"). O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASILE. BOLSA. BALCÃO ("B3") sob o ticker MMXM11 ("Títulos MMXM11"). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpetuos de Remuneração Variável ("TPRV"), em termos similares aos Títulos MMXM11 ("Port11"), os quais foram integralmente inscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 ("Oferta de Permuta"). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11: (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE ("PSR"): Um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR; (ii) Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM"): Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria "b" que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento. Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados. Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados. Há 983.407.010 Títulos

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a

	Embarcado		Embarcado		Embarcado		Embarcado		Take-or-pay/	
título de Royalties (acumulado)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
Volume TMMF (milhares de toneladas)	3.778	3.765	4.337	5.506						209.532
Volume TMOOC (milhares de toneladas)	54	52	—	—						106
Preço por Tonelada (USD)	5,00	5,00	5,00	5,00						5,00
PPI acumulado	1,02	1,02	1,02	1,02						0,58
Valor por Tonelada (USD)	6,02	6,02	6,02	6,02						5,58
Royalty Porto Sudeste (USD mil)	23.079	22.985	26.121	33.162						1.168.855
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste V.M. S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%						0,43%
Royalty Porto VM Calculado (USD mil)	99	99	112	143						5.026
Caixa disponível para pagamento de Royalties	—	—	—	—						—
Royalty pagável	—	—	—	—						—

Pagamento dos Royalties: O pagamento de Royalties em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos Royalties, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos Port11 ("Caixa Disponível para Royalties"). Os Royalties serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para Royalties apurado pela Porto Sudeste não ser

Port11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pela MMX. Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port 11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

Cálculo dos Royalties:

$$R = [(TMMF \times VpTDF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social
TMMF = Tonelagem Média de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre
TMOOC = Tonelagem Média de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre
VpTDF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro
VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas
FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os Royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro ("Valor por Tonelada para Minério de Ferro"). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento. Para as demais cargas: os Royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário ("valor por tonelada para demais cargas") serão calculados com base na margem da carga. A "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para uma margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties do Porto Sudeste do Brasil, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de take-or-pay indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de Royalties (TMMF na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um take-or-pay, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste do Brasil, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TMMF	—	—	—	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4
TMOOC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,11

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de take-or-pay, o compromisso de royalties está baseado neste segundo parâmetro. No 4º trimestre de 2022, o Porto Sudeste do Brasil embarcou 5.506 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e zero toneladas de outras cargas (TMOOC), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,02 (VpTDF e VpTDC) resultou em royalties de US\$ 33.146 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$ 172.947 mil no período. O acumulado de Royalties até esse trimestre é de US\$ 1.168.855 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$ 6.098.735 mil. Nenhum montante foi pago até este trimestre. A Porto Sudeste VM, subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil, tem US\$ 5.026 mil de royalties acumulados a receber, que convertidos para Reais totalizou R\$ 26.225 mil, referente a quantidade de Títulos Port11 que detém (proporção de 0,43% do total).

	Embarcado		Embarcado		Embarcado		Embarcado		Take-or-pay/	
título de Royalties (acumulado)	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	4º Trimestre	Acumulado
Volume TMMF (milhares de toneladas)	3.778	3.765	4.337	5.506						209.532
Volume TMOOC (milhares de toneladas)	54	52	—	—						106
Preço por Tonelada (USD)	5,00	5,00	5,00	5,00						5,00
PPI acumulado	1,02	1,02	1,02	1,02						0,58
Valor por Tonelada (USD)	6,02	6,02	6,02	6,02						5,58
Royalty Porto Sudeste (USD mil)	23.079	22.985	26.121	33.162						1.168.855
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste V.M. S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%						0,43%
Royalty Porto VM Calculado (USD mil)	99	99	112	143						5.026
Caixa disponível para pagamento de Royalties	—	—	—	—						—
Royalty pagável	—	—	—	—						—

Pagamento dos Royalties: O pagamento de Royalties em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos Royalties, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos Port11 ("Caixa Disponível para Royalties"). Os Royalties serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para Royalties apurado pela Porto Sudeste não ser

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em reais			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	368.766	114.923
Impostos a recuperar		3.203	3.251
Total ativo circulante		371.969	118.174
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos de remuneração variável - Port 11	5	58.644.411	60.158.945
Depósitos judiciais		—	139.237
Total ativo não circulante		58.644.411	60.298.182
Total do ativo		59.016.380	60.416.356
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	6	49.235	231.197
Impostos e contribuições a recolher		—	966
Total passivo circulante		49.235	232.163
Passivo não circulante			
Títulos de remuneração variável - PSVM 11	5	58.644.411	60.158.945
Contingências	9	14.354	—
Total passivo não circulante		58.658.765	60.158.945
Patrimônio líquido			
Capital social	7	2.276.040	1.676.040
Adiantamento para futuro aumento de capital		700.000	600.000
Prejuízos acumulados		(2.703.749)	(2.302.277)
Ajustes acumulados de conversão		36.089	51.485
Total do patrimônio líquido		308.380	25.248
Total do passivo e patrimônio líquido		59.016.380	60.416.356
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações do Valor Adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em reais		
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receitas	—	—
Insumos adquiridos de terceiros (incluindo ICMS e IPI)	—	—
Materials, energia, serviços de terceiros e outros	(182.165)	(437.839)
Outras despesas operacionais	(156.318)	—
Valor adicionado bruto	(338.483)	(437.839)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	83.993	19.489
Valor adicionado total a distribuir	(254.490)	(418.350)
Distribuição do valor adicionado		
Despesas financeiras	146.982	308.632
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do exercício	(401.472)	(726.982)
Total	(254.490)	(418.350)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em reais): 1. Contexto operacional: A Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia") foi constituída em 16 de julho de 2013, com objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro, Desde 13 de fevereiro de 2014, a Companhia é subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil S.A (a "Porto Sudeste"), sociedade de capital fechado responsável pelo terminal portuário denominado Porto Sudeste, dedicado à movimentação de minério de ferro. Instalado na Ilha da Madeira, em Itaguaí (RJ), o terminal está estrategicamente localizado e representa a menor distância entre os produtores de minério de ferro de Minas Gerais e o mar ("Porto Sudeste"). O empreendimento começou a ser construído em julho de 2010 e iniciou suas operações, em caráter de comissionamento em agosto de 2015 e comercialmente em janeiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízo no exercício de R\$ 401.472 e apresenta prejuízos acumulados de R\$ 2.703.749 no exercício findo naquela data. A Companhia encerrou o exercício de 2022 com uma posição de caixa de R\$ 368.766. A controladora Porto Sudeste do Brasil iniciou suas operações em janeiro de 2016 e, desde então, o volume anual e as tarifas portuárias vêm aumentando, o que levou ao crescimento do desempenho operacional e financeiro. Em 2021, a Porto Sudeste do Brasil negociou as condições dos empréstimos existentes, permitindo o alongamento dos vencimentos e a redução dos compromissos obrigatórios de curto prazo. A controladora Porto Sudeste do Brasil apresenta um fluxo de caixa operacional positivo, que após cobrir os investimentos em manutenção e os pagamentos de juros, é totalmente distribuído aos credores seniores para amortizar o principal (até dezembro de 2023), conforme cláusula de cash sweep dos contratos de empréstimos. A Porto Sudeste do Brasil vem trabalhando para aumentar sua utilização de capacidade, por meio do crescimento do volume de minério de ferro e diversificando para outras cargas, como a descarga de navios (ex.: carvão e coque) e a operação transbordo a contrabordo de petróleo. No 4º trimestre de 2022, a controladora Porto Sudeste do Brasil embarcou aproximadamente 5,5 milhões de toneladas de minério de ferro. A Porto Sudeste do Brasil também movimentou outras cargas nesse tri-

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em reais			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	8.1	(182.165)	(437.839)
Outras receitas (despesas) operacionais		(156.318)	—
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras		(338.483)	(437.839)
Resultado financeiro	8.2	83.993	19.489
Receitas financeiras		(146.982)	(308.632)
Despesas financeiras		(62.989)	(289.143)
Resultado antes dos impostos		(401.472)	(726.982)
Imposto de renda e contribuição social		—	—
Prejuízo do exercício		(401.472)	(726.982)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em reais			
		31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício		(401.472)	(726.982)
Outros resultados abrangentes:			
Ajustes acumulados de conversão		(15.396)	30.707
Total de outros resultados abrangentes		(416.868)	(696.275)
Total do resultado abrangente		(416.868)	(696.275)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em reais					
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.676.040	—	—	(1.575.295)	121.523
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	600.000	—	—	600.000
Prejuízo do exercício	—	—	—	(726.982)	(726.982)
Ajustes acumulados de conversão	—	—	30.707	—	30.707
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.676.040	600.000	51.485	(2.302.277)	25.248
Integralização de capital	600.000	(600.000)	—	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	700.000	—	—	700.000
Prejuízo do exercício	—	—	—	(401.472)	(401.472)
Ajustes acumulados de conversão	—	—	(15.396)	—	(15.396)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.276.040	700.000	36.089	(2.703.749)	308.380
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

mestre, através do desembarque de 55 mil toneladas de carvão e 3 operações de transbordo a contrabordo atracado de petróleo (ship-to-ship), quantidades ainda pouco representativas quando comparado ao minério de ferro. No acumulado do ano, totalizou-se 17,4 milhões de toneladas de minério de ferro, 0,5 milhões de toneladas de outros graneis sólidos e 5 operações de transbordo de óleo cru. A antiga controladora da Porto Sudeste, a MMX Mineração e Metais S.A. ("MMX"), possuía em circulação no mercado um título mobiliário de remuneração variável baseada na movimentação de minério do Porto Sudeste, denominado MMXM11. Por ocasião da venda do controle acionário da Porto Sudeste para as companhias Trafigura Pte. Ltd. ("Trafigura") e Mubadala Development Company PJSC ("Mubadala"), por meio de subsidiárias, restou acordada a assunção da dívida referente aos títulos MMXM11 pela Porto Sudeste. O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e Mubadala previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos Port11. A Companhia assumiu a parcela dos Títulos MMXM11 em circulação que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de fundo de investimento em infraestrutura (FIP-IE), como é o caso de alguns fundos de investimento. Em 31 de dezembro de 2014 foi aprovada em ata de Assembleia Geral Extraordinária a emissão de Títulos de Remuneração Variável Baseados em Royalties pela Companhia denominada PSVM11, os quais foram integralmente inscritos pela MMX. A conclusão desta emissão estava condicionada à referida distribuição pública secundária dos valores mobiliários de remuneração variável baseada em royalties a ser realizada pela MMX. Em 03 de março de 2015, foi encerrada a distribuição pública secundária, tendo sido distribuídos 12.539.802 de títulos de royalties, os quais foram integralmente adquiridos pela MMX, mediante a entrega de um igual número de títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da Porto Sudeste do Brasil S.A. (Port11). Os portadores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro e outras cargas embarcadas no Porto Sudeste, no valor de US\$5 (cinco dólares) por tonelada embarcada, ajustado pelo índice PPI, entendendo-se que, em qualquer trimestre, os pagamentos serão limitados ao Caixa Disponível da Companhia e outras condições determinadas em contrato - tudo conforme os termos previstos nas escrituras de emissão dos referidos títulos disponíveis no site da Companhia e arquivado na CVM. As mensurações destes títulos de remuneração variável com os devidos impactos contábeis estão descritas na Nota 5. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** a) Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas com

suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos Royalties até então determinados, tais royalties não pagos deverão ser adicionados ao montante dos Royalties do próximo trimestre. Os Royalties apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para Royalties suficiente para tanto. Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes Royalties, o caixa livre detido pela Porto Sudeste do Brasil for superior a US\$10 milhões ("Caixa Mínima de

PORTO SUDESTE V.M. S.A.

CNPJ 18.494.485/0001-82

utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a mensuração dos títulos de remuneração variável, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis:** Na elaboração destas demonstrações financeiras, as práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios das demonstrações financeiras. **3.1. Instrumentos financeiros:** a) **Ativos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma: **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. ii) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment):** O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. iii) **Baixa de ativos financeiros:** A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.3. Provisões (incluindo contingências):** Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais. **3.4. Títulos e valores mobiliários:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos de longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor justo. **3.5 Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferida são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada, e são reconhecidos sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240.000 e de 9% para contribuição social. **4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	14.736	10
Equivalente de caixa	354.030	114.912
	368.766	114.923

A Companhia mantém relacionamento com instituições financeiras de primeira linha. A totalidade do caixa disponível está alocado em contas correntes com liquidez corrente. As aplicações financeiras são remuneradas pelo CDI, curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa. **5. Títulos de remuneração variável:** Em fevereiro de

2014, Trafigura Pte. Ltd. ("Trafigura") e a Mubadala Development Company PJSC ("Mubadala"), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. ("MMX"). O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o ticker MMXM11 ("Títulos MMXM11"). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável ("TPRV"), em termos similares aos Títulos MMXM11 ("Port11"), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 ("Oferta de Permuta"). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11: (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE ("PSR"): Um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 deido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR; (ii) Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM"): Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'b' que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, pelo Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento. Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados. Os detentores dos títulos Port11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos P11 ("Royalties"), apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma: $R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOG \times VpTDC)] \times FP$. Onde: R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social; TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre; TMOG = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre; VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro; VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas; FP = Fator proporcional. Para cargas de minério de ferro: os Royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro ("Valor por Tonelada para Minério de Ferro"). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento. Para as demais cargas: os Royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário ("valor por tonelada para demais cargas") serão calculados com base na margem da carga. A "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento. Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties do Porto Sudeste do Brasil, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de take-or-pay indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante o volume de minério de ferro gerador de Royalties (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a uma take-or-pay, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste do Brasil, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TMMF	-	-	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	-
TMOG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de take-or-pay, o compromisso de royalties está baseado neste segundo parâmetro. Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes Royalties, o caixa livre deido pela Porto Sudeste do Brasil for superior a US\$10 milhões ("Reserva Mínima de Caixa"), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa ("Caixa Livre Disponível") para pagar aos detentores dos títulos os Royalties efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil ("Royalties Acumulados"). Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste do Brasil de pagar Royalties, exceto se houver Caixa Livre deido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. "Caixa Livre" significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste do Brasil menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste do Brasil por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste do Brasil, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste do Brasil exijam provisionamento. Em 31 de dezembro de 2022, a Porto Sudeste do Brasil realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos royalties aos detentores dos Títulos Port11. A Porto Sudeste do Brasil contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos royalties. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de Royalties Acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os royalties no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor

dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo. Há 983.407.010 Títulos Port11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto VM e 0,96% detidos pela MMX. A mensuração desses títulos Port11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital próprio de 11,90% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste do Brasil, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste do Brasil, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, movimentação de outros granéis sólidos, operações de transbordo a contrabordo de petróleo, entre outros. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$ 2.638.832 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$ 13.768.633 mil (US\$ 2.530.995 mil em 31 de dezembro de 2021, que convertidos para Reais totalizou R\$14.124.218 mil). Destes totais, os valores correspondentes a Porto Sudeste VM são representados na data base de 31 de dezembro de 2022 em US\$ 11.240 mil, que convertidos para reais totalizou R\$ 58.644 mil (US\$ 10.789 mil em 31 de dezembro de 2021, que convertidos para reais totalizou R\$ 60.159 mil). Durante o exercício de 2022, a Porto Sudeste do Brasil avaliou se havia a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável e após teste de valor recuperável realizado não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos e o mesmo se aplica, consequentemente, aos títulos de remuneração variável a receber reconhecidos na Porto Sudeste V.M. S.A. ("Companhia"). A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Porto Sudeste do Brasil está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto do custo médio ponderado de capital utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 7,00%. Essas projeções baseiam-se no Plano de Negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, premissas relacionadas a operação de outras cargas e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Porto Sudeste do Brasil entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo relacionados a exportação de minério de ferro, operação de outras cargas, entre outros.

6. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com publicação/divulgação	10.000	42.610
Auditoria	11.781	9.500
Outros Serv. PJ	27.454	179.087
	49.235	231.197

7. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 28 de dezembro de 2020 foi integralizado o valor de R\$ 400.000 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital com a emissão de ações de 1.272.840,899 ações ordinárias, com preço unitário de emissão de R\$ 0,00031425. Após o referido aumento de capital, a Companhia passa a ter o capital social subscrito de R\$ 1.676.040, dividido em 5.333.330,970 ações integralmente detidas pelo Porto Sudeste do Brasil S.A. Em 29 de abril de 2022 foi integralizado o valor de R\$ 600.000 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital com a emissão de ações de 126.742.656,131 ações ordinárias, com preço unitário de emissão de R\$ 0,0000473. Após o referido aumento de capital, a Companhia passa a ter o capital social subscrito de R\$ 2.276.040, dividido em 132.075.987,101 ações integralmente detidas pelo Porto Sudeste do Brasil S.A. b) **Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em abril de 2022, a Companhia recebeu de sua controladora Porto Sudeste do Brasil S.A. a título de adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$200.000. A expectativa de integralização do montante recebido via adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC" será em até 12 meses após o recebimento. Em julho de 2022 a Companhia recebeu de sua Controladora Porto Sudeste do Brasil S.A., o valor de R\$ 500.000. A expectativa de integralização do montante recebido via adiantamento para futuro aumento de capital "AFAC" será em até 12 meses após o recebimento. c) **Ajustes acumulados de conversão:** A Companhia possui R\$ 36.089 referente aos ajustes acumulados de conversão em 31 de dezembro de 2022, referente a conversão da moeda funcional (dólar) para a moeda de apresentação (real) da Companhia, para atendimento ao pronunciamento técnico CPC 02.

8. Despesas por natureza**8.1. Despesas administrativas por natureza como se segue:**

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros	(57.336)	(182.199)
Auditoria	(47.125)	(64.800)
CVM	(15.715)	(16.115)
Impostos e taxas	-	(340)
Advogados	(61.989)	(174.385)
	(182.165)	(437.839)

8.2. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(94.853)	(260.669)
Variação cambial	(52.116)	(47.924)
Imposto sobre resultado financeiro	(13)	(39)
	(146.982)	(308.632)

Receitas financeiras		
Rendimentos	16.480	2.272
Variação cambial	67.513	17.217
	83.993	19.489
	(62.989)	(289.143)

Resultado financeiro líquido

9. Provisão para contingências: A Companhia é ré em duas ações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados de empresas que atuaram na construção do terminal portuário Porto Sudeste, empreendimento da sua controladora, Porto Sudeste do Brasil S.A.. A Companhia nunca contratou com tais empresas ou seus empregados, tampouco teve participação na construção ou na operação do terminal Porto Sudeste, contudo foi incluída no polo passivo de tais ações por escolha dos reclamantes, potencialmente em razão da similaridade entre a denominação social das duas empresas. O reconhecimento da ilegitimidade passiva da Companhia, com sua consequente exclusão do polo passivo, depende de autorização judicial, que pode ser concedida pelo juízo ou não. No caso das ações aqui referidas a exclusão da Companhia do polo passivo, todavia não foi autorizada. Em 31 de dezembro de 2022 havia o saldo de R\$14.354 em ações trabalhistas provisionadas.

Conselho de Administração: Julien Rolland - Presidente; Oscar Pekka Fahlgren - Vice Presidente; Kelly Michele Thomson - Conselheiro; Carlos Bernardo Pons Navazo - Conselheiro. **Diretoria:** Jayme Nicolato - Diretor Presidente; Guilherme Caiado - Diretor de Operações; Thiago Roldão - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. **Contador:** Alexandre Carvalho de Andrade - CRC-RJ / 114354/O-4.

te se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP015199/F. Leonardo Araujo Ferreira - Contador - CRC-RJ116384/O-2.

PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A.

CNPJ 08.310.839/0001-38

Relatório da Administração: 1. Mensagem da Administração: A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - ("Porto Sudeste" ou "Companhia"), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2022, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho. 2. Relacionamento com auditores independentes: Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY") presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia. Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente. A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente. 3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável: Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável: Em fevereiro de 2014, Trafigráfica Pte. Ltd. ("Trafigráfica") e a Mubadala Development Company PJSC ("Mubadala"), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metais S.A. ("MMX"). O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigráfica e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO ("B3") sob o ticker MMXM11 ("Títulos MMXM11"). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável ("TPRV"), em termos similares aos Títulos MMXM11 ("Port11"), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 ("Oferta de Permuta"). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11: (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE ("PSF"); um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSF correspondia a uma quota. As quotas do PSF foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSF; (ii) Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM"): Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria "b" que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSMV11"), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSMV11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento. Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados. Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados. Há 983.407.010 Títulos Port11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSF, 0,43% detidos pela Porto VM, e 0,96% detidos pela MMX. Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil. R = [(TMMF x VpTMMF) + (TMOOC x VpTMOOC)] x FP Em que: R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social; TMMF = Tonelagem Média de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre; TMOOC = Tonelagem Média de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre; VpTMMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro (como definido abaixo); VpTMOOC = Valor por Tonelada para Demais Cargas (como definido abaixo); FP = Fator Proporcional. Para cargas de minério de ferro: os Royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro ("Valor por Tonelada para Minério de Ferro"). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento. Para as demais cargas: os Royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário ("Valor por tonelada para

demais cargas") serão calculados com base na margem da carga. A "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento. Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties da Porto Sudeste do Brasil, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de take-or-pay indicados na tabela abaixo:

Tabela com 5 colunas: Milhões de Toneladas, 2013, 2014, 2015, 2016. Linhas: TMMF (13,6, 31,9, 36,8, 36,8), De 2017 em diante, TMOOC (0,0, 0,0, 0,0, 0,0).

Milhões de Toneladas 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022
TMMF 13,6 31,9 36,8 36,8
TMOOC 0,0 0,0 0,0 0,0
Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de take-or-pay, o compromisso de royalties está baseado neste segundo parâmetro. No 4º trimestre de 2022, o Porto Sudeste do Brasil embarcou 5.506 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e zero toneladas de outras cargas (TMOOC), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,02 (VpTMMF e VpTMOOC) resultou em royalties de US\$ 33.162 mil no período. O acumulado de Royalties até esse trimestre é de US\$ 1.168.855 mil. Nenhum montante foi pago até este trimestre. Em 2022, totalizou-se 17,4 milhões de toneladas de minério de ferro embarcadas. A Porto Sudeste VM, subsidiária integral da Porto Sudeste do Brasil, tem US\$ 5.026 mil de royalties acumulados a receber, referente a quantidade de Títulos Port11 que detém (proporção de 0,43% do total).

Tabela de reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de Royalties (acumulado) de 2022. Colunas: Embarcado 1º, 2º, 3º, 4º trimestre, Take-or-pay/Embarcado Acumulado. Linhas: Volume TMMF, Volume TMOOC, Preço por Tonelada (USD), PPI acumulado, Royalty Porto Sudeste (USD mil), PSVM11 emitidos por Porto Sudeste VM, Caixa disponível para pagamento de Royalties.

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de Royalties (acumulado) de 2022.
Embarcado 1º trimestre 2022: 3.778
Embarcado 2º trimestre 2022: 3.765
Embarcado 3º trimestre 2022: 4.337
Embarcado 4º trimestre 2022: 5.506
Take-or-pay/Embarcado Acumulado: 209.532
Royalty Porto Sudeste (USD mil): 23.079, 22.985, 26.121, 33.162, 1.168.855
Caixa disponível para pagamento de Royalties: 0,43%, 0,43%, 0,43%, 0,43%, 0,43%

pela Porto Sudeste do Brasil for superior a US\$10 milhões ("Reserva Mínima de Caixa"), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa ("Caixa Livre Disponível") para pagar aos detentores dos títulos os Royalties efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil ("Royalties Acumulados"). Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste do Brasil de pagar Royalties, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. "Caixa Livre" significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste do Brasil menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste do Brasil por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste do Brasil, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCO, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste do Brasil exibam provisionamento. Em 31 de dezembro de 2022, a Porto Sudeste do Brasil realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos Royalties aos detentores dos Títulos Port11.

Tabela de Caixa Gerado para Pagamento de Royalties (em milhares de reais) de 2022. Colunas: 1º, 2º, 3º, 4º trimestre, Total. Linhas: Recebimento, Tributos Aplicáveis, Custo das Operações, Investimentos, Despesas Operacionais, Subtotal Geração de Caixa da Firma, Juros e Amortização da Dívida Sênior.

Total Caixa gerado para Pagamento de Royalties (1.370) (6.299) (5.438) (1.135)
O saldo de caixa existente na Porto Sudeste do Brasil (visão Controladora) refere-se ao saldo de aportes dos acionistas e a saldos que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e PIS/Cofins depositados em juízo. Neste trimestre, não houve saldo de Caixa Disponível para pagamentos de Royalties.

Tabela de Caixa Disponível para Pagamento de Royalties (em milhares de reais) de 2022. Colunas: 1º, 2º, 3º, 4º trimestre, Saldo. Linhas: Saldo Disponível em Caixa ou Contas Bancárias, Saldo Contribuído pelos Acionistas e Saldos Obrigatórios, Saldo Caixa Disponível para Pagamento de Royalties.

Contabilização do Port11: A Porto Sudeste do Brasil contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos Royalties. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de royalties acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os royalties no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo. A mensuração desses títulos Port 11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,90% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste do Brasil, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste do Brasil, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, entre outros. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$2.638.831, que convertidos para Reais totalizou R\$13.768.633 (US\$2.530.995, que convertidos para Reais totalizou R\$14.124.218 em 31 de dezembro de 2021). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSMV11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2022 em US\$11.239, que convertidos para reais totalizou R\$58.644 (US\$10.780, que convertidos para reais totalizou R\$ 60.159 em 31 de dezembro de 2021). Custos de transação: Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$14.073 em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.052 em 31 de dezembro de 2021), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo. Itaguaí, 07 de março de 2023. A Administração.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Tabela de Balancos patrimoniais com colunas Nota, Controladora 2022, Controladora 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Linhas: Ativo Circulante, Não circulante, Passivo Circulante, Não circulante.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Tabela de Demonstrações dos resultados com colunas Nota, Controladora 2022, Controladora 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Linhas: Receita líquida de venda de bens, Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, Resultado bruto, Receitas (despesas) operacionais, Resultado de equivalência patrimonial, Outras receitas (despesas) operacionais, Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos, Resultado financeiro, Despesas financeiras, Resultado antes dos tributos sobre o lucro, Imposto de renda e contribuição social, Prejuízo do exercício.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Tabela de Demonstrações dos resultados abrangentes com colunas Controladora 2022, Controladora 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Linhas: Prejuízo do exercício, Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação, Total dos resultados abrangentes.

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Tabela de Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido com colunas Capital social, Ajuste acumulado de conversão, Prejuízos acumulados, Total. Linhas: Saldos em 31 de dezembro de 2020, Integralização de Capital, Adiantamentos para futuro aumento de capital, Ajustes acumulados de conversão, Prejuízo do exercício, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Integralização de Capital, Adiantamentos para futuro aumento de capital, Ajustes acumulados de conversão, Prejuízo do exercício, Saldos em 31 de dezembro de 2022.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Tabela de Demonstrações dos fluxos de caixa com colunas Controladora 2022, Controladora 2021, Consolidado 2022, Consolidado 2021. Linhas: Fluxos de caixa das atividades operacionais, Investimentos, Financiamentos, Fluxos de caixa das atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas, Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos, Fluxos de caixa das atividades de financiamento, Adiantamento para futuro aumento de capital, Empréstimos captados, Fiança bancária, Empréstimos liquidados-pagamento de principal, Caixa líquido gerado pelas atividades (nas) atividades de financiamentos, Diferença cambial líquida, Variação cambial, Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa, No início do exercício, No fim do exercício, Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma): 1. Contexto operacional: A Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste" ou "Companhia") foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logística integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste ("Terminal" ou "Porto Sudeste"). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro. A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. ("Pedreira"), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. ("TCS"), Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM") e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A. A Trafigráfica Pte. Ltd. ("Trafigráfica") e Mubadala Development Company PJSC ("Mubadala"), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,33% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Os controladores Trafigráfica e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador. Situação financeira da Companhia: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado positivo de R\$94.176 mil, prejuízos no exercício de R\$553.637 mil e prejuízos acumulados consolidados de R\$4.570.695 mil, e dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 é negativo em R\$1.421.741 mil. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$99.223 mil. A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e possui fluxo de caixa operacional positivo. Contudo, considerando as limitações impostas pelos contratos da dívida sênior ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ou recurso de terceiros para suportar certas obrigações que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional (tais como taxas de garantias bancárias, e investimentos não relacionados à manutenção das operações de minério de ferro), de acordo com o modelo de negócios da Companhia, para os próximos 12 meses, estão previstos aportes de de R\$151.186 mil (equivalente a US\$28.976), que devem ser disponibilizados pelos acionistas. No 4º trimestre de 2022, a Companhia embarcou aproximadamente 5,5 milhões de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas nesse trimestre, através do desembarque de 55 mil toneladas de carvão e 3 operações de transbordo a contra bordo atracado de petróleo (ship-to-ship), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro. No acumulado do ano, totalizou-se 17,4 milhões de toneladas de minério de ferro, 0,5 milhões de toneladas de outras graneis sólidos e 5 operações de transbordo de óleo cru. Licenças: A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - Rio de Janeiro - RJ. Esta concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTIM), encontrando-se plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso offshore, a dragagem e a dragagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015. Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos. Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, pier e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas. Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de graneis líquidos. Em 2022, a Cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal. a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Em 07 de março de 2023, a administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. b) Base de preparação e mensuração: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com

exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional: Com o início das operações em 1º de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão". d) Consolidada: As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas: Participação - % Capital social Capital votante Localização da sede Atividade principal 2022 2021 2022 2021 Controladas diretas Pedreira TCS 99,98% 99,98% 99,98% 99,98% Brasil Brasil Extração e britamento de pedras Logística Detentora de parte dos títulos de royalties Porto VM 100% 100% 100% 100% Brasil Brasil Compra e venda Exportação 99,99% 99,99% 99,99% 99,99% Brasil Brasil de minério Descrição dos principais procedimentos de consolidação: (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas. (ii) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas. (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. (iv) Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado. (v) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido. 3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis: 3.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amor-

➔ continuação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

Do lucro líquido do exercício, serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal que não excedera a 20% do capital social integralizado, sendo o saldo do lucro distribuído aos acionistas na proporção de suas respectivas ações. Em 2022 foi distribuído a título de dividendos o montante de R\$ 101.511 correspondente ao mínimo obrigatório exigido por lei de 25%.

15. Receitas:		Consolidado	
	2022	2021	
Venda de mercadorias produzidas (I)	2.821.183	844.409	
Receita de alugueis	467.478	–	
Impostos e deduções	(283.908)	(94.167)	
Fretes	(119.472)	(78.116)	
Receita líquida	2.885.281	672.126	

(I) Variação da receita decorrente da incorporação da empresa Flydien Mineração em 1º de dezembro de 2021, visando a melhor governança das atividades imobiliárias.

16. Custos:		Consolidado	
	2022	2021	
Insumos	(370.615)	(137.819)	
Depreciação	(81.824)	(5.165)	
Receita líquida	(452.439)	(142.984)	

17. Despesas gerais e administrativas:

Controladora		Consolidado		
2022	2021	2022	2021	
Despesas com pessoal	–	(1.554.855)	–	
Serviços de terceiros	(243.277)	(162.025)	(801.037)	(422.023)
Energia elétrica	–	(114.333)	–	–
IPTU	(98.885)	(124.191)	(98.885)	(124.191)
ITR	(128.261)	(1.332)	(128.261)	(1.332)
ITBI	–	(166.783)	–	–
Taxas diversas	–	(91.282)	(8.691)	–
Outras	(813)	(27.559)	(130.919)	(69.750)
Total	(471.236)	(315.107)	(3.096.359)	(615.987)

Variação da despesa total decorrente da incorporação da empresa Flydien Mineração em 1º de dezembro de 2021, visando a melhor governança das atividades imobiliárias.

Embu Empreendimentos S.A. - CNPJ nº 06.243.416/0001-17

18. Despesas comerciais:

Consolidado		2022		2021	
Manutenção de veículos		(97.080)	(1.736)		
Depreciação		(19.922)	(493)		
Divulgação e propagação		–	(676)		
Arrendamento		(652.869)	(54.406)		
Despesas com aluguel		(18.010)	(1.530)		
Amortização arrol		–	(690)		
Outras		(129.079)	(2.161)		
Total		(917.850)	(72.790)		

19. Receitas financeiras:

Controladora		Consolidado		
2022	2021	2022	2021	
Juros e correções	2.168.998	1.071.645	2.170.256	1.110.420
Descontos obtidos	–	–	13.624	240
Rendimentos s/ aplicações financeiras	–	–	124.906	2.710
Total	2.168.998	1.071.645	2.308.786	1.113.370

20. Despesas financeiras:

Controladora		Consolidado		
2022	2021	2022	2021	
Despesa bancária	(1.727)	(1.214)	(10.388)	(4.146)
Juros passivos	–	–	(9.644)	(2)
Reversão de AVJ descomissionamentos	–	–	(345)	(11.789)
Total	(1.727)	(1.214)	(20.377)	(15.937)

21. Imposto de renda e contribuição social (lucro presumido):

Controladora		Consolidado		
2022	2021	2022	2021	
Receita tributável	–	2.821.183	844.409	
Lucro presumido	–	–	375.288	67.553
Outras receitas	2.168.997	1.071.646	3.983.386	1.033.771
(=) Base de cálculo IRPJ	2.168.997	1.071.646	4.358.674	1.101.324
(=) Base de cálculo CSLL	2.168.997	1.071.646	4.358.674	1.101.324
(x) Aplicação de alíquota do IRPJ - 15%	(325.350)	(160.748)	(630.186)	(165.199)
(+) Adicional - 10%	(192.900)	(83.165)	(388.254)	(110.132)
(x) Aplicação de alíquotas do CSLL - 9%	(195.209)	(96.446)	(402.437)	(99.119)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(713.459)	(340.359)	(1.420.877)	(374.450)

A Diretoria			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas			
<p>Reportamos a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa função é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e 			
<p>responsáveis divulgações feitas pela administração: • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>			
<p>São Paulo, 17 de março de 2023</p>			
<p>Grant Thornton</p>		<p>Emerson Del Vale da Silva Contador CRC 1SP-237.439/O-9</p>	
<p>Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/O-1</p>		<p>Contador: Moacir Borges de Sousa - CRC 1SP244923/O-6</p>	

Blau Farmacêutica S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 58.430.828/0001-80 - NIRE 35.300.416.406 | Código CVM nº 2462-7
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 19 de Abril de 2023

Ficam convocados os senhores acionistas da **Blau Farmacêutica S.A.** ("Companhia"), para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral" ou "AGO"), a ser realizada de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM/81"), em primeira convocação, no dia 19 de abril de 2023, às 14h30, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (I) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (II) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (III) fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (IV) eleger os membros do Conselho de Administração; (V) fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2023; e (VI) retificar o valor da destinação do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para a reserva de investimento que constou da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2022. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (I) alterar o Artigo 2º, §2º, do Estatuto Social da Companhia, para consolidar as filiais da Companhia; (II) alterar o Artigo 3º, Caput, do Estatuto Social da Companhia, para consolidar o objeto social das filiais da Companhia; (III) alterar o Artigo 18, com a inclusão dos incisos XXII e XXVI do Estatuto Social da Companhia, para ajustar as atribuições do Conselho de Administração; (IV) alterar os Artigos 21, Caput, e 24, §3º, do Estatuto Social da Companhia, para ajustar a denominação do atual Diretor Jurídico, de Compliance e de Governança Corporativa; (V) alterar o Artigo 22, §4º do Estatuto Social da Companhia, com a exclusão dos incisos VI, VII, VIII e X, para ajustar as atribuições do atual Diretor Jurídico, de Compliance e de Governança Corporativa; e (VI) consolidar o Estatuto Social da Companhia. Coita, 17 de março de 2023. **Rodolfo Alfredo Gerardo Hahn** - Presidente do Conselho de Administração. Este edital de convocação está sendo publicado de forma resumida, sua versão na íntegra pode ser acessada na versão online do Jornal Diário Comercial e nos sites de relações com investidores da Companhia, da CVM e da B3.

FAZENDA

SP libera mais R\$ 400 milhões em créditos acumulados de ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) autoriza nova transferência de crédito acumulado do ProAtivo, des-ta vez no valor de R\$ 400 milhões. Os recursos serão liberados aos contribuintes a partir de abril. O montante é destinado para empresas paulistas contribuintes do ICMS de qualquer setor econômico e que tenham crédito acumulado apropriado disponível para utilização. "O novo valor autorizado atende a demanda dos contribuintes do ICMS", destaca Samuel Kinoshita, secretário da Fazenda e Planejamento. "O ProAtivo é um programa interessante porque amplia a liquidez para os contribuintes que dispõem de créditos acumulados do ICMS. É injeção de dinheiro na economia paulista", completa o secretário.

Com a 6ª rodada, o total liberado aos contribuintes nos diversos pro-gramas de ampliação de liquidez de crédito acumulado deverá superar R\$ 2,1 bilhões. Os contribuintes nestas condições podem apresentar pedidos de 20 de março a 14 de abril, por meio do Sistema de Petição de Transferência de Crédito Acumulado Eletrônico - SIPET. Basta preencher o "Pedido de Transferência de Crédito Acumulado - 6ª Rodada ProAtivo", incluindo os documentos e informações ne-cessárias para a avaliação do pedido.

Após a verificação do cumprimento das condições, os contribuintes se-ão informados da decisão da Sefaz-SP por meio do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (DEC). O montante máximo autorizado será de, no máxi-mo, R\$ 60 milhões para cada empresa, que poderá transferir os valores em parcelas mensais de até R\$ 20 milhões por meio sistema e-CredAc.

As regras da 6ª rodada de autorização para transferência de crédito acumulado do Pro-Ativo podem ser conferidas na Resolução SFP nº 14/2023 e Portaria SRE nº 21/2023.

O Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisição de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado – Pro-Ativo – concede maior liquidez de crédito acumulado para quem investe em São Paulo, facilitando sua utilização pelos contribuintes conforme seu histórico de aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado.

Ele foi instituído por meio do Decreto nº 66.398/2021 e da Resolução SFP nº 67/2021, sendo executado por meio de sucessivas rodadas de autorização de transferência de crédito acumulado, nas quais são fixados os valores globais, limites mensais e períodos de utilização. A cada nova rodada de autorização, o contribuinte interessado deve protocolar pedido de adesão por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico - SIPET.

Uma vez deferido o pedido, o valor postulado pelo interessado será re-servado na conta corrente do crédito acumulado, mediante registro específico no Sistema e-CredAc e caberá ao contribuinte acessar o refe-rido sistema e efetivar a transferência pretendida, respeitando o pe-ríodo definido.

Caso não sejam efetuadas as transferências solicitadas até o prazo de-finito, as autorizações serão canceladas e o valor reservado será res-tituído à conta corrente do estabelecimento no Sistema e-CredAc.

YPE - YSER PINE CHEMICAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 15.842.377/0001-65 - NIRE: 35300439414
EDITAL DE CONVOCACÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convidados os senhores acionistas da YPE - YSER PINE CHEMICAL PARTICIPAÇÕES S.A., a ser reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede social, na cidade e Estado de São Paulo, à Avenida Moema, nº 300, CJ 112, CEP 04077-20, no dia 30 de março de 2023, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração do Estatuto Social da Companhia; b) Eleição da Diretoria; c) Omissão de interesse da Companhia. São Paulo, 21 de março de 2023. **FÍOS E OCEANOS - SOCIEDADE DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA S.A.** - João Nuno Donas Barreiros Cardoso.

BÉRGAMO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ/MF Nº 46.556.768/0001-22 - NIRE nº 35239208756
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIA REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO DE 2022. 1. DATA, HORA E LOCAL: No 1º dia do mês de dezembro de 2022, às 14:30, na sede da Bérgamo Participações Ltda. ("Sociedade"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucuri Zaidan S/N Conj 191 - Parte - Torre A Anexo Arq Olav R Campos 105 Edifício Ez Tower, Vila São Francisco (Zona Sul). **2. CONVOCACÃO E PRESENCAS:** Dispensadas as formalidades de convocação na forma da lei, tendo em vista a presença da sócia detentora da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, a OI S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade anônima com sede na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.230-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 76.535.764/0001-43, com seus atos constativos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCEJA) sob o nº 03.300.29520-8 ("OI"), neste ato representada por seus Diretores, o Sr. Rodrigo Modesto de Abreu e a Sr. Cristiane Barreto Sales. Presentes, ainda, o Srs. Thalles Eduardo Silva Gracelato da Paixão e David Tavares Neves Nunes, e a Sr. Daniella Geszkiert Ventura, na qualidade de representantes da Companhia, bem como o Sr. Antônio Luiz Feijó Nicolau, representante da Meden Consultoria Empresarial Ltda., empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação. **3. MESA:** Como Presidente, o Sr. Rodrigo Modesto de Abreu e, como Secretária, a Sr. Daniella Geszkiert Ventura. **4. ORDEM DO DIA:** (1) Ratificar a nomeação da Meden Consultoria Empresarial Ltda., com sede na Rua Primeiro de Março, nº 23, pavimento 2, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.936.447/0001-23 ("Meden"), como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Sociedade a ser incorporado ao patrimônio da OI ("Laudo de Avaliação"); (2) Examinar, discutir e deliberar sobre o Laudo de Avaliação elaborado pela Meden para fins de incorporação da Sociedade pela OI; (3) Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da Sociedade pela OI, bem como todos os seus anexos, o qual estabelece os termos e condições da incorporação da Sociedade pela OI ("Protocolo e Justificação"); (4) Deliberar sobre a proposta de incorporação da Sociedade pela OI, com eficácia a partir de 02 de janeiro de 2023 ("Incorporação"), na forma do artigo 1.116 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"); (5) Autorizar a prática de todos os atos necessários à efetivação e formalização da incorporação da Sociedade pela OI; e (6) Deliberar sobre os jornais a serem utilizados para a realização das publicações legais da Sociedade. **5. DELIBERAÇÕES:** Iniciada a reunião, a Sôcia decidiu eleger a Sr. Daniella Geszkiert Ventura para secretarier os trabalhos. Em seguida, com relação os itens constantes da Ordem do Dia, a Sôcia aprovou, sem quaisquer reservas ou ressalvas: (i) Ratificar a nomeação e contratação da Meden, acima qualificada, como empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido da Sociedade a ser incorporado pela OI; (ii) Aprovar o Laudo de Avaliação, previamente elaborado pela Meden, com base nas demonstrações financeiras da Sociedade levantadas em 02 de julho de 2022 ("Data-base"), que constitui o Anexo I do Protocolo e Justificação; (iii) Aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação, bem como os seus anexos e documentos pertinentes, firmado pelas administrações da OI e da Sociedade em 17 de outubro de 2022, o qual estabelece os termos e condições da Incorporação. O Protocolo e Justificação ora aprovado ficará arquivado na sede da OI, e a cópia, após rubricada pela Secretária, fica fazendo parte da presente ata como o seu Anexo I; (iv) Aprovar, na forma do disposto no artigo 1.116 do Código Civil, a proposta de Incorporação, com eficácia a partir de 02 de janeiro de 2023, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação aprovado no item (iii) supra; (v) Autorizar os Diretores da Sociedade e da OI, e procuradores devidamente constituídos, a praticar todos os atos necessários à efetivação e formalização da Incorporação da Sociedade pela OI, incluindo, mas não se limitando, ao arquivamento e publicação dos atos societários pertinentes e as averbações necessárias junto aos registros públicos competentes; e (vi) Aprovar a utilização do Jornal Diário Comercial, de São Paulo, e do Diário Oficial do Estado de São Paulo para a realização das publicações legais da Sociedade a partir da presente data. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, do que, para constar, lavrou-se esta ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pela Sôcia presente e pelos membros da Mesa. Assinaturas: Mesa: Como Presidente, Rodrigo Modesto de Abreu e como Secretária, Daniella Geszkiert Ventura. Sôcia: OI S.A. - Em Recuperação Judicial representadas por seus Diretores Rodrigo Modesto de Abreu e Cristiane Barreto Sales. A presente certidão é cópia fiel da ata original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 1º de dezembro de 2022. **Rodrigo Modesto de Abreu** - Diretor Presidente e Presidente da Mesa; **Daniella Geszkiert Ventura** - Secretária da Mesa. Juceps nº 64.443/23-1 em 09/02/2023.

Alice Bem Ltda.

CNPJ/ME nº 36.706.800/0001-70 - NIRE nº 35235960402
Redução do Capital Social
Aos 8 do mês de fevereiro de 2023, a Alice Participações Ltda., única sócia representando 100% do capital social da Alice Bem Ltda., CNPJ/ME nº 36.706.800/0001-70 - NIRE nº 35235960402 ("Sociedade"), decidiu pela redução do capital social da Sociedade considerado excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, em R\$ 50.000,000, passando de R\$ 123.006.000,00 para R\$ 73.006.000,00, com a extinção de 50.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, todas pertencentes a única sócia que será restituída no valor integral da redução.

ABG Agronegócios S/A

CNPJ 28.910.815/0001-27 - NIRE 3530009771 - Constituição 05/01/2023 - Sociedades por Ações
COMUNICADO
Início das atividades: 26/09/2017 - Capital R\$ 2.000,00 (dois mil reais) - Endereço: Avenida Professor José Maria Alkmin nº 906, sala F, Jardim Ester, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05366-000, Objeto Social: a sociedade tem por objeto a agricultura, pecuária e a prestação de serviço de qualquer natureza que sejam complementares ou que possam interessar direta ou indiretamente os objetivos das sociedades podendo inclusive participar como sócia ou acionista em quaisquer outras sociedades. Diretoria: **ACACIO BERNARDES GOMES**, brasileiro, empresário, casado em regime de comunhão universal de bens, portador da Cédula de identidade RG sob o nº 390.618 (SSP/GO) e inscrito no CPF sob nº 118.222.441-53, domiciliado na Avenida Professor José Maria Alkmin, nº 906, Jardim Ester, CEP 05366-000, na Cidade de São Paulo na situação de Diretor Presidente, **MARIA DIVINA MENDES GOMES**, brasileira, empresária, casada em regime de comunhão universal de bens, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº 1.237.610 (SSP/GO) e inscrito no CPF sob nº 010.919.111-00, domiciliado na Avenida Professor José Maria Alkmin, nº 906, Jardim Ester, CEP 05366-000, na Cidade de São Paulo/SP, na situação de Diretor

ESPORTES

Estado investirá R\$ 150 mi em programa de 'caça-talentos'

O Governador Tarcísio de Freitas anunciou nesta segunda-feira o Programa São Paulo Olímpico para a descoberta de novos talentos nas escolas estaduais. Ao todo, a gestão estadual vai investir R\$ 150 milhões na iniciativa e 600 professores de educação física serão capacitados.

O programa foi lançado juntamente ao calendário de competições oficiais da Secretaria de Esportes. O São Paulo Olímpico será implementado em forma de projeto-piloto em dez cidades: Araçatuba, Birigui, Campinas, José Bonifácio, Limeira, Lins, Novo Horizonte, Piracicaba, Santa Bárbara d'Oeste e São José do Rio Preto.

Neste primeiro momento, há seis modalidades disponíveis: atletismo, basquete, futsal, handebol, judô e vôlei. O programa será realizado em parceria com os municípios.

"A ligação entre esporte e educação será cada vez mais forte. Quanto talentos mais espalhados pelo Estado? Se dermos incentivo, eles vão aflorar. E essa turma vai fazer as bandeiras de São Paulo e do Brasil tremularem mais alto. Veremos medalhistas saindo do nosso programa e que vão inspirar outros jovens", destacou Tarcísio de Freitas.

As ações serão divididas em três etapas. A primeira consiste na iniciação esportiva para alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Aqueles que se destacarem serão encaminhados a Centros de Formação Esportiva a partir do 6º ano. Posteriormente, poderão ser encaminhados para o treinamento de alto desempenho.

"O objetivo é formar atletas olímpicos e investir no esporte como política pública. Vamos trabalhar a sociedade e seu sentido de cidadania desde os primeiros anos da idade escolar", afirmou a secretária de Esportes, coronel Helena Reis.

O calendário oficial de competições da Secretaria de Esportes contará com 39 eventos, que serão sediados em diversos municípios do Interior. A primeira competição de grande porte serão os Jogos da Melhor Idade (JOMI), em São Bernardo do Campo, de 27 de março a 2 de abril.

Outros eventos de grande porte são os Jogos Escolares, nove Copas de diferentes modalidades esportivas, o Campeonato Estadual de Futebol Professor José Astolpho e os Jogos Regionais nas oito regiões esportivas. A grande disputa de 2023 será a dos Jogos Abertos do Interior Horácio Baby Barioni, que neste ano chega à 85ª edição.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65BE-A4C7-EF-26-C5A3.

UNIP
B3 LISTED

Unipar

Companhia Aberta
(B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6)
Unipar Carbochloro S.A.
CNPJ/ME 33.958.695/0001-78
NIRE nº 35.300.454.758

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Prezados Acionistas, A Administração da Unipar Carbochloro S.A. ("Companhia" ou "Unipar") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PERFIL

A UNIPAR CARBOCLORO S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA+ (bra)) ("Unipar", "Companhia"), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de suas três unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participações na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina, Tucano Holdings e Veiores Holdings, empresas de geração eólica de energia e Lar do Sol, empresa de geração solar de energia no Brasil. Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (poliocloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros. A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atualização Responsável® para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa. A estratégia corporativa está segmentada em cinco pilares: Equipe e Cultura, Excelência Operacional, Competitividade, Sustentabilidade e Crescimento Sustentável, guiando os resultados apresentados no ano e preparando a empresa para um futuro de crescimento com a visão de ser referência global em nosso mercado de atuação e focar no crescimento com transparência e responsabilidade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é sua utilização da capacidade instalada. Em 2022, o índice de utilização médio das unidades da Unipar situou-se em 84%, cerca de 6 p.p. acima do obtido em 2021. Na planta de Cubatão, a utilização da capacidade instalada foi de 88%, sem alteração significativa frente a 2021. As plantas de Santo André e Bahía Blanca, com índices de 84% e 81%, respectivamente, superaram os patamares de 74% e 73% registrados em 2021. Cabe lembrar que, em 2021, ocorreu a parada geral para manutenção do Polo Petroquímico de SP, e, consequentemente da unidade de Santo André.

De acordo com o Relatório de Análise Conjuntural (RAC) da Abiquim, a demanda brasileira por produtos químicos de uso industrial, medida pelo consumo aparente nacional, caiu 5,6% em 2022 frente ao ano anterior. Nesta mesma base de comparação, as vendas internas recuaram 1,3% e a produção nacional mostrou redução de 5,4%. O volume das importações também declinou (-11,7%). Esses números evidenciam características de um mercado desaquecido em relação à utilização vigente no período compreendido entre o 2º semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022, em um cenário econômico mundial bastante restrito, agravado pela duração do conflito entre Ucrânia e Rússia e seus efeitos sobre o setor energético: escassez de gás natural e encarecimento de custos. No que se refere à utilização de capacidade instalada, o referido relatório indica um índice de 71% em 2022, 1 p.p. abaixo do índice médio de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	5	62.709	156.135	402.122	331.177	16	58.698	68.822	365.714	391.762
Aplicações financeiras	6	569.306	402.732	1.011.847	1.291.272	17	168.988	151.226	171.206	161.824
Contas a receber de clientes	7	207.123	173.595	541.716	676.256	18	55.211	52.550	186.458	160.472
Impostos a recuperar	8	38.054	55.676	197.299	68.187	22	254.800	93.265	291.331	326.519
Estoques	9	59.348	79.609	426.704	442.130	23	51.315	44.510	88.406	95.439
Despesas antecipadas	-	512	1.192	2.340	3.113	32	178.706	300.216	178.706	300.216
Créditos com empresas ligadas	11	28.068	47.253	-	-	20	866	1.386	5.191	8.411
Outros ativos circulantes	12	13.518	13.566	21.047	30.692	19	27.745	130.276	86.328	232.112
						21	699	313	23.095	22.580
							48.955	42.277	99.370	97.886
							845.983	884.841	1.495.805	1.796.221
Passivo Não Circulante						17	1.846.461	1.279.884	1.220.540	1.313.005
Emprestimos, financiamentos e debêntures						18	9.235	7.090	9.915	7.403
Salários e encargos sociais						22	417.057	468.997	660.385	631.290
Imposto de renda e contribuição social						23	10.272	18.050	19.954	32.248
Outros impostos e contribuições a pagar						24	6.056	4.180	26.021	51.274
Demandas judiciais						20	15.305	24.793	35.239	69.250
Energia elétrica						19	79.668	-	126.157	-
Passivo ambiental						21	4.961	2.452	36.864	25.736
Outros passivos não circulantes							8.198	276	8.232	844
							2.397.213	1.805.722	2.143.307	2.130.550
Capital social	25	927.877	699.002	927.877	699.002	25(d)	(31.039)	(1.401)	(31.039)	(1.401)
Ações em tesouraria	26	814	-	-	814	26	814	-	814	-
Reservas de lucros	26	1.010.773	1.147.566	1.010.773	1.147.566	26	1.010.773	1.147.566	1.010.773	1.147.566
Outras reservas	-	5.660	-	-	5.660	-	5.660	-	5.660	-
Outros resultados abrangentes	-	403.319	443.576	403.319	443.576	-	403.319	443.576	403.319	443.576
Atribuído à participação dos controladores	-	2.317.404	2.288.743	2.317.404	2.288.743	-	2.317.404	2.288.743	2.317.404	2.288.743
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	-	2.317.404	2.288.743	2.355.333	2.321.437	-	2.317.404	2.288.743	2.355.333	2.321.437
Total do passivo e patrimônio líquido	-	5.560.600	4.979.306	5.994.445	6.248.208	-	5.560.600	4.979.306	5.994.445	6.248.208

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2020	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da companhia	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Recompra de ações em tesouraria (Nota 25 (d))	(699.002)	(1.154)	804.599	-	-	1.725.007	14.032	1.739.039
Lucro líquido do exercício	-	(247)	-	-	1.984.764	1.984.764	19.069	2.003.833
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	-	-	4.549	-	-	4.549	-	4.549
Dividendos intermediários (Nota 32)	-	-	(154.831)	-	-	(154.831)	-	(154.831)
Dividendos propostos (Nota 32)	-	-	-	-	(1.491.515)	(1.491.515)	-	(1,491.515)
Constituição de reservas (Nota 26)	-	-	-	493.249	-	-	-	493.249
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	1.827	-	1.827	-	1,827
Efeito de transações com acionistas - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	219.189	219.189	-	219.189
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	219.189	219.189	-	219.189
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	-	-	5.546	5.546	-	5,546
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	-	-	(1.801)	(1.801)	-	(1.801)
Ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós-emprego da Companhia	-	-	-	-	91	91	-	91
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	240.441	-	(31)	-	(31)
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	-	-	-	(25.057)	-	(25.057)	(991)	(25.448)
Em 31 de dezembro de 2021	699.002	(1.401)	1.147.566	443.576	2.288.743	2.288.743	32.694	2.321.437
Em 31 de dezembro de 2021	699.002	(1.401)	-	-	1.147.566	-	32.694	2.321.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.325.921	1.325.921	8.382	1.334.303
Aumento do capital social (em 20/04/2022)	228.875	-	-	-	(228.875)	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 25 (d))	-	(43.824)	-	-	-	(43.824)	-	(43,824)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	-	-	-	-	532	532	-	532
Dividendos intermediários (Nota 32)	-	-	-	-	(1.125.000)	(1,125.000)	-	(1,125.000)
Dividendos propostos (Nota 32)	-	-	-	-	(109.371)	(109.371)	-	(109.371)
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	1.384	-	1.384	1,384
Concessão de ações	-	14.186	814	-	-	20.660	-	20,660
Constituição de reservas (Nota 26)	-	-	-	-	91.550	(91.550)	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(41.641)	(41,641)	-	(41,641)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	-	-	26.574	26,574	-	26,574
Ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós-emprego de controladas	-	-	-	-	(9.025)	(9,025)	-	(9,025)
Ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós-emprego da Companhia	-	-	-	-	(1.683)	(1,683)	-	(1,683)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós-emprego da Companhia	-	-	-	-	572	572	-	572
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	-	282.048	282,048	-	282,048
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	-	-	-	-	(340.127)	(340,127)	(4.376)	(344,503)
Em 31 de dezembro de 2022	927.877	(31.039)	814	5.660	1.010.773	403.319	37.929	2.355.333

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

2022	Controladora	2021	Consolidado	2021	Controladora	2020	Consolidado	
Receitas	3.072.770	2.057.010	8.860.351	7.735.784	(136.033)	(88.752)	(460.955)	(385.192)
Vendas brutas de produtos e serviços	(639)	(973)	(8.132)	(5.365)	(41.008)	(27.598)	(106.371)	(84.570)
Resultado na venda de ativos imobilizados e outros	57	453	(4.086)	(1.259)	(8.073)	(8.014)	(69.326)	(60.130)
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.072.188	2.056.490	8.848.133	7.729.160	(185.114)	(124.394)	(636.652)	(529.892)
Insumos adquiridos de terceiros	(802.083)	(690.039)	(3.889.432)	(3.409.539)	(479.709)	(362.471)	(1.090.991)	(1.002.790)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(318.315)	(247.802)	(724.454)	(540.831)	(338.464)	(226.309)	(569.924)	(450.817)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(5.957)	-	(9.075)	-	(3.195)	(2.631)	(10.959)	(26.262)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.126.355)	(937.841)	(4.622.961)	(3.950.370)	(821.368)	(591.411)	(1.671.874)	(1.479.233)
Valor adicionado bruto	1.945.833	1.118.649	4.225.172	3.778.790	(194.509)	(102.432)	(219.734)	(301.365)
Depreciação e amortização	(95.664)	(90.086)	(247.294)	(219.353)	(2.455)	(1.922)	(2.482)	(1.947)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.850.169	1.028.563	3.977.878	3.559.437	(205.78)	(28.898)	(70.425)	(160.247)
Valor adicionado recebido em transferência	-	-	-	-	(217.542)	(133.252)	(292.641)	(463.559)
Resultado de equivalência patrimonial	673.715	1.264.909	16.772	(2.534)	(1.125.000)	(1.491.515)	(1.125.000)	(1.491.515)
Receitas (despesas) financeiras	64.936	113.599	(21.413)	497.638	(200.921)	(493.249)	(200.921)	(493.249)
Outros	(38.875)	426.750	(37.767)	421.975	(1.325.921)	(1.184.764)	(1.334.303)	(2.003.832)
Valor adicionado total a distribuir	2.549.945	2.833.821	3.935.470	4.476.516	(1.125.000)	(1.491.515)	(1.125.000)	(1.491.515)
Distribuição do valor adicionado	-	-	-	-	(2.549.945)	(2.833.821)	(3.935.470)	(4.476.516)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unipar Carbochloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 - 22ª andar, Itaim Bibi - São Paulo - SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, B3E, Balço, sob os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP 6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica. A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2022 a Vila Velha possuía 17,52% (em 31 de dezembro de 2021 - 17,4%) do capital total da Unipar e 50% (em 31 de dezembro de 2021 - 49,7%) de suas ações ordinárias. A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Unipar Argentina") e detém ações que representam 98,72% (em 31 de dezembro de 2021 - 98,63%) do seu capital votante. Em sua operação, a Unipar

Com relação aos preços internacionais, o valor médio da soda líquida (US Gulf Coast, spot, export) teve um aumento representativo de 286% em relação ao preço médio no 1T21. No caso do PVC (US Gulf Coast, spot, export), o preço manteve, ao longo do ano, uma trajetória declinante que se iniciou em junho/2022, verificando-se, assim, redução de 55% em relação ao preço médio do 1T21. Considerando a ciclicidade de margens que caracteriza o segmento de resinas, a evolução do preço do PVC no 2º semestre de 2022 mostra sinais de um ciclo de baixa, face ao atual descaimento de oferta e demanda, diante da demanda reduzida no mercado internacional.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida consolidada, em 2022, foi de 7.270,4 milhões, crescimento de 15,6% em relação a 2021, decorrente do maior volume de vendas no ano e da elevação do preço médio da soda cáustica no mercado internacional.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

Em 2022, o CPV Consolidado foi de R\$ 5.560 milhões, 15,2% superior a 2021, decorrente da elevação dos preços dos insumos em relação ao ano passado, notadamente gás natural, energia elétrica e etileno e do maior volume de vendas.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As despesas com vendas consolidadas, em 2022, somaram R\$ 272,5 milhões, crescimento de R\$ 37,8% em relação ao ano anterior, decorrente do maior volume de vendas, além do aumento do custo de frete. As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 508,0 milhões, 24,2% superior a 2021, decorrente, principalmente, de eventos não-recorrentes como o Plano de Concessão de Ações e consultorias estratégicas para novos projetos. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas consolidadas corresponderam a uma despesa de R\$ 111,3 milhões em 2022, nos quais estão incluídas doações a projetos sociais e provisão ao fundo de incentivo à pesquisa, enquanto em 2021, houve recorte dada a inclusão de parte do crédito de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e ajuste de preço de aquisição relacionado ao acordo realizado em dezembro/2021 com a vendedora da Unipar Indupa SAIC. O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban, Tucano Holdings III, Lar do Sol e Veiores foi de R\$ 16,8 milhões em 2022. O valor positivo foi decorrente, principalmente, do reconhecimento de multa contratual de fornecedor no Complexo Edício Tucano.

EBITDA (calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022)

Em 2022, o EBITDA consolidado foi de R\$ 2.627,6 milhões, redução de 17,0% em relação a 2021, devido a eventos não recorrentes com efeitos positivos (ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa SAIC e reconhecimento de créditos de PIS/COFINS) em 2021.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido Consolidado foi negativo em R\$ 328,3 milhões em 2022. O resultado negativo no ano ocorreu devido à perda na variação cambial (R\$ 362,4 milhões no 3T22) decorrente de contrato de mútufo firmado entre Unipar Indupa do Brasil e Unipar Indupa SAIC que envolveu a compra de títulos públicos da Argentina cedidos à Unipar Indupa do Brasil e negociados no mercado norte americano. A expectativa é que haja redução desta perda ao longo do contrato em função de arbitragem de taxas frente a variação cambial.

LUCRO LÍQUIDO

A Unipar registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 1.334,3 milhões, 33,4% inferior a 2021, devido a eventos não recorrentes com efeitos positivos (ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa SAIC e reconhecimento de créditos de PIS/COFINS) em 2021.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentava Dívida Líquida Consolidada, com saldo negativo em R\$ 22,2 milhões. Em 2022, a dívida bruta reduziu 5,6% em relação a 31 de dezembro de 2021, com destaque para a amortização final da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e amortização parcial da 5ª emissão de debêntures, conforme cronogramas originais. No ano, houve alocação de capital no programa de recompra de ações no montante de R\$ 43,8 milhões.

SUSTENTABILIDADE

A Sustentabilidade está no DNA da Unipar e, em 2022, a Companhia deu um passo muito importante com a divulgação do 1º relatório de sustentabilidade e os compromissos de curto e longo prazo que englobam investimentos em projetos que totalizam R\$ 1,4 bilhão até 2030 e que tem como temas principais

Elfa Medicamentos S.A.

CNPJ nº 09.053.134/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com recorde histórico de vendas, Grupo Elfa confirma trajetória de crescimento
São Paulo, 14 de março de 2023 – Elfa Medicamentos S.A. anuncia os resultados consolidados para o 4º trimestre de 2022 (4T22) e 2022. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em milhões de Reais nominais, preparadas de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações aqui contidas devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022 arquivados na CVM e disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupoelfa.com.br).

Destques Operacionais e Financeiros 4T22
• **Receta Líquida (ROL) de R\$ 1.767,2 milhões** no 4T22, representando aumento de 19,9% versus o 4T21, sendo 6,7% orgânico
• **Lucro Bruto de R\$ 300,7 milhões** no 4T22, aumento 38,6% em relação ao 4T21.
• **EBITDA Ajustado de R\$ 248,2 milhões** no 4T22, aumento 353,2% em relação ao 4T21.
• **Lucro Líquido Ajustado de R\$ 133,6 milhões** no 4T22, aumento 856,7% em relação ao 4T21.
• **Fluxo de Caixa Operacional de R\$ 271,0 milhões** no 4T22, diminuição 12,04% em relação ao 4T21.

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
ROL Ajustada	1.474,3	1.767,2	19,9%	5.840,4	6.174,6	5,7%
Lucro Bruto Ajustado	217,0	300,7	38,6%	891,9	893,8	0,2%
Margem Bruta (% ROL) Ajustada	14,7%	17,0%	2,3 p.p.	15,3%	14,5%	-0,8 p.p.
EBITDA Ajustado	54,8	248,2	353,2%	351,2	487,6	38,8%
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	3,7%	14,0%	10,3 p.p.	6,0%	7,9%	1,9 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	14,0	133,6	856,7%	229,8	144,4	-37,2%
Margem Líquida (% ROL)	0,9%	7,6%	6,6 p.p.	3,9%	2,3%	-1,6 p.p.
Lucro Líquido	(15,6)	96,3	717,8%	176,7	84,4	-52,3%
Margem Líquida (% ROL)	-1,1%	5,4%	6,5 p.p.	3,0%	1,4%	-1,7 p.p.

Mensagem de Administração. O ano de 2022 foi um ano bastante desafiador para toda a cadeia de saúde. O cenário pós pandemia trouxe desafios na adequação nas cadeias de suprimentos, no balanço entre a oferta e demanda de algumas das nossas principais linhas de negócios e no cenário inflacionário da estrutura logística. Mesmo diante desse cenário de alta complexidade, toda nossa experiência e solidez no modelo de negócio possibilitou que pudéssemos atravessar esse ano com resultados sustentáveis e com uma tendência de retomada de crescimento no curto prazo. Em relação ao trimestre anterior tivemos um crescimento de 9,1% e 19,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Continuamos buscando oportunidades para fortalecer nosso portfólio de produtos e serviços e expandir nossa presença nacional em segmentos e canais selecionados onde temos vantagens competitivas relevantes, gerando valor para nossos clientes e acionistas. Pelo 2º trimestre consecutivo crescemos em nossa maior linha de negócios de Medicamentos Referência - Privado (Segmento de Especialidades Farmacéuticas) com ganhos de participação de mercado. Observamos também evolução importante nas vendas em OPME (MedTech - Segmento de Materiais Médico Hospitalares) e no segmento de Nutrição com crescimento superior a 90% vs 4º trimestre de 2021. Apesar da evolução em relação ao trimestre anterior, o segmento de Materiais Essenciais (produtos descartáveis - Segmento de Materiais Médico Hospitalares) e a Descarpack ainda enfrentaram um cenário desafiador por terem sido os mais beneficiados no mesmo período do ano anterior.

Continuamos focados na nossa estratégia de sermos uma solução "one stop shop" para nossos clientes, buscando oportunidades para fortalecer nosso portfólio de produtos e serviços, e expandir nossa presença nacional em segmentos e canais que enxergamos como relevantes diferenciais competitivos para geração de valor aos nossos clientes e acionistas. Seguimos confiantes na resiliência do mercado em que a Elfa está inserida, pautado pelo contínuo crescimento da idade média da população (envelhecimento), foco do investimento de longo prazo das grandes farmacéuticas em inovações no segmento de medicamentos de Referência de alto valor agregado, maior acesso da população brasileira à saúde, e a oferta de serviços de alto valor agregado para nossos clientes e parceiros comerciais, sendo a Elfa e os dois players mais relevantes e preparados com suas soluções de gestão e logística para o mercado de saúde brasileiro.

Agenda ESG
Nossa agenda ESG ganhou ainda mais tração no 4º trimestre de 2022, com a consolidação do 1º inventário de carbono da Elfa, que abrangiu todas as empresas do Grupo. Mantivemos, ainda, o foco em nossa agenda de Diversidade & Inclusão, intensificando as ações dos Comitês de Mulheres, Pessoas Negras, Gerações e LGBTQIAP+, patrocinados pelo Comitê de Diversidade da companhia.

Sempre objetivando manter o protagonismo frente às pautas de Compliance e Governança Corporativa, pavimentamos em 2022 um caminho que nos permitiu assumir compromissos públicos, para liderar os pilares ESG no segmento de saúde do Brasil.

Eventos Subsequentes
Em 13 de janeiro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social da Companhia correspondente a um aporte de R\$ 253.630, mediante a emissão de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado. O preço de emissão foi de R\$ 9,98 por Ação, determinado com base no disposto no art. 170, §1º, inciso I da Lei nº 6.404/76.

Desempenho Financeiro - Receita Líquida

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
Receita Operacional Líquida	1.474,3	1.767,2	19,9%	5.840,4	6.174,6	5,1%
Especialidades Farmacéuticas	1.285,0	1.391,0	8,3%	4.867,9	4.811,9	-1,1%
Materiais Médico Hospitalares	189,3	376,2	98,8%	972,5	1.362,7	40,1%

A receita operacional líquida ajustada atingiu R\$ 1.767,2 milhões no 4T22, um aumento de 19,9% em relação ao 4T21. Com impacto positivo das aquisições do período e a melhoria da nossa maior linha de negócios, Medicamentos de Referência, parcialmente compensados pela contração de vendas em nosso segmento de essenciais dentro da nossa linha de Materiais Médico Hospitalares. Em "Especialidades Farmacéuticas" observamos receita operacional líquida ajustada no 4T22 cresceu de 8,3% em relação ao ano anterior, o crescimento foi sustentado principalmente pela performance de Medicamentos de Referência (+23% vs 4T21) e retomada do crescimento do segmento de delivery (+13% vs 4T21) com a normalização das cadeias de suprimentos. Apesar do forte crescimento orgânico entregue no 4T22, ainda observamos um cenário de recuperação de margens em função do período de pandemia, principalmente em "Genéricos e Similares". Nosso segmento de "Materiais Médico Hospitalares" apresentou um crescimento de 98,8%, principalmente pelo efeito da aquisição da Descarpack, pelo aumento de volume de cirurgias eletivas na nossa BU de MedTech e aceleração do varejo na nossa BU de Nutrição, parcialmente compensados pelo efeito negativo da pandemia em nossa linha de "Essenciais" onde observamos uma tendência de recuperação de margens aos níveis pré pandemia.

Em relação ao ano de 2022, a receita líquida ajustada atingiu R\$ 6.174,6, um crescimento de 5,7% em relação ao 12M21. Na linha de "Especialidades Farmacéuticas" o resultado do ano apresentou uma queda de -1,1% em função da performance no 1S22. Em contrapartida a linha de "Materiais Médico Hospitalares" entregou crescimento de 40,1%, principalmente pelo efeito da aquisição da Descarpack.

Lucro Bruto

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
Lucro Bruto	217,0	300,7	38,6%	891,9	893,8	0,2%
Especialidades Farmacéuticas	174,8	220,6	26,2%	662,7	600,3	-9,4%
Materiais Médico Hospitalares	42,2	80,1	90,0%	229,2	293,5	28,0%

A margem bruta atingiu 17,0% no 4T22, um crescimento 2,3pp em relação ao 4T21. Este aumento de margem foi consequência de relação ao 4T21. Essa redução das despesas operacionais, decorrente de medicamentos de referência, parcialmente compensado por Genéricos & Similares principalmente com o cenário pós-pandemia. No Segmento de Materiais Médico Hospitalares tivemos uma redução da margem bruta em -1,0 pp concentrada nas linhas "Materiais Essenciais" e principalmente na Descarpack. "Especialidades Farmacéuticas" apresentou aumento de lucro bruto ajustado de 26,2%, e margem bruta de 2,3pp devido a: (i) retomada de preços mais competitivos; (ii) revisão das condições comerciais com laboratórios e (iii) contabilização do DIFAL de 2022 referente aos Q2 e Q3 no resultado desse trimestre. "Materiais Médico Hospitalares" apresentou crescimento de lucro bruto ajustado de 90,0%, reflexo da aquisição da Descarpack.

No acumulado do ano, o lucro bruto ajustado atingiu R\$ 893,8 milhões, o que representa um aumento de 0,2% em relação ao 12M21, consequência do cenário competitivo mais desafiador no pós pandemia em alguns segmentos do nosso negócio, parcialmente compensado pelo efeito positivo de nossas aquisições no período com margens superiores. A margem bruta atingiu 14,5%, contração de -0,8p.p. em relação ao 12M21, principalmente pela forte base de comparação do período de pandemia.

Despesas Operacionais

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
Despesas Operacionais	(162,2)	(52,5)	-67,7%	(540,7)	(406,2)	-24,9%
Especialidades Farmacéuticas	-11,0%	-3,0%	8,0 p.p.	-9,3%	-6,6%	2,7 p.p.

No 4T22, as despesas operacionais totalizaram R\$ 52,5 milhões (3,0% da receita operacional líquida), uma redução de 67,7% em relação ao 4T21. Essa redução das despesas operacionais, decorrente da gestão disciplinada nas despesas gerais e administrativas, que está nos permitindo compensar uma inflação de 11% nos últimos doze meses combinado com o faseamento de algumas despesas no ano de 2022. No acumulado de doze meses de 2022 as despesas operacionais totalizaram R\$ 406,2 milhões (6,6% da receita operacional líquida), uma redução de 24,9% em relação a 2021.

EBITDA Ajustado

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
EBITDA Ajustado	54,8	248,2	353,2%	351,2	487,6	38,8%
Lucro Bruto Ajustado	217,0	300,7	38,6%	891,9	893,8	0,2%
Margem Bruta (% ROL)	16,7%	17,0%	-3,6 p.p.	15,6%	14,3%	-1,3 p.p.

A EBITDA Ajustado do 4T22 totalizou R\$ 248,2 milhões, um aumento de 353,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Este aumento é decorrente principalmente de (i) aumento do lucro bruto ajustado em 38,6%, (ii) redução em despesas operacionais, parcialmente compensado por (iii) contabilização do DIFAL de 2022 referente aos Q2 e Q3 no resultado desse trimestre. No acumulado de dezembro, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 487,6 milhões um aumento de 38,8% em relação ao 12M21. Este aumento é decorrente principalmente do (i) aumento do lucro bruto ajustado em 0,2% e (ii) maior eficiência de custos decorrentes de disciplina e planejamento tributário eficiente.

Lucro Operacional (EBIT)

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
EBITDA Ajustado	54,8	248,2	353,2%	351,2	487,6	38,8%
Margem EBITDA Ajustado (% ROL)	3,7%	14,0%	10,3 p.p.	6,0%	7,9%	1,9 p.p.
Margem Recorrentes	(29,5)	(37,3)	26,3%	(53,0)	(60,0)	13,1%
Depreciação e Amortização	(32,8)	(43,8)	33,5%	(113,3)	(160,0)	41,2%
Lucro Operacional (EBIT)	(7,6)	167,1	2294,4%	184,9	267,6	44,7%

O Lucro Operacional (EBIT) do 4T22 foi de R\$ 167,1 milhões, representando um aumento de 2294,4% em comparação ao 3T21. No 12M22, o Lucro Operacional observado foi de R\$ 267,6 milhões, o que resultou em um crescimento de 44,7% em comparação com o 12M21. Adicionalmente ao crescimento de 38,8% do EBITDA Ajustado, o Lucro Operacional contempla os efeitos de (i) resultados não recorrentes consequência de aquisições (gastos com advogados e "due diligence") e integrações (suporte de consultorias) e (ii) incremento em Depreciação e amortização, principalmente decorrente da amortização de mais-valia de aquisições no período.

Resultado Financeiro

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
Despesas Financeiras	(36,3)	(76,1)	109,4%	(93,4)	(280,2)	200,1%
Recitas Financeiras	0,4	3,7	818,5%	7,9	22,6	187,1%
Resultado Financeiro	(35,9)	(72,4)	101,6%	(85,5)	(257,7)	201,3%

O resultado financeiro do 4T22 apresentou despesa líquida de R\$ 72,4 milhões, um aumento de 101,6% em relação ao 4T21. Esse crescimento foi motivado principalmente pelo aumento do endividamento do Grupo para financiar a agenda de aquisições de 2021 (Biодente, DRS e TLS) e a aquisição da Descarpack em abril de 2022 (endividamento bancário e contas a pagar de adquiridas) bem como um aumento da taxa básica de juros.

O resultado financeiro do 12M22 apresentou uma despesa líquida de R\$ 257,7 milhões, representando um aumento de 201,3% sobre o mesmo período do ano anterior. Essa evolução decorre pelos mesmos fatores observados no trimestre (elevação do endividamento e contas a pagar de aquisições).

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	2021	2022	
Lucro operacional antes de impostos	(a)	(43,5)	94,7	99,4	9,9
Alíquota combinada legal	(b)	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
IR/CSII às alíquotas da legislação	(c)	14,8	(32,2)	(33,8)	(3,4)

A Companhia se beneficia de regime especial de ICMS com redução de base de cálculo. De acordo com a legislação tributária brasileira, benefícios fiscais de ICMS convalidados pelo CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) são também excluídos da base de cálculo do IR/CSLL – conforme pode ser observado acima na linha "Subvenção para investimentos".

(R\$ Milhões)	4T21	4T22	VAR.	2021	2022	VAR.
Lucro Operacional (EBIT)	(7,6)	167,1	2294,4%	184,9	267,6	44,7%
Resultado Financeiro	(35,9)	(72,4)	101,6%	(85,5)	(257,7)	201,3%
IR/CSLL	27,9	1,6	-94,3%	77,4	74,4	-3,8%
Lucro Líquido	(15,6)	96,3	717,8%	176,7	84,4	-52,3%

Margem Líquida (% ROL)
-1,1%, 5,4%, 6,5 p.p., 3,0%, 1,4%, -1,7 p.p.
Não recorrentes 29,5 37,3 26,3% 53,0 60,0 13,1%
Lucro Líquido Ajustado
14,0 133,6 856,7% 229,8 144,4 -37,2%
Margem Líquida (% ROL)
0,9%, 7,6%, 6,6 p.p., 3,9%, 2,3%, -1,6 p.p.
O lucro líquido atingiu R\$ 96,3 milhões no 4T22, um aumento de 717,8% em relação ao 4T21, consequência principalmente do aumento do lucro operacional (EBIT). Ajustando o efeito de despesas não recorrentes de R\$ 37,3 milhões, o lucro líquido ajustado no 4T22 avançou 856,7% e atingiu R\$ 133,6 milhões. Em relação ao 12M22, o lucro líquido atingiu R\$ 84,4 milhões, uma redução de 52,3% em relação ao 12M21, consequência principalmente do aumento das despesas financeiras, parcialmente compensado pelo resultado positivo do IR/CSLL. Ajustando o efeito de despesas não recorrentes de R\$ 60,0 milhões, o lucro líquido ajustado no 12M22 recuou -37,2% e atingiu R\$ 144,4 milhões.

Endividamento
(R\$ Milhões)
Empréstimos e financiamentos 349,5 651,9
Curto prazo 422,7 1.278,5
Longo prazo (a) 772,2 1.930,5
Caixa e equivalentes de caixa (456,2) (323,7)
Caixa (b) **(356,2) (323,7)**
Divida Líquida (a + b) **(1.161,1) 1.606,8**

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições por aquisição de novas contro ladas	41,6	15,8
Captações	501,5	1.538
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	52,8	204,5
Pagamento de principal	(232,1)	(445,8)
Pagamento de juros	(25,4)	(171,1)
Total empréstimos, financiamentos e derivativos	717,5	1.858,8
Arrendamentos a pagar	54,7	71,7
Total capital de giro e derivativos	772,2	1.930,5

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições por aquisição de novas contro ladas	41,6	15,8
Captações	501,5	1.538
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	52,8	204,5
Pagamento de principal	(232,1)	(445,8)
Pagamento de juros	(25,4)	(171,1)
Total empréstimos, financiamentos e derivativos	717,5	1.858,8
Arrendamentos a pagar	54,7	71,7
Total capital de giro e derivativos	772,2	1.930,5

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições por aquisição de novas contro ladas	41,6	15,8
Captações	501,5	1.538
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	52,8	204,5
Pagamento de principal	(232,1)	(445,8)
Pagamento de juros	(25,4)	(171,1)
Total empréstimos, financiamentos e derivativos	717,5	1.858,8
Arrendamentos a pagar	54,7	71,7
Total capital de giro e derivativos	772,2	1.930,5

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições por aquisição de novas contro ladas	41,6	15,8
Captações	501,5	1.538
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	52,8	204,5
Pagamento de principal	(232,1)	(445,8)
Pagamento de juros	(25,4)	(171,1)
Total empréstimos, financiamentos e derivativos	717,5	1.858,8
Arrendamentos a pagar	54,7	71,7
Total capital de giro e derivativos	772,2	1.930,5

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições por aquisição de novas contro ladas	41,6	15,8
Captações	501,5	1.538
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	52,8	204,5
Pagamento de principal	(232,1)	(445,8)
Pagamento de juros	(25,4)	(171,1)
Total empréstimos, financiamentos e derivativos	717,5	1.858,8
Arrendamentos a pagar	54,7	71,7
Total capital de giro e derivativos	772,2	1.930,5

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições por aquisição de novas contro ladas	41,6	15,8
Captações	501,5	1.538
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	52,8	204,5
Pagamento de principal	(232,1)	(445,8)
Pagamento de juros	(25,4)	(171,1)
Total empréstimos, financiamentos e derivativos	717,5	1.858,8
Arrendamentos a pagar	54,7	71,7
Total capital de giro e derivativos	772,2	1.930,5

Abaixo, a movimentação do exercício de 2021 e do 12M22.

	2021	2022
Saldo Inicial	379,1	717,5
Adições		

Elfa Medicamentos S.A.

CNPJ nº 09.053.134/0001-45

13. Investimentos (controladora)
a. Composição dos investimentos

Investida	Percentual de participação		Patrimônio Líquido		Ativos Indenizatórios		Mais valia		Ágio (Goodwill)		Total Investimentos	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prescrita	100%	100%	212.745	143.159	-	-	-	-	8.569	-	223.770	143.159
Juros	100%	100%	159.667	-	-	-	1.390	1.754	5.207	5.207	166.264	170.594
Cristal	100%	100%	-	52.414	-	-	-	3.197	-	8.569	-	64.180
Grupo CDM	100%	100%	128.482	75.691	-	-	28.504	36.586	46.091	46.091	203.077	158.368
Grupo Medcom	100%	100%	167.988	147.945	-	-	63.476	78.768	221.274	221.274	452.738	447.987
Atrial	100%	100%	263.638	195.295	-	-	43.219	53.042	328.945	328.945	635.802	577.282
Mostaert	100%	100%	60.291	41.461	36.954	36.954	29.153	33.498	27.832	27.832	154.230	139.745
Biohosp	100%	100%	165.797	109.902	-	-	90.110	103.214	68.445	68.445	324.352	281.561
Dupatri	100%	100%	105.748	108.828	-	-	81.248	97.541	23.700	23.700	210.696	230.069
Grupo DRS	100%	100%	(59.248)	(68.500)	38.911	38.911	53.885	58.423	53.329	53.329	86.877	82.103
TLS	95%	95%	(16.973)	(7.943)	-	-	8.946	12.916	14.233	36.984	41.873	52.220
Descarpack	100%	-	117.447	-	52.052	-	-	312.118	-	460.527	-	942.144
Total			1.305.582	970.825	136.863	84.811	718.475	480.256	1.280.903	820.376	3.441.823	2.356.268

b. Informações financeiras resumidas

Investida	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Patrimônio Líquido		Resultado Líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prescrita	254.285	171.478	185.179	81.820	156.584	96.230	70.135	11.909	212.745	143.159	32.577	31.223
Jaw	144.349	101.968	174.573	210.357	100.274	66.182	58.980	73.510	159.668	172.633	(8.076)	17.744
Cristal	-	65.315	-	41.932	-	-	-	-	-	52.414	(3.960)	4.154
Majela	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.078)
Grupo CDM	204.459	116.477	415.477	30.428	112.814	55.441	10.660	15.76	128.482	75.691	8.132	635
Grupo Medcom	223.343	235.136	106.678	43.586	146.411	126.243	4.528	167.988	147.945	147.945	13.343	13.343
Atrial	423.342	339.797	284.214	256.901	220.429	235.479	223.489	166.324	263.638	195.295	(4.968)	(15.290)
Mostaert	92.864	128.002	31.841	21.457	27.484	56.028	36.930	51.700	60.291	41.461	18.226	33.925
Biohosp	197.706	233.343	87.319	22.504	112.048	143.554	7.180	2.391	165.797	109.902	14.322	35.889
Dupatri	182.498	181.756	45.902	32.016	95.173	98.082	27.479	6.862	105.748	108.828	5.595	37.013
Grupo DRS	54.481	36.736	60.087	46.353	58.617	60.724	115.199	90.925	(59.248)	(61.823)	4.742	607
TLS	4.507	2.518	11.063	7.643	9.013	6.224	23.530	11.880	(16.973)	(7.943)	(10.307)	(3.043)
Descarpack	218.510	-	123.446	-	120.317	-	104.190	-	117.450	-	(5.016)	-
Total	2.001.387	1.612.520	1.159.799	794.991	1.159.167	994.598	696.434	442.088	1.305.585	970.825	56.520	154.122

c. Movimentação dos investimentos

Saldo em 01/01/2021	Prescrita		Jaw		Cristal		Majela		Grupo CDM		Grupo Medcom		Atrial		Mostaert		Biohosp		Dupatri		Grupo DRS		TLS		Descarpack		Total			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ágio gerado na aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Baixa por incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	(5.568)	(961)	-	-	(226.557)	-	(221)	-	(2.043)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisição de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.772)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital	56.295	45.453	5.045	-	26.713	83.240	65.995	11.170	28.629	1.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	31.223	17.744	4.154	(2.078)	635	13.343	(15.290)	33.925	35.889	37.013	607	(3.043)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2021	143.159	179.594	64.180	-	158.368	447.987	577.282	139.745	281.561	230.069	82.103	52.220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio gerado na aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa por incorporação	45.543	233.343	(45.543)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	(978)	(3.770)	(1.086)	-	(334)	(4.748)	-	(13.640)	-	(25.807)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital	(32.277)	(67.438)	(20.771)	-	(132)	(5.799)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	35.746	65.955	7.200	-	37.042	10.025	63.488	9.899	28.469	1.765	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	32.577	(8.076)	(3.980)	-	8.132	5.273	(4.968)	18.226	14.322	5.595	4.742	(10.307)	(5.016)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	223.770	166.264	-	-	203.077	452.738	635.802	154.230	324.352	210.696	86.877	41.873	942.146	3.441.823	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

14. Intangível

Vida útil definida	Controladora		Consolidado		Compras de mercadorias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Carteira de clientes	982.923	(279.616)	703.307	553.468	Cirúrgica Jaw	(199.970)	(107.367)	-	-
Non-competes	7.301	(4.917)	2.384	3.205	Prescrita	(22.430)	95	-	-
Software e outros intangíveis	37.546	(17.223)	20.323	13.550	Grupo CDM	(6.734)	(11.109)	-	-
Saldo em 31/12/2021	1.027.770	(301.756)	723.314	570.228	Total	(229.134)	(229.189)	-	-
Ágio incorporado	87.235	-	87.235	87.235	Palácio Participações Ltda - Epp	(623)	(176)	(623)	(176)
Saldo em 31/12/2022	111.505	(32.338)	107.751	111.023	Lie Participações Ltda	(755)	(1.055)	(755)	(1.055)
Carteira de clientes	982.923	(279.616)	703.307	553.468	Antônio Carlos Ferreira De Souza e Thálio Coelho Moraes Guerra	-	-	(256)	-
Non-competes	7.301	(4.917)	2.384	3.205	Shirley Gershenson Administradora De Bens Eireli	-	-	(85)	(81)
Software e outros intangíveis	37.546	(17.223)	20.323	13.550	Wilson Gil Filho e Alessandra Moreno de Aguiar	-	-	(48)	(6)
Saldo em 31/12/2021	1.027.770	(301.756)	723.314	570.228	Thálio Coelho Moraes Guerra	-	-	-	(226)
Ágio incorporado	87.235	-	87.235	87.235	Gershenson Participações Societárias Ltda	-	-	(162)	(152)
Saldo em 31/12/2022	111.505	(32.338)	107.751	111.023	All Invest Empreendimentos Imobiliários	-	-	(439)	(472)
Carteira de clientes	982.923	(279.616)	703.307	553.468	Total	(1.378)	(1.231)	(2.368)	(2.168)
Non-competes	7.301	(4.917)	2.384	3.205	Pátria Investimentos Ltda	(103)	(308)	(103)	(308)
Software e outros intangíveis	37.546	(17.223)	20.323	13.550	Gestão e Transformação Consultoria S.A. (e)	(3.150)	(3.763)	(3.150)	(3.763)
Saldo em 31/12/2021	1.027.770	(301.756)	723.314	570.228	Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S/A (f)	(82)	(42)	(82)	(42)
Ágio incorporado	87.235	-	87.235	87.235	Total	(3.335)	(4.113)	(3.335)	(4.113)
Saldo em 31/12/2022	111.505	(32.338)	107.751	111.023					

</

Elfa Medicamentos S.A.

CNPJ nº 09.053.134/0001-45

(d) Reserva de incentivos fiscais
A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 34.206 (R\$33.925 em 2021). Os incentivos fiscais são destinados após o encerramento do exercício para conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

A Companhia e suas controladas se beneficiam do regime especial de tributação de redução de base de imposto na Paraíba, em Goiás, no Distrito Federal e em Minas Gerais. Os regimes de tributação foram reconhecidos como benefício fiscal pelos respectivos Estados e reinstalados nos termos da Cláusula Primeira do Convênio ICMS nº 190/2017, de 15.12.2017. Além dos regimes acima o grupo se beneficia da possibilidade de recolher o tributo em regime diferenciado (substituto tributário) nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Pará e Ceará com cálculo de recolhimento diferenciado para cada regime.

De acordo com a legislação tributária brasileira aplicável, o benefício fiscal de ICMS validados pelo CONFAZ são excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que registrado em reserva de lucros, que somente poderá ser utilizada para:

- (i) Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou;
- (ii) Aumento do capital social. Caso essa destinação não seja observada, a Companhia poderá ficar sujeita à tributação pelo IRPJ e CSLL.

e. Reserva de capital
O saldo de reserva de capital no montante de R\$ 877.330 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 634.707 em 31 de dezembro de 2021), as movimentações apresentadas no ano de 2022 estão apresentadas abaixo:

i. R\$ 152.027 referentes reserva de ágio na emissão de novas ações para os vendedores da Descarpac em 2 de maio de 2022;

ii. R\$ 78.902 referentes reserva de bônus de subscrição na emissão de novas ações para os vendedores da Descarpac em 2 de maio de 2022;

f. Distribuição de lucros e pagamento de dividendos adicionais

A destinação dos lucros da Companhia, conforme o seu Estatuto Social, será:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.;

(b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

(c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.;

(e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e

(f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.

Os acionistas renunciarão, por unanimidade, ao recebimento de dividendos (incluindo os dividendos mínimos obrigatórios) enquanto a Companhia não realizar uma oferta pública de ações. A renúncia, que ora se aplica, destina-se, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, está formalizada em acordo de acionistas, celebrado por todos os acionistas da Companhia.

21. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta				
Venda de mercadorias - clientes privados	2.159.629	1.672.215	5.575.699	5.314.046
Venda de mercadorias - clientes públicos	374.840	263.444	1.288.880	1.150.887
Receita bruta total	2.534.469	1.935.659	6.864.579	6.464.933
Deduções da receita bruta				
Devolução de vendas - clientes privados	(29.685)	(23.652)	(92.043)	(80.489)
Devolução de vendas - clientes públicos	(12.263)	(3.657)	(37.125)	(34.393)
Descontos concedidos	(3.182)	(1.076)	(10.651)	(3.597)
Impostos sobre vendas (a)	(50.703)	(63.611)	(390.141)	(506.079)
Total de deduções da receita	(95.833)	(91.996)	(529.960)	(624.558)
Receita operacional líquida	2.438.636	1.843.663	6.174.619	5.840.375

A rubrica apresenta os impostos sobre vendas registrados no exercício, bem como o reflexo da reversão ocorrida no período, conforme mencionado na Nota Explicativa 19.

22. Custos e despesas por função e natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Por função				
Custo das mercadorias vendidas	(2.180.388)	(1.622.520)	(5.280.858)	(4.948.462)
Comerciais	(104.468)	(72.696)	(363.940)	(278.962)
Gerais e administrativas	(119.977)	(137.518)	(436.642)	(459.216)
Perdas por redução ao valor recuperável	(1.695)	(8.023)	(25.226)	(18.936)
Outras receitas (a)	184.020	59.196	251.655	60.170
Outras despesas	(33.024)	(7.035)	(51.933)	(10.082)
(2.255.542)	(1.788.596)	(5.907.004)	(5.655.475)	
Por natureza				
Custo de venda de mercadorias	(2.180.388)	(1.622.520)	(5.280.857)	(4.948.462)
Salários e encargos sociais	(88.800)	(82.538)	(313.080)	(315.153)
Remuneração baseada em ações	(21.090)	(8.742)	(21.090)	(8.742)
Comissões sobre vendas	(22)	(2.765)	(13.368)	(19.836)
Fretes, carretos e embalagens	(22.160)	(18.176)	(90.839)	(78.784)
Amortização e depreciação	(12.765)	(7.533)	(159.978)	(113.312)
Condomínios e outros gastos de ocupação	(4.279)	(1.051)	(10.214)	(4.891)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(53.886)	(73.313)	(89.773)	(110.835)
Perdas por redução ao valor recuperável	(1.695)	(8.023)	(25.226)	(18.936)
Viagens e hospedagem	(5.850)	(2.821)	(7.407)	(9.395)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(797)	(542)	(3.001)	(7.470)
Outras receitas (a)	184.020	59.196	251.655	60.169
Outras despesas	(47.830)	(19.768)	(143.826)	(79.828)
(2.255.542)	(1.788.596)	(5.907.004)	(5.655.475)	

Conforme mencionado na nota explicativa 19, a Companhia efetuou a reversão da provisão para pagamento de DIFAL. Os montantes de R\$ 75.597 e R\$ 96.823, controladora e consolidado, respectivamente, foram registrados na rubrica de "Outras Receitas" correspondente a provisões registradas em períodos anteriores. Adicionalmente, a Companhia efetuou o registro de R\$ 5.754 e R\$ 41.603, controladora e consolidado respectivamente, de recuperação de créditos fiscais federais de períodos anteriores.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(181.368)	(48.210)	(204.500)	(52.756)
Juros sobre parcelas de aquisições de investimentos	(40.951)	(23.602)	(56.868)	(28.106)
Outras despesas financeiras	(13.401)	(1.297)	(18.866)	(12.527)
(235.720)	(73.109)	(280.234)	(93.388)	
Receitas financeiras				
Juros ativos	-	1.439	2.454	3.177
Rendimento aplicação financeira	15.681	1.836	19.705	4.065
Outras receitas financeiras	-	6	394	613
15.681	3.281	22.553	7.855	
Resultado financeiro	(220.039)	(69.828)	(257.681)	(85.533)

24. Imposto de renda e contribuição social

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Corrente:				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	(28.906)	(24.393)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	(10.406)	(8.782)
(39.313)	(39.313)	(39.313)	(33.175)	
Diferido:				
Imposto de renda pessoa jurídica	45.664	25.854	83.648	81.286
Contribuição social sobre o lucro líquido	16.439	9.307	30.113	29.263
62.103	35.161	113.762	110.549	

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na demonstração do resultado apresentam a seguinte conciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social	19.574	139.361	9.933	99.367
Alíquota combinada legal	-34%	-34%	-34%	34%
Efeito líquido despesa do IRPJ/CSLL correntes e diferidos às alíquotas da legislação	(6.655)	(47.383)	(3.377)	(33.785)

Ajustes ao lucro líquido que afetam o lucro fiscal:

Equivalência patrimonial	19.217	52.402	-	-
Subvenção para investimentos	34.206	33.925	77.426	107.519
Outras adições e exclusões, líquidas	15.334	(3.783)	400	3.640
Adições e exclusões, líquidas	68.757	82.544	77.826	111.159
Total creditado ao resultado	62.103	35.161	74.449	77.734
Alíquota efetiva %	-317%	-25,2%	-750%	-77,9%

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceram créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

As bases de cálculo para impostos ativos, líquidos, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para redução de valor recuperável de contas a receber	6.638	9.069	26.333	17.872
Provisão de perdas com estoques	210	259	5.634	3.810
Provisões diversas	33.039	21.413	134.531	75.182
Ágio	-	2.468	-	2.468
Remuneração baseada em ações	19.868	15.670	19.868	15.670
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	143.792	92.070	178.216	126.057
204.210	140.949	364.582	241.059	

(a) Estudos técnicos de viabilidade elaborados pela Administração indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e de suas controladas e do mercado em que a mesma opera. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram identificados indícios de irrecuperabilidade de créditos tributários nas investidas CDM, Antibol, Oncorio, Nacional e Proclar. Os saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras já estão impactados pelo reflexo da baixa dos créditos tributários mencionados.

Abaixo segue a expectativa de realização de créditos fiscais:

	Controladora					Total
	Prejuízo fiscal negativo	Provisão para redução de base de valor recuperável	Provisão de perdas com estoques	Provisões diversas	Remuneração baseada em ações	
Saldo em 31/12/2020	59.051	6.340	66	9.669	2.901	12.698
Resultado do exercício	31.410	(1.590)	190	(7.201)	12.352	35.161
Incorporações (a)	1.609	1.312	3	-	4	2.928
Reclassificação ICPC09	-	-	-	-	10.519	10.519
Outras movimentações	-	-	-	-	1.616	1.616
Saldo em 31/12/2021	92.070	6.062	259	2.468	27.392	12.698
Resultado do exercício	51.722	(2.044)	(49)	(2.468)	6.510	62.681
Incorporações	-	780	-	-	-	780
Saldo em 31/12/2022	143.792	6.638	210	33.092	19.868	204.410

(a) O saldo refere-se ao processo de incorporação da investida Majela conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.

	Consolidado					Total
	Prejuízo fiscal negativo	Provisão para redução de base de valor recuperável	Provisão de perdas com estoques	Provisões diversas	Remuneração baseada em ações	
Saldo em 31/12/2020	65.917	11.434	175	9.669	25.820	125.710
Resultado do exercício	56.008	4.827	3.635	(7.201)	53.477	311.549
Combinações de negócio	-	1.696	-	-	-	1.696
Outras movimentações	-	-	-	-	3.104	3.104
Saldo em 31/12/2021	121.925	17.757	3.810	2.468	82.401	12.698
Resultado do exercício	56.291	7.796	1.824	(2.468)	52.130	122.743
Combinações de negócio	-	780	-	-	-	780
Saldo em 31/12/2022	178.216	26.333	5.634	134.531	19.868	364.582

25. Lucro por ação

O cálculo do lucro líquido por ação para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	94.363	176.741
Quantidade de ações	510.254	473.938
Lucro por ação - básico - R\$	0,185	0,373

Ajustes de opções de compra de ações (média ponderada)

Quantidade de ações para o lucro diluído por ação	15.647	16.616
Lucro diluído por ação - R\$	525,901	490,554
0,160	0,360	

26. Instrumentos financeiros

As informações relacionadas aos instrumentos financeiros da Elfa e suas respectivas análises estão relacionadas nos itens abaixo:

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e suas classificações. Os valores contábeis desses instrumentos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores justos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	143.030	159.981	323.696
Contas a receber	(i)	546.723	359.638	1.314.811
Outros créditos	(i)	45.056	68.826	255.389
Ativo indenizatório	(i)	5.749	251	235.547
Adiantamento para futuro aumento de capital e partes relacionadas	(i)	130.258	130.481	-
Passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	(iii)	458.009	333.997	1.362.581
Empréstimos e financiamentos	(iii)	1.536.044	627.639	1.837.059
Derivativo	(iii)	-	10.820	-
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	(iii)	271.992	338.244	367.562
Contas a pagar à partes relacionadas	(iii)	377.936	243.265	-

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado
- (ii) Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivos ao custo amortizado

Gerenciamento dos riscos financeiros

Elfa Medicamentos S.A. CNPJ nº 09.053.134/0001-45	
<p>Análise do valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura originados em combinações de negócios Veja a Nota explicativa nº 13 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
<p>Principal assunto de auditoria</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura registrado como investimentos, no balanço patrimonial individual, e ativo intangível, no balanço patrimonial consolidado.</p> <p>Anualmente, a Companhia realiza o teste de redução do valor recuperável (Impairment) desse ativo. A determinação do valor justo das unidades geradoras de caixa envolve o uso de premissas, tais como: taxa de desconto (WACC) e crescimento na perpetuidade.</p> <p>Esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores registrados de ágios e às incertezas relacionadas as premissas da estimativa que se alteradas podem impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Como a auditoria conduziu esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se o estudo técnico preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas emetodológicas utilizadas normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas no estudo técnico são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) se os dados base, incluindo as premissas macroeconômicas utilizadas no estudo técnico são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; <p>- Avaliamos ainda se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o saldo de ativo intangível relacionado ao ágio pagos por expectativa de rentabilidade futura, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
<p>Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos Veja a Nota explicativa nº 8 (g) e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p>	
<p>Principal assunto de auditoria</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha reconhecidas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os respectivos montantes de R\$ 201.216 mil e R\$ 377.668 mil relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social.</p> <p>Tais montantes devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela Administração da Companhia envolve certas premissas que são afetadas por estratagemas corporativas e pelo cenário macroeconômico, tais como: (i) volume de vendas (ii) taxas de inflação e (iii) taxas de juros.</p> <p>Consideramos esse assunto relevante como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas da estimativa que se alteradas podem impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Como a auditoria conduziu esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas: (i) se as premissas atreladas ao estudo técnico preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas de mercado normalmente utilizadas; (ii) se as premissas macroeconômicas utilizadas no estudo técnico são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis; (iii) se as premissas macroeconômicas utilizadas no estudo técnico são condizentes com a data de elaboração do mesmo e são provenientes de fontes confiáveis; (iv) se os cálculos matemáticos estão adequados; <ul style="list-style-type: none"> - Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliação da natureza das diferenças temporárias, bem como da base de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base de para realização saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram registrados pela Companhia por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, no que tange sua realização, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

TRIBUTOS

Sistema do ISS emite cerca de 10 milhões de documentos fiscais de PJs em 75 dias

Há 75 dias em operação no Distrito Federal, o Sistema de Gestão, Fiscalização e Arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) alcançou a marca de 10 milhões de documentos fiscais, emitidos por cerca de 90 mil pessoas jurídicas. A ferramenta marca um novo momento para a administração tributária do Distrito Federal. Isso porque, além de proporcionar a emissão do novo modelo de documento fiscal, a plataforma tem diversas funcionalidades para os contribuintes, reduzindo a burocracia e otimizando o cumprimento das obrigações acessórias.

“A receita pública gerada pelo ISS cresceu 14,71% em relação aos meses de janeiro e fevereiro do ano passado, o que determina um montante de R\$ 71,3 milhões efetivamente arrecadados a mais pelo Governo do Distrito Federal”, informa o secretário de Fazenda, Itamar Feitosa.

Dentre os avanços fomentados pelo software, destacamos a centralização e a agilidade na emissão da Declaração de Serviços Prestados, Tomados e Retenção de ISS, das Declarações Especiais e do Livro Fiscal de Registros do tributo. Além disso, as guias de recolhimento passaram a ser geradas pelo Sistema, o qual também permite a consulta de pendências fiscais referentes ao imposto. “O sistema também conta com recursos de inteligência fiscal, que são utilizados para analisar as informações enviadas pelos contribuintes e identificar possíveis inconsistências ou erros nas declarações. Dessa forma, a ferramenta pode ajudar a evitar problemas futuros e garantir maior conformidade com as obrigações tributárias”, explica o auditor fiscal Paulo Roberto Batista, coordenador da área responsável pelo ISS na Sub-

secretaria da Receita do Distrito Federal.

A emissão de notas fiscais é uma obrigação legal para as empresas prestadoras de serviços, e a falta de emissão pode resultar em multas e penalidades. A NFS-e destina-se exclusivamente ao registro de prestação de serviços e deve apresentar apenas um serviço por documento, sendo vedada a emissão de uma mesma NFS-e que englobe serviços enquadrados em mais de um subitem da lista de serviço. Em se tratando de vários serviços, relacionados ao mesmo subitem da lista de serviços e para o mesmo prestador, poderá ser emitida uma única NFS-e, discriminando-se todos os serviços na descrição da nota.

Outra novidade se refere aos cancelamentos e substituições. De acordo com a legislação, as NFS-e podem ser canceladas ou substituí-

das, por meio de seu emissor, até o 15º dia do mês subsequente ao da data de sua emissão. Nos casos em que os prazos forem ultrapassados, o contribuinte poderá solicitar o cancelamento ou a substituição da NFS-e via atendimento virtual da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (Sefaz). As notas fiscais modelo 55 e 65 não podem mais ser emitidas para acobertar prestações de serviços.

O sócio e diretor estratégico da Prestacon Contabilidade, Robson de Paula, contou que sua equipe indica como vantagens do novo emissor de notas fiscais “a simplificação e a facilidade da análise da tributação, tornando mais fácil identificar quem é o responsável pelo recolhimento do imposto; o layout simplificado, que possibilita a emissão de NFS-e de forma simples e prática; e a padronização de emis-

são, pois um modelo unificado reduziu os diversos modelos de notas fiscais existentes.” Os contribuintes sujeitos exclusivamente ao ISS estão dispensados da entrega da EFD – ICMS/ISS/PI – SPED. Já os contribuintes sujeitos ao ICMS e ISS, ou sujeitos apenas ao ICMS, caso não sejam alcançados por dispensa prevista pela Portaria nº 192/2019 (ex: microempreendedor individual), permanecem obrigados à entrega da EFD – ICMS/ISS/PI – SPED. As obrigações tributárias referentes às competências anteriores a janeiro de 2023 deverão ser cumpridas nas respectivas escrituras fiscais digitais dos períodos correspondentes.

Outra facilidade é que o prestador de serviço possui a opção de enviar a NFS-e emitida diretamente ao tomador, via e-mail, no momento da emissão. Todas as notas tomadas estarão sempre à

disposição do tomador identificado no sistema.

Vale lembrar que é de responsabilidade do tomador de serviços, sujeito à retenção do ISS, de acordo com os artigos 8º e 9º do Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, elaborar a Declaração Mensal de Retenção do ISS (DMRISS). Esse documento será constituído da relação das notas fiscais de serviços tomados com retenção do ISS e será elaborado no mês subsequente ao do fato gerador por meio do sistema.

“Passados dois meses, reafirmamos que o sistema para emissão de notas fiscais do ISS oferece segurança fiscal e hoje o DF utiliza o mesmo padrão utilizado em grandes centros urbanos. O contribuinte dispõe de facilidades, o que não acontecia com o sistema anterior”, esclarece o subsecretário da Receita, Sebastião Melchior.

TAGUATINGA

Órgãos de fiscalização de trânsito visitam obra do túnel

O Túnel de Taguatinga passou por uma série de inspeções nesta segunda-feira (20). Representantes do Departamento de Trânsito (Detran-DF) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF), junto ao secretário de Obras e Infraestrutura, Luciano Carvalho, visitaram a obra para mapear soluções viárias que precisam ser implementadas nas passagens subterrâneas.

O diretor-geral do Detran-DF, Marcelo Rodrigues Portela Nunes, explicou que, antes de qualquer liberação de tráfego nas vias, haverá um planejamento do percurso a ser seguido pelos motoristas. “Precisamos escolher esses canais viários para podermos escoar todos os veículos sem exceção”, afirma.

“O mais importante é deixar tudo pronto para que o usuário não fique confuso na hora de usar a via”, acrescenta o gerente de Fiscalização de Trânsito do DER, Estevão Gonçalves. Entre as formas de promover um trânsito seguro e com fluidez no túnel,

destaque para a instalação das sinalizações vertical e horizontal e o funcionamento das câmeras de controle operacional. Os dois órgãos de fiscalização terão espaço na sala de controle do Túnel de Taguatinga. “Isso vai possibilitar o pronto atendimento a eventuais ocorrências e prevenção a acidentes, que, porventura, podem colocar em risco a vida das pessoas que estarão no túnel”, pontua Nunes. “Temos toda a segurança necessária para a população, que é algo que acordamos com o Corpo de Bombeiros e com os órgãos que vão fazer as operações iniciais conosco”, crava o secretário de Obras. Com aporte de R\$ 275 milhões, o Túnel de Taguatinga deve beneficiar mais de 135 mil motoristas diariamente.

Luz no fim do túnel

Também nesta segunda-feira (20), o sistema de iluminação do túnel foi testado com um suprimento de energia provisória, formado por um gerador e transformadores. João Paulo Soares Nery, engenheiro eletri-

cista da Secretaria de Obras e Infraestrutura (SODF), explica que o aparelho permitiu verificar a conectividade elétrica entre elementos do sistema.

“Com o suprimento provisório, podemos verificar se tudo está ligando corretamente e identificar eventuais falhas. Desde a implantação do túnel ao lançamento dos cabos, todas as etapas foram previamente testadas. Então, o que fizemos foi o teste conjunto para saber se todos os elementos estão respondendo corretamente”, esclarece Nery.

Em paralelo, ocorre a instalação da subestação de energia definitiva, que será alimentada pela distribuidora local. O executivo de atendimento ao poder público da Neoenergia Brasília, Licindo dos Santos, também esteve presente no túnel nesta segunda-feira. “Nosso papel é garantir toda a parte de energia elétrica dentro da obra e, frequentemente, temos um técnico junto aos engenheiros da obra para acompanhar os projetos”, frisa.

ENERGIA

CEB: Governador reconduz Edison Garcia à presidência

Atual presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), Edison Garcia será reconduzido ao cargo pelo governador Ibaneis Rocha. A comunicação ocorreu após reunião no gabinete do chefe do Executivo na manhã desta segunda-feira (20).

Edison Garcia preside a CEB desde 2019 e o atual mandato vence em abril próximo. Desta forma, a manutenção ou a troca seria necessária nas próximas semanas. Como reconhecimento pelo trabalho à frente da companhia, Ibaneis Rocha optou por manter o gestor e toda a atual diretoria. Agora, os nomes propostos serão submetidos ao conselho de administração da companhia, sendo estes responsáveis por eleger a nova diretoria.

“O Edison tem feito um belíssimo trabalho à frente da CEB, seja na modernização da iluminação em todo o DF, com a troca das lâmpadas por modelos de LED,

seja na privatização da CEB, que rendeu um ágio de 76% e tem permitido o investimento em obras públicas e retorno à população. Agora, ele dará seguimento a esse projeto de cuidar da iluminação de todo o DF”, argumenta o governador Ibaneis Rocha.

Entre os projetos prioritários para os próximos anos, estão a modernização da iluminação pública, com a instalação de lâmpadas LED em 100% do DF, e a instalação de usinas fotovoltaicas na administração pública, reduzindo o valor pago pelo governo no consumo de energia elétrica.

“Trabalhamos para tornar 100% do DF com iluminação LED e também na ampliação de até 20% da iluminação LED em todo o DF. Temos também um projeto para construção de uma usina fotovoltaica para a geração de energia para os órgãos do governo”, detalha Edison Garcia. Segundo o presidente da CEB, o projeto de energia fotovoltaica é inédito

no país no âmbito da administração pública. Edison Garcia destaca que o GDF vai trabalhar para que até 2028 os órgãos tenham capacidade de consumir até 75% de sua energia por esse sistema. A Caesb é um grande alvo desse projeto por ser um grande consumidor de energia elétrica.

“O governador nos dá todo o apoio para trabalhar e espaço para executar o planejamento. A reunião de hoje já serviu para alinharmos o que nós vamos fazer nos próximos anos e como iremos fazer”, informa Garcia.

Edison Garcia é formado em Direito, com pós-graduação em Direito Societário. Foi procurador federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e ocupou a presidência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) até o fim de 2018. Na sequência, assumiu a presidência da CEB no início do governo Ibaneis Rocha, em 2019.

Este documento foi assinado digitalmente por Marcos Nogueira Da Luz. Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65BE-A4C7-EF26-C5A3.

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.

Fale conosco.



- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/65BE-A4C7-EF26-C5A3> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 65BE-A4C7-EF26-C5A3



Hash do Documento

5E05EB497229D01F3DEC81B5588D04F376DD2AEE16A00DAA2E7A67CF637B33B3

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
21/03/2023 01:33 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

